

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 048/2026
Data: 20/03/2026**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NOVA SEDE DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTOS VAI FICAR PRONTA ATÉ 2030 COM INVESTIMENTO DE R\$ 58 MILHÕES	4
CAMINHONEIROS DO PORTO DE SANTOS RECUSAM GREVE APÓS GOVERNO ENDURECER REGRAS DO FRETE	6
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEVE APOORTE BARRADO PELO TCU APÓS IMPASSE NO CONTRATO	6
PROJETO MULHERES A BORDO QUER AMPLIAR LIDERANÇA FEMININA NO SETOR PORTUÁRIO DE SANTOS	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	9
PE TERÁ 7 PROJETOS DE GERAÇÃO E 2 TÉRMICAS EM TACAIMBÓ	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
PUBLICADA PAUTA DA 606ª REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
ANAC 20 ANOS: DUAS DÉCADAS DE AVANÇOS QUE TRANSFORMARAM A AVIAÇÃO BRASILEIRA	11
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA ASSINATURA DE CONVÊNIO PARA PROJETO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NO PORTO DE SANTOS	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E CHILDHOOD BRASIL FORTALECEM AÇÕES DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL	14
MPOR LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA ESTRUTURAR POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE AÉREA AVANÇADA NO BRASIL	15
SEGUNDA ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO CAMPO DE MARTE, EM SÃO PAULO, É INAUGURADA	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	17
GOVERNO DO BRASIL PUBLICA MP QUE AMPLIA NORMAS DE FISCALIZAÇÃO DO PISO MÍNIMO DO FRETE RODOVIÁRIO	17
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E ANTT DETALHAM RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA NOVAS REGRAS DO FRETE MÍNIMO	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – A URGÊNCIA DAS HIDROVIAS PARA O PRESENTE E O FUTURO DO NORTE	19
INSIGHT – DIREITO - QUANDO O CONTROLE É APENAS UMA NARRATIVA!	20
BRASIL EXPORT - JULIANO DEFENDE CONCESSÕES E CRITICA FALTA DE ACESSOS NO NORTE	22
BRASIL EXPORT - GESTÃO A LONGO PRAZO E DRAGAGEM SÃO SOLUÇÕES PARA AS HIDROVIAS	23
BRASIL EXPORT - DIRETOR DA SUPER TERMINAIS DEFENDE CONCESSÃO DAS HIDROVIAS	23
BRASIL EXPORT – ALTA DO PETRÓLEO REDIRECIONA NAVIOS DE DIESEL E PRESSIONA ABASTECIMENTO	25
BRASIL EXPORT - HIDROVIAS SÃO AS ESTRADAS DO NORTE”, DIZ DEPUTADO	26
BRASIL EXPORT - HIDROVIAS ENFRENTAM NOVO CENÁRIO CLIMÁTICO E EXIGEM PLANEJAMENTO	27
BRASIL EXPORT - LIDERANÇAS DEFENDEM HIDROVIAS, INTEGRAÇÃO DE MODAIS E ESTABILIDADE JURÍDICA	27
BRASIL EXPORT - SEGURANÇA JURÍDICA NO CENTRO DO DEBATE SOBRE HIDROVIAS NO NORTE EXPORT	28
BRASIL EXPORT - INVESTIMENTOS LOGÍSTICOS NA REGIÃO NORTE DOBRARAM EM QUATRO ANOS	29
TRANSPORTES - RODOVIAS - MP DO GOVERNO AMPLIA PROTEÇÃO A CAMINHONEIROS	30
TRANSPORTES - RODOVIAS - PONTE ENTRE ALAGOAS E SERGIPE AVANÇA COM ESTRUTURA JÁ MONTADA	31
TRANSPORTES – PORTOS – PEDRA FUNDAMENTAL MARCA INÍCIO DA NOVA SEDE DA PF NO PORTO DE SANTOS	32
TRANSPORTES – PORTOS - APS APONTA EXIGÊNCIAS DO TCU E CONFIRMA RECURSOS PARA TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ..	33
TRANSPORTES – PORTOS - SEGUNDA FASE DA AVENIDA PERIMETRAL DE GUARUJÁ PREVÊ VIADUTOS E NOVOS ACESSOS	34
ENERGIA - LEILÃO DE CAPACIDADE PROJETA R\$ 64 BI EM INVESTIMENTOS NO SETOR ELÉTRICO	35
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS TERÁ QUE INFORMAR IMPORTAÇÕES PREVISTAS	36
PETRÓLEO E GÁS - UE VAI REAVALIAR ABASTECIMENTO SE INTERRUPÇÃO EM ORMUZ PERSISTIR	37
POLÍTICA – LULA APRESENTA SUBSTITUTO DE HADDAD NA FAZENDA NACIONAL	38
NACIONAL - HUB – CURTAS	39
<i>Reviravolta em PE</i>	39
<i>Base unificada</i>	39
<i>Os motivos</i>	39
<i>A chegada de Marília Arraes</i>	39
<i>Vitória política</i>	39
<i>Cronograma mantido</i>	40
POLÍTICA - “DERROTA ELEITORAL É POSSÍVEL. POLÍTICA, NÃO”, DIZ HADDAD	40
POLÍTICA – TSE REJEITA PEDIDO DO PL PARA INVESTIGAR LULA POR DESFILE	40
POLÍTICA – LEI QUE REDUZ TRIBUTOS PARA INDÚSTRIA QUÍMICA É SANCIONADA	41
POLÍTICA – SENADOR TERÁ DE EXPLICAR REPASSE DE EMENDAS À FUNDAÇÃO	41



POLÍTICA – “DOEI E VOU CONTINUAR DOANDO”, AVISA CARLOS VIANA	42
POLÍTICA – DEPUTADOS PEDEM A CASSAÇÃO DE FABIANA ‘BOLSONARO’	43
POLÍTICA – DEPUTADA DISSE SER BRANCA, MAS SE DECLAROU PARDAS À JUSTIÇA ELEITORAL	44
FINANÇAS – LULA QUESTIONA BC SOBRE CORTE DOS JUROS	45
POLÍTICA – IBOVESPA REAGE COM VIRADA DO PETRÓLEO E RETOMA OS 180 MIL PONTOS	46
JUSTIÇA - VORCARO É TRANSFERIDO DE OLHO EM DELAÇÃO PREMIADA	46
JUSTIÇA - GILMAR ANULA QUEBRA DE SIGILO QUE LIGA FUNDO A EMPRESA DE TOFFOLI	47
JUSTIÇA - MORAES ENVIA CASO DAS JOIAS DE VOLTA À PG	48
JUSTIÇA - BOLSONARO MANTÉM EVOLUÇÃO CLÍNICA, MAS AINDA SEM PREVISÃO DE ALTA	49
INTERNACIONAL - EUROPA E JAPÃO VÃO TENTAR LIBERAR O ESTREITO DE ORMUZ	49
INTERNACIONAL - NETANYAHU DIZ QUE ISRAEL TAMBÉM VAI AJUDAR NESTA MISSÃO	50
INTERNACIONAL - EUA APROVAM VENDAS DE ARMAS PARA EAU, KUWAIT E JORDÂNIA	50
INTERNACIONAL - ARGENTINA SE DISPÕE A REFORÇAR OS EUA NO IRÃ	51
INTERNACIONAL - FBI INVESTIGA DIRETOR ANTITERRORISMO QUE RENUNCIOU AO CARGO	52
JORNAL O GLOBO – RJ	53
GOVERNO JÁ ESTUDA MEDIDAS PARA CASO O CENÁRIO DE GUERRA SE PROLONGUE NO ORIENTE MÉDIO	53
GOVERNO CRIA FORÇA-TAREFA PARA COMBATER PREÇOS ABUSIVOS DE COMBUSTÍVEIS	54
PENTÁGONO ENVIA MAIS TRÊS NAVIOS E MILHARES DE MARINES ADICIONAIS ENQUANTO TRUMP NEGA QUE USARÁ TROPAS TERRESTRES NO IRÃ	56
DISPARADA DO PETRÓLEO VAI REFORÇAR ARRECADAÇÃO DE ESTADOS E DA UNIÃO EM 2026	59
NOVO MINISTRO, DURIGAN DIZ QUE FAZENDA TEM OUTRAS MEDIDAS PARA DIESEL SE NÃO HOVER ACORDO SOBRE ICMS	61
PAÍS CONTRATA MAIS 500 MW EM ENERGIA TÉRMICA EM LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE	63
ANTT VOLTA A REAJUSTAR TABELA DO FRETE POR CONTA DO PREÇO DO DIESEL	65
NA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DA RAÍZEN, BANCOS PRESSIONAM COSAN	66
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	67
IMPEACHMENT IMEDIATO DE TOFFOLI É DEFENDIDO POR 49,3%; OUTROS 33,7% APOIAM MEDIDA APÓS INVESTIGAÇÕES	67
INDÚSTRIA DO PETRÓLEO AMEAÇA IR À JUSTIÇA CONTRA O GOVERNO LULA POR IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DE 12%	69
TRUMP DIZ QUE NÃO QUER CESSAR-FOGO NO IRÃ E AFIRMA QUE ESTREITO DE ORMUZ 'SE ABRIRÁ SOZINHO'	70
VALOR ECONÔMICO (SP)	71
VAMOS AUMENTAR A PERIODICIDADE DA ATUALIZAÇÃO DA TABELA DO FRETE, DIZ RENAN FILHO	71
LULA DIZ QUE 'PODE DEMORAR', MAS PETROBRAS VAI RECOMPRAR REFINARIA DE MATARIPE, NA BAHIA	73
SUZANO ANUNCIA NOVO AUMENTO DE PREÇOS PARA A CELULOSE A PARTIR DE ABRIL	74
BRASKEM FALA EM ‘COMPROMISSO COM FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA’ APÓS MUDANÇA NO REIQ	74
PORTAL PORTOS E NAVIOS	75
MOVIMENTAÇÃO NOS TUPs CRESCE 14% E PASSA DOS 68,5 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO	75
NOVA ROTA DE SUAPE PARA ÁFRICA REGISTRA EXPORTAÇÃO RECORDE DE OVOS	76
PORTO DE SANTOS MOVIMENTOU 452 MIL TEU EM FEVEREIRO; ALTA DE 4%	76
ALEMOA TERÁ DOIS NOVOS BERÇOS PARA GRANÉIS LÍQUIDOS	77
APS APRESENTA RECURSOS RESERVADOS PARA OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	77
DEPUTADA ANA PAULA LIMA É DESIGNADA PARA RELATORIA DO PL DA RECICLAGEM	78
LC QUE REDUZ INCENTIVOS NÃO TERÁ EFEITO SIGNIFICATIVO NO CUSTO DE EQUIPAMENTOS, AVALIA ABRATEC	79
ODEBRECHT ENTREGA À MARINHA CENTRO DE INSTRUÇÃO E SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO COMPLEXO EM ITAGUAÍ	80
FIRJAN CONDENA MP QUE ONERA EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO	81
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	81
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	81



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NOVA SEDE DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTOS VAI FICAR PRONTA ATÉ 2030 COM INVESTIMENTO DE R\$ 58 MILHÕES

Convênio assinado nesta quinta-feira (19) prevê estrutura unificada para operações na área portuária
Por Ted Sartori 20 de março de 2026



Novo prédio ficará na Praça Almirante Gago Coutinho, ao lado do Terminal Pesqueiro Público de Santos e em frente ao centro de convenções (Sílvio Luiz/AT)

União e estratégia foram as palavras de ordem durante a assinatura do convênio destinado à construção da nova sede da Delegacia da Polícia Federal (PF) no Porto de Santos, em cerimônia realizada nesta quinta-feira (19) à tarde. O empreendimento ficará no terreno localizado na Praça Almirante Gago Coutinho, s/nº, ao lado do Terminal Pesqueiro Público de Santos (TPPS) e em

frente ao Santos Convention Center. A previsão é de que a obra fique pronta daqui a três ou quatro anos - ou seja, entre 2029 e 2030.

“A sede da Polícia Federal não é apenas uma base, um prédio. É muito importante para o complexo portuário que tenhamos na entrada do canal do Porto uma mensagem aos 200 países que chegam praticamente todos os meses aqui. É importante que eles percebam que as instituições trabalham em conjunto e organizadas para projetar o porto do futuro”, discursou o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, foi um dos que participaram da assinatura do convênio entre a APS e a PF.

Estrutura

A nova sede será instalada em área de aproximadamente 5,8 mil metros quadrados (m²), pertencente à União. O repasse será feito pela Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-Fips) à Autoridade Portuária de Santos (APS) como parte obrigatória de contrapartida prevista em contrato para investimentos em infraestrutura portuária.

O valor previsto é de R\$ 58 milhões e a APS abrirá mão desse crédito para que o prédio seja erguido.

Com dez andares, o edifício irá abrigar as atividades operacionais e administrativas da delegacia. “Todas as nossas atividades serão reunidas aqui: a parte de Polícia Judiciária, a de atendimento ao público, os laboratórios, a parte de tecnologia, a Polícia Marítima, enfim, vamos reunir toda a estrutura da Polícia Federal nessa área”, detalha o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo Sanfurgo.

Aprimoramento

O superintendente deixou claro que as novas instalações irão aprimorar o trabalho da Polícia Federal na região.

“O Porto de Santos é estratégico e ter a Polícia Federal aqui no mar, dentro da Poligonal do complexo santista, é muito importante para nós. A Polícia Federal tem o Nepom (Núcleo Especial de Polícia Marítima). Então, conseguir estruturar toda a Polícia Federal com acesso por terra ou mar é

sensacional para todo mundo. O que vai se construir é mais que uma nova sede. É um modelo de atuação baseado em cooperação, eficiência e responsabilidade”, exemplifica.

Projetos

Outros anúncios foram feitos pelo presidente da APS, Anderson Pomini. Um é o projeto da segunda fase da Perimetral da Margem Esquerda, em Guarujá. O investimento é de R\$ 1 bilhão. O cronograma prevê que a obra será entregue daqui a três anos. São três quilômetros com um viaduto.

O outro inclui dois novos berços públicos de atracação na Alemoa, a serem custeados por um consórcio de quatro empresas que operam no local com graneis líquidos. O prazo para conclusão depende de licenças ambientais, mas o cálculo de conclusão é de, no máximo, três a quatro anos, segundo Pomini.

Túnel

Anderson Pomini comprovou a disponibilidade dos R\$ 2,6 bilhões para a construção do túnel imerso Santos-Guarujá. Trata-se de 50% do custo. “O Estado vai compartilhar a minuta do contrato. Se concordarmos, assinaremos. Caso contrário, faremos modificações para assinarmos em conjunto como anuentes e intervenientes. Assim que o Tribunal de Contas da União (TCU) liberar, esse valor será transferido para outra conta e poderá ser utilizado a partir do ano que vem, pela empresa que fará a construção”, afirma.



“Estamos trabalhando para fazermos o leilão ente outubro e novembro”, disse o ministro (Alexsander Ferraz/AT)

Tecon Santos 10: mais promessas e leilão incerto

Mais uma vez o ministro de Portos e Aeroportos Silvío Costa Filho empurra o cronograma do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10) e demonstra que o futuro do empreendimento é incerto. Nesta quinta-feira (19), em Santos, ele repetiu promessas, mas não apresentou prazos concretos.

Desde o ano passado, Costa Filho já mudou mais de dez vezes a data do certame, enquanto o Porto está próximo do esgotamento por falta de espaço.

“Estamos trabalhando para fazermos o leilão ente outubro e novembro. Essa é a nossa previsão. Nos próximos 15, 20 dias deve ser apresentado o cronograma para realização no segundo semestre”, afirmou mais uma vez.

A única data que o ministro dá como certa é a da última agenda oficial no cargo, no próximo dia 30, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), para leilão do Aeroporto do Galeão, que fica no Rio de Janeiro. Deslocado da chapa para o Senado em Pernambuco, ele concorrerá à reeleição para deputado federal.

O ativo

A importância do Tecon Santos 10 é evidente. O megaterminal é considerado o maior arrendamento portuário do Brasil, com investimentos de R\$ 6,45 bilhões em 25 anos.

Com área de 621,9 mil metros quadrados (m²), o terminal terá capacidade para movimentar até 3,25 milhões de TEU (unidade equivalente a contêiner de 20 pés) por ano.

Projeta-se que, com o Tecon Santos 10, o Brasil salte da atual 45ª posição para a 15ª no ranking mundial de movimentação de contêineres.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/03/2026

CAMINHONEIROS DO PORTO DE SANTOS RECUSAM GREVE APÓS GOVERNO ENDURECER REGRAS DO FRETE

Medida provisória prevê multas de até R\$ 10 milhões para quem descumprir piso mínimo e atende parte das demandas da categoria

Da ATribuna.com.br e Estadão Conteúdo 20 de março de 2026



Parte dos representantes dos caminhoneiros ameaçou entrar em greve por causa do valor do diesel (Alexsander Ferraz/AT)

Os caminhoneiros desistiram de iniciar uma greve após o Governo Federal acenar à categoria, nesta quinta-feira (19), com a publicação de uma medida provisória (MP) que endurece as regras de cumprimento do piso mínimo do frete no transporte rodoviário de cargas.

Estão previstas multas mais elevadas para contratantes que descumprirem o piso do frete, que podem variar de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões por operação. A publicação foi realizada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

As medidas foram anunciadas na quarta-feira pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Ele falou em “senso de urgência”. Além do endurecimento das regras para o cumprimento do piso do frete, houve a divulgação do nome de empresas que não seguem a legislação. Isso tudo ocorreu no contexto em que parte dos representantes dos caminhoneiros ameaçou a ocorrência de greve em função da elevação nos preços dos combustíveis.

Luciano de Carvalho, presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), disse que a categoria se reuniu nesta quinta-feira (19) por duas horas. Segundo ele, a MP do Governo Federal é positiva.

“A categoria está insatisfeita com o aumento do diesel, e a gente viu uma possibilidade de o Governo implementar a questão do piso mínimo de frete, que é o custo que o caminhoneiro tem pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A gente pediu prioridade, porque, se for cumprido o piso mínimo de frete do rodoviário, automaticamente já está incluso o aumento do diesel”.

Segundo Carvalho, ainda há divergências no texto que serão ajustadas. “Vamos até Brasília na quarta-feira para ver essas questões que dão dupla interpretação. Temos seis dias para redigir o texto e quarta-feira a gente estará lá para poder ajustar os pontos que não ficaram 100% para a categoria”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/03/2026

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEVE APOORTE BARRADO PELO TCU APÓS IMPASSE NO CONTRATO

Decisão exige ajustes jurídicos e comprovação de gestão antes de liberar R\$ 2,6 bilhões

Da ATribuna.com.br e Estadão Conteúdo 19 de março de 2026



O túnel imerso Santos-Guarujá terá 870 metros de estrutura submersa no canal do Porto de Santos; início da operação está previsto para 2031 (Alexsander Ferraz/AT)

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou nesta quarta-feira (18) que a Autoridade Portuária de Santos (APS) não poderá realizar qualquer aporte de recursos federais no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP) do túnel imerso Santos-Guarujá até que seja apresentada melhoria na governança da



gestão dos recursos. A decisão foi unânime.

Os recursos federais envolvidos estão na casa de R\$ 2,6 bilhões. A Corte de Contas quer a comprovação da regularidade da governança do aporte federal ao projeto. Também deverá ser apresentado no prazo de 30 dias o instrumento jurídico formalizando essa questão, que deverá ser assinado pelas partes envolvidas (Estado de São Paulo e APS, no mínimo), segundo o acórdão.

“É um caso único no Brasil de uma parceria público-privada interfederativa e que, infelizmente, por alguma dessas razões que nós não alcançamos, tem faltado uma governança mais apropriada. Estou pedindo neste caso que julgamos que qualquer aporte federal, e nós estamos falando de R\$ 2,6 bilhões, só seja feito depois que os instrumentos jurídicos correspondentes estejam adequadamente subscritos”, comenta o relator do processo, ministro Bruno Dantas, durante sessão do TCU.

O presidente da APS, Anderson Pomini, considerou a decisão correta. “Por isso mesmo, a Autoridade Portuária de Santos já solicitou ao Governo do Estado a minuta do contrato para análise. Após essa avaliação e a definição do modelo de governança, a APS poderá assiná-lo como anuente e interveniente, já que pagará 50% do custo do túnel. São importantes ajustes formais que não prejudicam o cronograma da obra”, afirma.

Em nota, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI) informa “que o projeto do Túnel Santos-Guarujá segue o modelo aprovado no processo de concessão, cuja minuta foi amplamente divulgada desde a publicação do edital, em 9 de junho de 2025, e que embasou o leilão realizado em 5 de setembro de 2025”.

A SPI acrescenta que, “por se tratar de uma iniciativa conjunta entre o Governo de São Paulo e a União, os aspectos relacionados à estrutura do projeto seguem sendo tratados de forma coordenada entre os entes envolvidos, no âmbito técnico e institucional adequado. Nesse contexto, o Estado seguirá atuando em conjunto com a Autoridade Portuária de Santos (APS) para a consolidação dos instrumentos de governança e acompanhamento dos recursos federais vinculados ao projeto”.

Histórico

O impasse começou após o Governo do Estado anunciar, em 28 de janeiro, a assinatura do contrato com a concessionária TSG, sociedade de propósito específico (SPE) da empresa portuguesa Mota-Engil, que ganhou o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para construção do túnel. A APS e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) não firmaram o documento.

No dia seguinte, a Autoridade Portuária contestou publicamente a validade jurídica do contrato, apontando “vício formal” (defeito na estrutura, procedimento ou forma de um ato jurídico ou administrativo, sem necessariamente alterar seu conteúdo ou mérito) e afirmando que a anuência da União seria requisito de validade e eficácia do ajuste, pois a obra será implantada em área federal e contará com recursos públicos da União.

A APS é responsável por 50% dos R\$ 5,2 bilhões de aporte público previstos na modelagem financeira da PPP - por isso, R\$ 2,6 bilhões. No entanto, segundo informou ao TCU, o contrato concentra no Estado a integralidade das competências decisórias sobre marcos contratuais e autorização de desembolsos, sem que a APS figure formalmente como interveniente-anuente.

O pagamento à empresa deve ser feito em até 60 dias após a assinatura do contrato. A entrega completa e início da operação do túnel imerso Santos-Guarujá estão previstos para 2031.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/03/2026

PROJETO MULHERES A BORDO QUER AMPLIAR LIDERANÇA FEMININA NO SETOR PORTUÁRIO DE SANTOS

Iniciativa do Grupo Tribuna prevê fóruns, missão internacional ao Panamá e reportagens para impulsionar a presença de mulheres em cargos estratégicos no setor marítimo

Por Bárbara Farias 20 de março de 2026



Ex-diretora da Antaq Flávia Takafashi, que é uma das principais vozes na regulação do setor no País (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

Converter discurso em aumento da inserção de mulheres no setor portuário e marítimo, principalmente, em cargos de liderança. Estimular essa mudança de cenário é o papel do projeto Mulheres a Bordo, uma iniciativa do Grupo Tribuna criada em 2025 e que terá agenda ampla em 2026.

A programação prevista para este ano inclui dois fóruns presenciais e uma missão internacional ao Panamá, além de reportagens quinzenais destacando profissionais do setor portuário.

O 1º Encontro Mulheres a Bordo será realizado em 5 de maio, no auditório do Grupo Tribuna, em Santos. Já o 2º encontro está previsto para 1º de outubro, ainda com sede a definir – Brasília é um dos locais analisados.

A Missão Internacional ao Panamá deve ocorrer entre os dias 18 e 21 de agosto. O Panamá, conhecido por seu canal que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico, é um hub logístico estratégico para o comércio marítimo global.

“O Mulheres a Bordo pretende criar oportunidades de discutir o fortalecimento das mulheres por meio de fóruns e workshops qualificados, que proporcionem espaços de diálogo e reflexão”, afirma a ex-diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Flávia Takafashi, que é uma das principais vozes na regulação do setor no País.

No escopo editorial, o Mulheres a Bordo dobrará a publicação de reportagens, passando de mensal para quinzenal. A primeira matéria, sobre a trajetória profissional da gerente comercial da Santos Brasil, Evelyn Marques de Ornelas, será publicada neste sábado (21). A empresa portuária é patrocinadora do projeto.

“Essas entrevistas vão permitir que mulheres que trilham caminhos relevantes compartilhem suas experiências, inspirem outras profissionais e contribuam para ampliar a presença feminina em cargos de liderança”, explica Takafashi, acrescentando que o espaço também será dedicado “à análise técnica de temas do dia a dia do setor, sob a ótica dessas profissionais”.

“O projeto surgiu com o objetivo de desenvolver, destacar, fomentar, estimular e debater a presença feminina em portos e empresas marítimas e portuárias brasileiras”, explica.

Takafashi conduzirá o Comitê de Mulheres a Bordo. “Por ter convidado tantas mulheres a ‘sentarem-se à mesa’ do setor aquaviário nos últimos cinco anos, recebi esse honroso convite do Grupo Tribuna para engrandecer ainda mais esse debate”, salienta a executiva que deixou o cargo de diretora da Antaq em fevereiro. Flávia foi a primeira mulher a compor o colegiado de diretores da agência.

Força de trabalho feminina

As mulheres representam apenas 17,8% da força de trabalho no setor portuário brasileiro, com um ligeiro aumento de 0,5% em dois anos, segundo a Pesquisa sobre Equidade de Gênero no Setor Aquaviário de 2024, divulgada em 2025. O mapeamento, em sua segunda edição, foi realizado pela Antaq, em parceria com a Women’s International Shipping and Trading Association (Wista Brazil).

Flávia avalia que, embora haja evolução nas discussões sobre temas como assédio e liderança feminina, ainda falta transformar discurso em prática. “O que precisamos é aumentar a taxa de

conversão do debate em ações efetivas que elevem o número qualificado de mulheres nas organizações”, afirma.

Ainda assim, a executiva mantém uma visão otimista. “Vejo um caminho de sucesso e promissor”, enfatiza Takafashi.

Engajamento de empresas

Outro eixo importante é o engajamento das empresas. “O projeto busca estimular as companhias a compreenderem o valor econômico e institucional gerado ao criar oportunidades para o desenvolvimento de mulheres. A participação ativa das empresas é essencial para promover a equidade e impulsionar o crescimento sustentável do setor”, acrescenta.

Programação (datas previstas)

- 5 de maio

1º Encontro Mulheres a Bordo

Auditório do Grupo Tribuna, em Santos

- 1º de outubro

2º Encontro Mulheres a Bordo Local a definir

- 18 a 21 de agosto

Missão Internacional ao Panamá

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/03/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PE TERÁ 7 PROJETOS DE GERAÇÃO E 2 TÉRMICAS EM TACAIMBÓ

O 2º LRCAP aprovou a implantação de sete empreendimentos em Pernambuco, sendo seis usinas térmicas e uma expansão da hídrelétrica de Luiz Gonzaga, no São Francisco

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Pernambuco vai aumentar o consumo de gás com as seis térmicas que vão se implantar no Estado e venceram o LRCAP. Foto: TAG/ Divulgação

Pernambuco vai receber investimentos da ordem de R\$ 4,5 bilhões com sete empreendimentos que venceram o 2º Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) 2026. Pela primeira vez, o Agreste de Pernambuco vai receber duas térmicas, a gás natural, na cidade de Tacaimbó, a 168 km do Recife. As demais térmicas estarão no Grande Recife. Os gasodutos da Copergás passam por Tacaimbó.

No entanto, as térmicas vão se instalar em Tacaimbó também por outro motivo. A cidade tem uma subestação da Axia Energia (antiga Chesf) e facilidade para escoar energia numa época em que muitas linhas de transmissão da região já estão “transportando” energia na sua capacidade máxima e há faltas de linhas de transmissão.

As duas térmicas são Tacaimbó I, da multinacional de origem britânica Aggreko, e a Termo Agreste, que é um do grupo pernambucano. A primeira terá uma potência instalada de 97 megawatt (MW) e vai demandar um investimento de R\$ 437,7 milhões e a segunda uma potência instalada de 96 MW e serão necessários R\$ 495 milhões para implantar o empreendimento.

“O fato dos empreendimentos estarem se instalando no interior corrobora que a estratégia de interiorização do gás foi uma boa iniciativa. Estamos analisando se a implantação destas térmicas vão precisar de algum investimento da Copergás”, comenta o presidente da Copergás, Bruno Costa. O gasoduto já passa em Tacaimbó, mas o volume a ser transportado de gás vai aumentar, quando as duas térmicas entrarem em operação, o que deve ocorrer a partir de 2029.

A Tacaimbó I vai comprar energia do Terminal de Regaseificação (Regás) que vai se instalar no Porto de Suape. “A tendência é este gás ir de caminhão, mas isso ainda não está definido”, diz o presidente da Oncorp, João Mattos. A Oncorp está à frente da implantação do Regás em Suape e também foi uma das vencedora do 2º LRCAP: vai implantar a térmica Frevo, com uma capacidade instalada de 20MW em Suape e um investimento de R\$ 103 milhões, segundo informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Com previsão de entrada em funcionamento em 2027, o Regás também vai fornecer gás, em média por 15 anos, para 12 projetos de térmicas que venceram o 2º LRCAP que vão se instalar entre o Espírito Santo e o Ceará. Em Pernambuco, todas as térmicas que venceram o leilão são a gás natural e isso vai aumentar o consumo deste tipo de combustível no Estado. Uma parte deste deverá vir das empresas que distribuem o GNL, como o futuro Regás, de Suape, a GNLink, entre outras.

A guerra dos Estados Unidos contra o Irã

O conflito entre Israel, Estados Unidos e o Irã fez subir o preço do gás no mercado internacional esta semana. “Provavelmente, isso não vai influenciar nestas térmicas que devem fazer uma cesta de fornecimento de gás que não venha do Oriente Médio”, comenta João Mattos, acrescentando que acredita que este reflexo de alto vai ocorrer no curto prazo. Ninguém sabe por quanto tempo vai durar esta guerra que dificultou o transporte do petróleo por causa do fechamento do Estreito de Ormuz.

Além dos empreendimentos já citados, vão se instalar as seguintes térmicas em Pernambuco s (com os respectivos valores do investimento): Monte Fuji (R\$ 1,5 bilhão), Termocabo (R\$ 167,3 milhões), Suape II (R\$ 723,9 milhões). Todas são próximas ao Porto de Suape e começam a vender a energia a partir de 2029.



Com o investimento aprovado no 2º LRCAP, a hidrelétrica de Luiz Gonzaga vai ganhar mais uma usina geradora. Foto: Axia Energia/Divulgação

Hidrelétrica da Axia no leilão

Também venceu o 2º LRCAP uma ampliação da térmica de Luiz Gonzaga (antiga Itaparica), da Axia Energia (antiga Chesf), na qual vai ser empregada R\$ 1,094 bilhão. Serão instalados mais 246,6 MW de potência instalada numa

nova unidade geradora da hidrelétrica, localizada em Petrolândia, na divisa de Pernambuco com a Bahia.

O fornecimento da potência contratada tem início previsto para 1º de agosto de 2031, conforme as condições estabelecidas no leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em conformidade com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Localizada às margens do Rio São Francisco, a Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga foi inaugurada em 1988, possui atualmente 1.479,6 MW de capacidade instalada, distribuídos em seis unidades geradoras.

Antiga Eletrobras e dona da Chesf, a Axia Energia é responsável por 17% da capacidade de geração nacional e 37% do total de linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). A companhia possui 81 usinas, sendo 47 hídricas, 33 eólicas e uma solar.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 20/03/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PUBLICADA PAUTA DA 606ª REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA

Dessa vez, ROD será virtual, com início agendado para 14h do dia 23 e fim às 17h do dia 25 de março

Brasília, 19/03/2026 - A 606ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada (ROD) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) terá início dia 23 março, segunda-feira, às 14h e do dia 25. A reunião será no modelo virtual, onde cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões.

Durante a ROD, será facultada a participação das partes e/ou interessados, em causa própria ou representados por seus procuradores devidamente constituídos, a fim de sustentarem oralmente suas razões. A Agência enfatiza que tais participações precisam ser solicitadas, impreterivelmente, pelos advogados/representantes da empresa.

Vale lembrar que o preenchimento do formulário e envio dos documentos deverão ser feitos com antecedência mínima de 24 horas úteis (horário de Brasília) da reunião na qual o processo está pautado. Solicitações efetuadas após esse prazo serão desconsideradas.

Confira a pauta da 606ª ROD. <https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/atas-e-pautas-das-reunioes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 20/03/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

ANAC 20 ANOS: DUAS DÉCADAS DE AVANÇOS QUE TRANSFORMARAM A AVIAÇÃO BRASILEIRA



Agência consolidou a regulação do setor, ampliou o acesso ao transporte aéreo e se prepara para os desafios do futuro

Silvio Costa Filho na cerimônia de 20 anos da Anac. - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos celebra os 20 anos da Agência Nacional de Aviação Civil, uma instituição fundamental para o desenvolvimento da aviação brasileira. Desde sua criação, em 2005, a agência tem papel central na organização e no

fortalecimento do setor, contribuindo para elevar os padrões de segurança, eficiência e qualidade dos serviços prestados à população.



Ao longo dessas duas décadas, a Anac ajudou a estruturar um ambiente mais moderno e transparente para a aviação no país. A agência regula centenas de aeródromos, certifica aeronaves e profissionais e atua na proteção dos direitos dos passageiros, sempre com foco no interesse público. Também se consolidou como referência na produção e divulgação de dados, que orientam decisões e políticas para o setor.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a trajetória da Anac é um exemplo de como a regulação pode impulsionar o desenvolvimento do país. “Celebrar os 20 anos da Anac é reconhecer o papel fundamental da agência na construção de uma aviação mais segura, moderna e acessível. Ao longo dessas duas décadas, avançamos na ampliação do acesso da população ao transporte aéreo e na atração de investimentos para o setor. Seguiremos trabalhando para que a aviação brasileira continue crescendo, com inovação, sustentabilidade e foco no interesse público”, destacou o ministro.

Mais acesso para a população

Os avanços da aviação brasileira nos últimos 20 anos refletem esse trabalho. Quando a Anac iniciou suas atividades, o Brasil registrava cerca de 45 milhões de passageiros por ano. Hoje, o setor mais que dobrou de tamanho.

Em 2025, o país alcançou aproximadamente 129,6 milhões de passageiros em voos domésticos e internacionais, um recorde histórico. Esse crescimento mostra que mais brasileiros passaram a ter acesso ao transporte aéreo, com mais rotas, maior oferta de voos e melhor conectividade entre as regiões.

Esse resultado é fruto de um ambiente regulatório mais estável e de políticas que incentivaram investimentos e ampliaram a concorrência no setor.

Regulação mais moderna e eficiente

Ao longo dos anos, a Anac promoveu mudanças importantes que ajudaram a modernizar a aviação brasileira. A simplificação de processos, o fortalecimento dos direitos dos passageiros e a ampliação da transparência são alguns dos avanços que tornaram o setor mais eficiente e acessível.

A atuação técnica da agência, alinhada a padrões internacionais, também contribuiu para aumentar a confiança no sistema de aviação civil do país e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.

Desafios para os próximos anos

O setor aéreo segue em expansão e traz novos desafios. O aumento da demanda exige investimentos contínuos em infraestrutura aeroportuária e melhorias na gestão do espaço aéreo, em alinhamento com as políticas públicas conduzidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Ao mesmo tempo, novas tecnologias começam a ganhar espaço, como drones e a mobilidade aérea avançada, que inclui aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical, conhecidas como “carros voadores”. A regulamentação e a integração segura dessas inovações serão etapas importantes para o futuro da aviação.

Outro tema cada vez mais presente é a sustentabilidade, com iniciativas voltadas à redução de emissões, ao uso de combustíveis mais limpos e à melhoria da eficiência energética.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/03/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA ASSINATURA DE CONVÊNIO PARA PROJETO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NO PORTO DE SANTOS

Durante a cerimônia, também foram anunciados mais recursos para obras da segunda fase da Perimetral do Guarujá e para a construção de dois novos berços do Alemoa



Sede da PF no Porto de Santos será estratégica no enfrentamento à criminalidade transnacional - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da assinatura do convênio para a elaboração do projeto executivo da nova sede da Delegacia da Polícia Federal no Porto de Santos (SP). A iniciativa representa uma etapa decisiva para a viabilização do empreendimento, ao garantir o detalhamento técnico necessário ao início das obras.

Para Costa Filho, a nova estrutura é estratégica no enfrentamento à criminalidade transnacional e na proteção das fronteiras marítimas. “Como a maior instalação portuária da América Latina, o Porto de Santos lida com desafios complexos, como o tráfico internacional de drogas, o contrabando e outras formas de crime organizado. Enfrentar esse cenário exige uma infraestrutura robusta e capacidade operacional ampliada, e é isso que a nova sede da Polícia Federal vai proporcionar”, afirmou.

A unidade será construída dentro da poligonal do porto, com acesso direto ao canal do estuário, em uma área de aproximadamente 5,8 mil metros quadrados. O edifício terá dez pavimentos e reunirá, em um único complexo, todas as estruturas operacionais e administrativas da Polícia Federal em Santos. “A ação de hoje representa uma decisão estratégica do estado brasileiro de fortalecer sua presença em um dos ambientes mais relevantes e desafiadores do país”, declarou o superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo Luiz Sanfurgo.

“Principal eixo logístico do país, ele é fundamental para a economia nacional e para a competitividade internacional. Exatamente por isso é alvo constante das organizações criminosas, especialmente do tráfico de drogas”, alertou o superintendente.

Segundo Sanfurgo, a localização estratégica da nova sede representa um salto de qualidade na capacidade operacional da PF para proteger a comunidade portuária. “Trabalhadores e instituições que atuam no Porto precisam de um ambiente seguro, previsível e íntegro para exercer suas atividades. O enfrentamento ao crime organizado exige estratégia, integração e investimento contínuo e tecnológico, atuação coordenada e presença efetiva no ambiente, especialmente nos pontos críticos. É isto que este projeto representa,” ressaltou.

Mais investimentos em Santos

Além do lançamento do projeto da nova sede da PF, foram anunciados mais investimentos no Porto de Santos. Os recursos são para a segunda fase da Perimetral do Guarujá e para a construção de dois novos berços do Alemoa.

“Em três anos, nós entregaremos a segunda fase da Perimetral do Guarujá. São três quilômetros que contam com investimento de R\$ 1 bilhão. Juntamente com o túnel e o aeroporto, a obra vai mudar a realidade dessa cidade que é tão importante para a operação portuária, explica o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

Já sobre os novos berços do Alemoa, Pomini afirmou que a construção conta com investimentos de R\$ 350 milhões das empresas parceiras. “Por meio dessa parceria, o Porto cresce nas margens, pelas perimetrais, com novas infraestruturas de berço e consegue atender a demanda crescente para a movimentação de todas as cargas”, ressaltou.

Pomini também falou sobre os investimentos no Túnel Santos-Guarujá. Segundo ele, o cronograma da obra está mantido, assim como a disponibilidade de recursos da ordem de R\$ 2,6 bilhões para a obra por parte da Autoridade Portuária.

Segundo o ministro Silvio Costa Filho, todos esses investimentos em infraestrutura são fundamentais para fortalecer o Porto de Santos e cada vez mais ampliar as operações comuns. “São mais de R\$ 4 bilhões de investimentos em requalificação de molhes. Contamos também com recursos de terminais

privados para melhoria da infraestrutura. Além do prédio da Polícia Federal, todos os outros investimentos anunciados também serão fundamentais para fortalecer o maior porto da América Latina”, afirmou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/03/2026

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E CHILDHOOD BRASIL FORTALECEM AÇÕES DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Memorando de Entendimento tem como foco o enfrentamento de violações em áreas de influência de portos, aeroportos e hidrovias



Iniciativa formaliza a cooperação institucional - Foto: Sérgio Francês/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinou, nesta quinta-feira (19), memorando de entendimento com o instituto WCF-Brasil (Childhood Brasil) para integrar esforços voltados à proteção dos direitos humanos e combate à violência e exploração sexual infantil. A iniciativa formaliza a cooperação institucional na promoção e execução de ações em áreas portuárias, aeroportuárias e

hidroviárias de todo o país.

A parceria visa espelhar nos portos do Brasil o sucesso da iniciativa Na Mão Certa, capitaneada há quase duas décadas pela Childhood Brasil, no combate à exploração sexual nas rodovias brasileiras. Entre as ações estabelecidas no Memorando de Entendimento (MOU, na sigla em inglês) estão o fortalecimento de uma agenda de responsabilidade social, capacitação de profissionais sobre direitos humanos, integridade e proteção infantil, além da adoção de critérios de governança, ambientais e sociais nas políticas públicas do Mpor, que incluam a proteção de grupos vulneráveis.

Para o ministro Silvio Costa Filho, a modernização logística do país deve andar ao lado de uma agenda de proteção a grupos sociais vulneráveis. “A infraestrutura de transportes do Brasil não se resume a movimentar cargas, transporte de passageiros e modernizar terminais. Trazer a pauta do enfrentamento à violência contra crianças para dentro da nossa atuação não é apenas uma política de governo, é um compromisso moral e inegociável do nosso setor”, afirmou.

“Trazer a pauta do enfrentamento à violência contra crianças para dentro da nossa atuação não é apenas uma política de governo, é um compromisso moral e inegociável do nosso setor”

Silvio Costa Filho

“O programa Na Mão Certa inovou ao envolver empresas e caminhoneiros como agentes de proteção. Hoje, já são mais de 400 empresas participantes, e o monitoramento mostra que a sensibilização gera resultados concretos. Além das rodovias federais, estamos ampliando a atuação para portos e aeroportos, onde há forte relação com o tráfico de pessoas para fins sexuais”, declarou a diretora executiva da Childhood, Laís Cardoso Peretto.

O memorando também prevê ações como a criação de protocolos de atendimento às vítimas e a exigência de critérios de proteção à infância no Selo de Sustentabilidade do Ministério. O foco também estará na promoção de corredores socialmente responsáveis em regiões críticas, como a Amazônia Legal e áreas de fronteira.

“Falo como alguém que acompanhou essa realidade de perto, quando estive no Porto de Paranaguá. Nesse período, vi como a exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes, é um problema grave e profundamente cruel. Por isso, é importante fortalecer iniciativas que enfrentem essa

realidade e deem resposta a quem sofre com essa violência”, disse o secretário nacional de Portos, Alex Ávila.

A diretora de Sustentabilidade do MPor, Larissa Amorim, ressaltou que o conhecimento técnico do instituto será o diferencial para a eficácia do programa. “A Childhood Brasil tem um robusto histórico de atuação em logística e transportes. Trazer essa expertise para os nossos modais nos permite dar um salto nas políticas de proteção da infância, um tema delicado e que precisa ser enfrentado com a devida urgência”, afirmou.

Childhood Brasil

Criado em 1999 pela rainha Silvia, da Suécia (nascida na Alemanha, mas de mãe brasileira), o Instituto WCF-Brasil (Childhood Brasil) atua com foco na integração e engajamento de órgãos do setor público, organizações privadas e sociedade civil em ações de enfrentamento à violência sexual na infância e adolescência.

Por meio de pesquisas, mobilizações e campanhas, desenvolve ações que visam evitar que ocorram violações de direitos nas juventudes. Essas ações são educativas, informativas, estruturais e de advocacy. Ao longo das mais de duas décadas de atuação no Brasil, já firmou parcerias com a Polícia Rodoviária Federal, Tribunal de Justiça de São Paulo, Unicef Brasil, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/03/2026

MPOR LANÇA CONSULTA PÚBLICA PARA ESTRUTURAR POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE AÉREA AVANÇADA NO BRASIL

Iniciativa visa reunir contribuições de especialistas, empresas e órgãos públicos para definir regras e diretrizes para drones e aeronaves elétricas de decolagem vertical



Consulta pública lançada em evento no Aeroporto Campo de Marte (SP) - Foto: Jonilton Lima/MPor

da aviação no país.

O ministro Silvano Costa Filho lançou nesta quinta-feira (19), em São Paulo, consulta pública para construção da Política Nacional de Mobilidade Aérea Avançada (AAM). A iniciativa, apresentada durante agenda no Aeroporto Campo de Marte, marca o início de um processo estruturado de escuta e participação social para definir as bases regulatórias e institucionais desse novo segmento

A consulta pública busca reunir contribuições de especialistas, empresas, órgãos públicos e representantes da sociedade civil para orientar a elaboração de um marco normativo e de governança para o setor. A proposta é garantir que o desenvolvimento dessas novas tecnologias ocorra com segurança, previsibilidade e alinhamento às melhores práticas internacionais.

A mobilidade aérea avançada engloba operações com drones e aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL, na sigla em inglês), voltadas tanto ao transporte de cargas quanto de passageiros, geralmente em baixas altitudes e com menor dependência da infraestrutura aeroportuária tradicional. O avanço dessas tecnologias já permite aplicações práticas, como entregas em áreas de difícil acesso, transporte de órgãos para transplantes e deslocamentos rápidos entre aeroportos e centros urbanos.

Silvano Costa Filho destacou que o Brasil precisa se antecipar à chegada dessas novas tecnologias para garantir um ambiente seguro e atrativo para investimentos. “Estamos dando um passo importante para organizar o futuro da aviação no país. A mobilidade aérea avançada já é uma realidade em

construção no mundo, e o Brasil precisa estar preparado, com regras claras, segurança jurídica e capacidade de atrair investimentos”, disse.

"A mobilidade aérea avançada já é uma realidade em construção no mundo, e o Brasil precisa estar preparado"

Silvio Costa Filho

Estruturação do setor

A tomada de subsídios busca identificar falhas na legislação, que precisam ser aprimoradas, mapear riscos e oportunidades e propor regras para a implementação segura e eficiente da AAM no país. Entre os pontos em análise estão a integração com o espaço aéreo atual, os impactos urbanos e ambientais, a necessidade de infraestrutura específica, como os chamados vertiportos (áreas de pouso e decolagem verticais) e a definição de responsabilidades entre União, estados e municípios.

A iniciativa também pretende dar maior previsibilidade ao ambiente regulatório, contribuindo para atrair investimentos e estimular o desenvolvimento da indústria nacional, em um contexto de rápida evolução tecnológica no setor aéreo.

Consulta pública

O processo é conduzido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), e prevê a participação de diversos atores do ecossistema da aviação, incluindo fabricantes, operadores, centros de pesquisa e entidades públicas.



Próximos passos

As contribuições serão analisadas tecnicamente pelo MPor e poderão ajudar na elaboração de propostas de políticas públicas, ajustes regulatórios e possíveis mudanças no marco legal do setor. Ao final do processo, será produzido um relatório com diagnóstico e recomendações para orientar a implementação da mobilidade aérea avançada no Brasil.

A iniciativa posiciona o Brasil em um cenário internacional que ainda está se estruturando. Atualmente, a China é o único país com operação comercial autorizada de aeronaves desse tipo, enquanto Estados Unidos e Europa avançam na construção de seus marcos regulatórios. Nesse contexto, o país busca se preparar para acompanhar essa evolução e criar condições para o desenvolvimento seguro e competitivo do setor.

Serviço

O quê: consulta pública da Política Nacional de Mobilidade Aérea Avançada (AAM)

Prazo: até 20/5/2026

Como acessar: através deste link

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/03/2026

SEGUNDA ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO CAMPO DE MARTE, EM SÃO PAULO, É INAUGURADA



Investimentos de R\$ 120 milhões fortalecem a infraestrutura do terminal e contribuem para aliviar a demanda em Congonhas

Inauguração das obras do Aeroporto Campo de Marte

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) inaugurou, nesta quinta-feira (19), as obras de modernização do Aeroporto Campo



de Marte, em São Paulo, um dos ternais mais antigos do país. As intervenções integram a Fase 1B do contrato de concessão e somam cerca de R\$ 120 milhões em investimentos, com foco, principalmente, aumento da segurança operacional e na qualificação da infraestrutura voltada à aviação geral.

As obras foram executadas pela concessionária PAX Aeroportos, responsável pela gestão do aeroporto, integrante do Bloco Aviação Geral RJ-SP que também inclui o Aeroporto de Jacarepaguá (RJ), cujas melhorias foram entregues no início da semana.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a relevância das intervenções para o fortalecimento da aviação geral no país. “Campo de Marte é um aeroporto histórico para a aviação brasileira. As melhorias ampliam a segurança operacional, aumentam a eficiência e criam melhores condições para os usuários. Seguimos avançando na modernização da infraestrutura aeroportuária para garantir que o Brasil esteja preparado para atender à crescente demanda da aviação, principalmente no segmento regional.”, afirmou.

Melhorias no terminal

Entre as principais intervenções estão a construção de uma nova taxiway mais afastada da pista de pouso e decolagem, aumentando a segurança das operações, além da implantação de novas vias de serviço. O aeroporto também recebeu iluminação e sinalização de última geração, reforçando a confiabilidade operacional.

“Agora, com a infraestrutura adequada, podemos avançar no processo de implantação da operação por instrumentos, do tipo não-precisão, que será um divisor de águas. Significa dizer que Campo de Marte deixará de ser refém do tempo. Significa mais segurança, mais regularidade, mais previsibilidade para todos os operadores”, pontuou Rogério Prado, CEO da PAX Aeroportos.

As melhorias incluem ainda a implantação de áreas de segurança de fim de pista (RESA), substituição dos sistemas PAPI, nova pavimentação da pista, reparos nas taxiways e requalificação dos sistemas de drenagem, ampliando a capacidade e a eficiência do terminal.

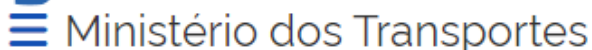
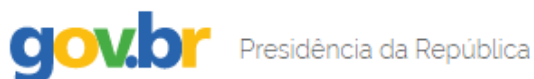
Além das obras da Fase 1B, a concessionária realizou uma série de ações complementares no sítio aeroportuário, como a aquisição de veículos elétricos e tratores agrícolas, reparos em cercas, manutenção da vegetação com adequações ambientais e modernização de equipamentos eletrônicos. Também estão em andamento a ampliação do sistema de monitoramento por câmeras (CFTV) e ajustes no terminal de passageiros (TPS), que passará por futuras melhorias.

Pioneirismo

Inaugurado em 1929, o Aeroporto Campo de Marte é um dos mais tradicionais do país e desempenha papel estratégico na formação de pilotos, além de concentrar operações da aviação executiva. Com as melhorias, o terminal pode absorver parte da demanda de voos do Aeroporto de Congonhas (SP) aliviando a pressão operacional do terminal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 20/03/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

GOVERNO DO BRASIL PUBLICA MP QUE AMPLIA NORMAS DE FISCALIZAÇÃO DO PISO MÍNIMO DO FRETE RODOVIÁRIO

Medida oficializa ações do Ministério dos Transportes e da ANTT, prevê multas de até R\$ 10 milhões e endurece penalidades



Aumento da fiscalização busca proteger caminhoneiros, especialmente os autônomos. - Foto: Marcio Ferreira/MT

O Governo do Brasil publicou nesta quinta-feira (19) a Medida Provisória (MP) Nº 1.343, que amplia os mecanismos de fiscalização e permite a aplicação de punições rigorosas em casos de descumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Construída a partir de proposta técnica do Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a norma está disponível no Diário Oficial da União (DOU), em edição extra.

“Com essa medida provisória, teremos instrumentos mais efetivos para fazer uma fiscalização firme em cima de quem descumpra a tabela do frete, o que vai ajudar o caminhoneiro nesse momento de alta do preço internacional do petróleo, é mais uma demanda da categoria que o governo atendeu”, afirmou o ministro dos Transportes Renan Filho.

A MP altera dispositivos da Lei nº 13.703/2018 e traz sanções a contratantes irregulares como multas que variam de R\$1 milhão a R\$10 milhões e cancelamento da autorização para atuar por até dois anos a infratores reincidentes. A responsabilização poderá alcançar ainda sócios e integrantes de grupos econômicos, por meio da desconsideração da personalidade jurídica.

Assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o texto estabelece a obrigatoriedade de registro das entregas realizadas por caminhoneiros por meio do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT). A partir da emissão desse dado, o percurso dos motoristas passa a ser monitorado pela ANTT, que verifica o cumprimento do piso mínimo do frete com base nas informações registradas e pode bloquear preventivamente casos irregulares.

O CIOT deverá conter dados detalhados sobre contratantes, transportadores, carga, origem, destino, valor do frete e forma de pagamento. O código será emitido previamente e vinculado ao Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e). Assim, estarão integrados, de maneira eletrônica, a ANTT, a Receita Federal e os fiscos estaduais (Sefaz) e municipais (ISS).

Além disso, está autorizada a suspensão do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) para infratores autuados por serviços de logística com valores inferiores ao exigido de forma reiterada, com mais de três ocorrências em um período de seis meses.

“São novos instrumentos jurídicos para fiscalizar melhor o frete e garantir a proporcionalidade. Aquele que reincide, que teima em contratar abaixo do piso, vai ter penalidades maiores e até ser descontinuado o seu direito de transportar”, reforçou Renan Filho.

Cancelamento de registro

As novas medidas cautelares têm o objetivo de combater práticas econômicas desleais em negociações que favorecem empresas e reduzem os direitos básicos dos caminhoneiros. Em casos de reincidência, a suspensão do RNTRC passa a ser mais longa e pode evoluir para o cancelamento do registro, com vedação ao exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por até dois anos.

Monitoramento justo

Responsáveis por anúncios de serviços que ofereçam fretes abaixo do valor mínimo também serão punidos. Os infratores estarão sujeitos às mesmas multas e sanções aplicadas a transportadores e contratantes que descumprirem a lei.

As regras, no entanto, não se aplicam ao transportador autônomo de cargas (TAC).



“Cuidar do preço mínimo do frete, nesse momento, é ajudar o caminhoneiro, sobretudo o autônomo”, concluiu o titular da pasta.

A MP está válida por 60 dias até a aprovação do Congresso Nacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/03/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E ANTT DETALHAM RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA NOVAS REGRAS DO FRETE MÍNIMO

MP nº 1.343 torna obrigatório CIOT e apresenta como será, na prática, o bloqueio de operações fora da lei

O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o diretor-geral da ANTT, Guilherme Sampaio, detalham nesta sexta-feira (20) a resolução que regulamenta a Medida Provisória nº 1.343/2026, responsável por estabelecer novas regras para o transporte rodoviário de cargas no país. A coletiva de imprensa será realizada às 11h, na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A norma define como será feita, na prática, a implementação imediata das medidas já em vigor, com foco no cumprimento do piso mínimo do frete. Entre os principais pontos, estão a obrigatoriedade do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), o bloqueio de fretes irregulares ainda na fase de contratação e a aplicação de penalidades mais rigorosas para quem descumprir a legislação.

Cobertura de imprensa

Os profissionais de imprensa interessados em acompanhar a coletiva devem realizar o credenciamento, até as 8h, desta sexta-feira (20) pelo e-mail aescom@transportes.gov.br.

Serviço

Regulamentação da Medida Provisória nº 1.343/2026

Data: sexta-feira, 20 de março

Horário: 11h

Local: Sede da ANTT — Subsolo, Sala do CNSO

Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), trecho 03, lote 10, Projeto Orla Polo 8

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 20/03/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A URGÊNCIA DAS HIDROVIAS PARA O PRESENTE E O FUTURO DO NORTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A voz do setor produtivo amazônico, ecoada pelo diretor-geral da Super Terminais, Marcello Di Gregorio, durante o fórum Norte Export em Manaus (AM), nessa quinta-feira, dia 19, traz um alerta que o Brasil não pode mais ignorar: a logística da Região Norte está operando no limite da sobrevivência. O debate sobre a concessão do transporte hidroviário nos rios Tapajós, Madeira e Tocantins transcende a técnica de engenharia; trata-se de garantir que a Zona Franca de Manaus e o consumidor brasileiro não sejam asfixiados pelo “custo da seca” e pela paralisia institucional. Defender o avanço deste projeto é defender a única solução viável de conexão para uma região que o mapa ferroviário e rodoviário ainda insiste em isolar.

A importância estratégica da concessão reside na previsibilidade. Como pontuado por Di Gregório, operar navios com apenas 60% de sua capacidade durante os meses de vazante é um atestado de ineficiência forçada. Os R\$ 3 bilhões em custos adicionais gerados pelas secas extremas de 2023 e

2024 não desaparecem no balanço das empresas; eles se transformam em preços mais altos para o ar-condicionado, a televisão e a motocicleta que saem de Manaus para o restante do País. Sem dragagem constante e sinalização eficiente — serviços que seriam garantidos pela iniciativa privada —, o Rio Amazonas e seus afluentes continuam sendo estradas que “fecham” para manutenção justamente quando o País mais precisa delas.

É essencial superar o impasse que interrompeu o processo de concessões hidroviárias no mês passado. É fundamental que o Ministério de Portos e Aeroportos e o Governo Federal retomem o diálogo com as comunidades indígenas e movimentos sociais sob uma premissa clara: a concessão não é a “privatização das águas”, mas a contratação de serviços de navegabilidade. O rio permanece público, mas a sua manutenção ganha o rigor técnico e a agilidade que o Estado, sozinho, tem falhado em entregar. Ignorar essa distinção é condenar a Região Norte ao subdesenvolvimento logístico sob o manto de uma proteção que, na prática, encarece a vida de quem nela habita.

O Brasil precisa decidir se quer que a Amazônia seja um polo de desenvolvimento sustentável ou um gargalo intransponível. Se o modal ferroviário é uma miragem distante e o rodoviário enfrenta desafios ambientais hercúleos, o modal hidroviário é a solução óbvia, barata e de menor impacto. O “Poder Público que trabalhe a favor da região”, clamado pelo empresariado, é aquele que garante segurança jurídica para o investimento e transforma o potencial hídrico em eficiência econômica.

Não há mais espaço para a inércia. A seca é um fenômeno natural, mas o prejuízo logístico é uma falha de gestão. O Governo deve apresentar um cronograma firme e um modelo de governança que respeite os povos da floresta, mas que não abra mão da modernização dos nossos portos e rios. A infraestrutura do Norte é um ativo estratégico para a indústria nacional; sem ela, o País inteiro paga a conta. É hora de o Brasil parar de remar contra a maré e colocar a logística amazônica para navegar com a fluidez que o século XXI exige.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

INSIGHT – DIREITO - QUANDO O CONTROLE É APENAS UMA NARRATIVA!



THIAGO BENITO ROBLES

Advogado especialista em Direito Portuário, sócio na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário

opinioao@portalbenews.com.br

Há algo profundamente reconfortante na crença de que existe um centro a partir do qual tudo é comandado. A ideia de que alguém controla o sistema, de que há um sujeito absoluto, seja ele o Estado, o capital internacional, um conglomerado empresarial ou uma autoridade reguladora, organiza mentalmente o caos e nos devolve a sensação de que o mundo ainda é inteligível pela lógica da vontade. Se há um centro, basta substituí-lo. Se há um comando, basta reformá-lo. Se há um culpado, basta enfrentá-lo.

No setor portuário, essa narrativa reaparece com frequência quase ritualística. Em momentos de gargalo operacional, acusa-se a ineficiência estatal. Em ciclos de concentração econômica, aponta-se o domínio empresarial. Quando o cenário internacional se impõe, fala-se em submissão ao capital global. A cada crise, reconfigura-se o personagem central, mas a estrutura mental permanece a mesma. Sempre há alguém que deveria estar no controle.

O problema é que talvez essa premissa esteja equivocada.

O porto contemporâneo não se organiza como extensão direta da vontade de um governante, nem como instrumento exclusivo de uma empresa. Ele funciona como uma rede densa de comunicações que se retroalimentam continuamente. Decisões regulatórias respondem a pressões econômicas, que respondem a fluxos internacionais, que respondem a variações cambiais, que respondem a políticas monetárias, que respondem a expectativas de mercado, que respondem a comunicações anteriores.



Cada movimento desencadeia outro. Cada norma produz efeitos que escapam ao seu autor. Cada investimento altera o ambiente que o justificou.

O que chamamos de sistema portuário é, na verdade, um processo permanente de ajustamento. Ele aprende por retroação. Ele absorve choques e redistribui tensões. Ele não depende exclusivamente da intenção humana, embora seja permanentemente alimentado por decisões humanas. A engrenagem não tem um centro fixo.

É aqui que a ilusão do controle se revela mais confortável do que verdadeira.

Persistimos, talvez por herança iluminista, na crença de que a sociedade é plenamente planejável e que a técnica está sempre à disposição da vontade política. Sempre que se anuncia uma grande reforma estrutural, percebe-se no discurso a promessa implícita de reorganizar a totalidade. Como se fosse possível redesenhar um sistema complexo a partir de um único ato normativo.

A experiência portuária brasileira ensina outra lição. Projetos estruturantes, discussões sobre concessões, debates sobre dragagem, reconfigurações regulatórias e rearranjos contratuais nunca se deram em um vazio. Eles foram absorvidos por uma rede de interesses, expectativas, restrições financeiras, decisões judiciais, dinâmicas sindicais e pressões internacionais. O resultado nunca foi mera execução da vontade original, mas sim uma transformação do ambiente inteiro.

Quando se acredita que o sistema depende exclusivamente da decisão correta, toda frustração vira sabotagem e toda resistência vira conspiração. Mas quando se compreende que estamos diante de uma estrutura autoproduzida de comunicações interdependentes, a pergunta muda radicalmente. Deixa de ser quem manda e passa a ser como o sistema reage. Deixa de ser quem controla e passa a ser onde estão os pontos reais de influência.

Essa mudança de perspectiva não conduz à resignação, mas à maturidade. Governar, regular, negociar e investir continuam sendo atos decisivos, porém sua eficácia não está na pretensão de dominar a totalidade, e sim na capacidade de compreender os limites estruturais dentro dos quais a ação é possível.

O porto não é um palco para heróis salvadores, nem um tabuleiro onde uma única peça determina o desfecho. Ele é uma engrenagem que integra fluxos globais, decisões locais, contratos privados, regulações públicas e expectativas difusas. Ele não se move por obediência, mas por interações contínuas. Não há um centro absoluto. Há circulação.

Neste processo, o mais difícil é admitir que o homem já não ocupa o centro da sociedade como imaginava ocupar. Não porque tenha sido derrotado por um inimigo invisível, mas porque criou estruturas comunicacionais que ganharam autonomia operacional. O sistema não é perverso por essência, nem conspiratório por natureza. Ele simplesmente funciona segundo sua própria lógica interna.

A verdadeira sofisticação institucional começa quando abandonamos a fantasia do controle total e assumimos a responsabilidade de atuar com precisão dentro da complexidade destes sistemas. A humildade sistêmica não diminui o papel do gestor, do regulador ou do investidor. Ao contrário, eleva o nível da ação, porque substitui a retórica do comando pela estratégia da compreensão.

No setor portuário, essa diferença não é filosófica apenas. Ela é prática. Entre prometer reorganizar tudo e compreender como o sistema efetivamente responde, há um abismo. E é nesse abismo que se decide a qualidade da governança.

Talvez o maior avanço civilizatório não esteja em controlar mais, mas em compreender melhor. Não em ocupar o centro, mas em reconhecer que ele talvez nunca tenha existido da forma como imaginamos.

O PORTO NÃO É UM PALCO PARA HERÓIS SALVADORES, NEM UM TABULEIRO ONDE UMA ÚNICA PEÇA DETERMINA O DESFECHO. (...) ELE NÃO SE MOVE POR OBEDIÊNCIA, MAS POR INTERAÇÕES CONTÍNUAS. NÃO HÁ UM CENTRO ABSOLUTO. HÁ CIRCULAÇÃO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - JULIÃO DEFENDE CONCESSÕES E CRITICA FALTA DE ACESSOS NO NORTE

CEO do Grupo Brasil Export cita dificuldades após chuva em Manaus e pede mais investimentos em rodovias na região

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em seu discurso, Julião citou as dificuldades de acesso, que inclusive foram enfrentadas por autoridades e participantes do fórum após um dia de intensa chuva em Manaus

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, encerrou o Fórum Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM), defendendo a política de concessões para a infraestrutura logística da região, com destaque para hidrovias e,

principalmente, rodovias, e reforçou o papel da iniciativa privada em garantir investimentos para o setor.

Em seu discurso de encerramento, Julião citou as dificuldades de acesso, que inclusive foram enfrentadas por autoridades e participantes do fórum após um dia de intensa chuva na capital amazônica.

“Pensei em alugar ônibus pela situação ocorrida durante a manhã, dar uma outra alternativa. Recebi a informação de que não tem ônibus, porque não tem acessos. Quando chove não é um problema da hidrovia, é o problema da rodovia. É o problema da falta de investimentos”, comentou.

O CEO do Brasil Export enfatizou a política de concessões para melhorar a infraestrutura da região, em especial do Amazonas.

“O investimento que falta não vai ser público, o investimento é privado. E aí entra a importância das concessões, do uso de tecnologia, porque quando temos o problema é através da tecnologia que se resolve. As concessões de rodovias, onde talvez se tivesse privatizada, os ônibus pudessem chegar”, pontuou.

Super Terminais

Julião parabenizou a Super Terminais, em nome do diretor-geral Marcello Di Gregório, pelo aniversário de 30 anos de atuação da empresa no setor portuário na região Norte.

“Estamos comemorando os 30 anos da Super Terminais, e tenho certeza que virão os 40 anos, 50, 60. Espero que tenhamos outras situações logísticas, que tenhamos soluções, que tenhamos um crescimento que o setor precisa em uma região tão importante como é o Norte. Parabéns pela coragem, resiliência, por reunir grandes formadores de opinião no Norte Export”, finalizou.

A programação do Norte Export segue nesta sexta-feira (20) com visitas técnicas. No período da manhã, haverá visita à plataforma de lançamento de fibra óptica na Prates Navegação.

No início da tarde, a comitiva vai realizar uma visita à sede da Super Terminais, anfitriã do Norte Export.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - GESTÃO A LONGO PRAZO E DRAGAGEM SÃO SOLUÇÕES PARA AS HIDROVIAS

Executivo da Jan de Nul defende gestão contínua e dragagem preventiva como forma de evitar colapsos logísticos nas hidrovias amazônicas

Por BEATRIZ DE CASTELA redacao.jornal@redenenews.com.br

Em sua participação no Fórum Norte Export, na quinta-feira (19) em Manaus (AM), Ricardo Delfim, diretor comercial da Jan de Nul, destacou uma mudança de paradigma na manutenção das hidrovias da região Norte. Apresentando um estudo de caso recente no Rio Madeira, ele defendeu que o planejamento e a gestão a longo prazo podem evitar o colapso logístico causado por eventos climáticos extremos.



Ricardo Delfim, diretor comercial da Jan de Nul, defendeu que o planejamento e a gestão a longo prazo podem evitar o colapso logístico causado por eventos climáticos extremos

Historicamente, obras de dragagem na região amazônica são executadas de forma corretiva. Mas entre 2022 e 2023, a Jan de Nul participou de um projeto piloto do governo federal focado na dragagem preventiva. A atuação ocorreu em um trecho de 600 quilômetros da hidrovia do Rio Madeira, estendendo-se de

Porto Velho (RO) até Manicoré (AM).

Delfim utilizou uma metáfora médica para ilustrar a intervenção: a dragagem, por ser uma atividade cara e de alto valor agregado, é como um “antibiótico” que só deve ser aplicado quando estritamente necessário. “Aqui na bacia amazônica, observamos uma série de hidrovias onde a pura gestão, o monitoramento do canal e o balizamento adequado já solucionariam uma boa parte do problema, agindo como um analgésico, um Tylenol, sem precisar partir para um Benzetacil de uma vez”.

A estratégia consistiu em intervir apenas em seis ou sete pontos críticos por ano, dependendo da sazonalidade, em vez de dragar irrestritamente toda a calha do rio. O resultado prático foi comprovado durante a seca histórica de 2024. Os pontos que receberam a dragagem preventiva em momentos de água alta permaneceram navegáveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - DIRETOR DA SUPER TERMINAIS DEFENDE CONCESSÃO DAS HIDROVIAS

Marcello Di Gregório diz que infraestrutura precária causa custos logísticos e resulta em produtos elevados aos consumidores brasileiros

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O diretor-geral da Super Terminais, Marcello Di Gregório, defendeu o projeto de concessão das hidrovias do Amazonas e cobrou avanços do governo diante das incertezas sobre o processo. Segundo ele, a deficiência na infraestrutura do transporte fluvial eleva custos logísticos e encarece produtos para o consumidor. O tema foi tratado durante painel do Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM).



Para o diretor-geral da Super Terminais, Marcello Di Gregório, a deficiência na infraestrutura do transporte fluvial eleva custos logísticos e encarece produtos para o consumidor

O projeto prevê a concessão de trechos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, com foco na prestação de serviços como dragagem e melhoria da navegabilidade. A proposta, estruturada pelo Ministério de Portos e Aeroportos, busca ampliar a eficiência do transporte hidroviário, considerado mais barato e com menor impacto ambiental. O processo, no entanto, foi interrompido em fevereiro de 2026, após protestos de povos indígenas e movimentos sociais.

Di Gregório afirmou que a falta de previsibilidade compromete a operação e impacta toda a cadeia logística. “Nós viemos de alguns anos com grandes problemas com a seca, principalmente em 2023, e também em 2024. Sabemos que de outubro a dezembro, operamos navios que vem com aproximadamente 60% a 70% da sua capacidade. Precisamos de um poder público que trabalhe a favor do empresariado, que trabalhe em favor da região norte. Sabemos que há muitos desafios aqui. Então, se não vão nos conectar por ferrovias, ou pelo meio terrestres, vamos investir no transporte fluvial”, comentou.

Segundo o executivo, os efeitos recaem diretamente sobre o consumidor. Ele citou produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, como ar-condicionado, televisores e motocicletas, que tendem a ficar mais caros sem melhorias na logística. De acordo com ele, a seca recente gerou custos adicionais de até R\$ 3 bilhões em dois anos.

Por fim, Di Gregório ressaltou que a concessão trata da prestação de serviços e não da exploração dos rios.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - Empresa busca ser referência e prevê R\$ 400 milhões em investimentos
Por ALINE SILVA redacao.jornal@redebenews.com.br



Di Gregório defendeu que a região Norte deixe de ser vista como periférica na agenda logística nacional e passe a ser tratada como estratégica para o desenvolvimento do país

A logística do Amazonas sustentada majoritariamente pelos rios concentra um dos principais gargalos e, ao mesmo tempo, uma das maiores potencialidades do país. É nesse contexto que a Super Terminais, responsável por cerca de 50% da carga que chega ao estado, busca se consolidar como referência nacional em eficiência e sustentabilidade.

Durante o Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM), o diretor-geral da empresa, Marcello Di Gregório, destacou o papel histórico da companhia na estruturação logística da região Norte e cobrou maior atenção ao modelo amazônico de transporte. “98% das mercadorias e das pessoas se deslocam por rios. Aqui, os rios são as nossas estradas”.

Segundo ele, a empresa atua desde 1977 na região e tem sido protagonista na consolidação da logística local, em um cenário ainda marcado por desafios estruturais e baixa priorização nacional. A operação da Super Terminais emprega atualmente cerca de 800 trabalhadores diretos e 2.400 indiretos, e deve receber aproximadamente R\$400 milhões em investimentos ao longo deste ano, com foco na ampliação da capacidade e modernização das operações.

Entre as medidas em curso, estão a substituição do diesel por gás natural, com a implantação de uma usina própria ainda este ano, e a adoção de caminhões elétricos nas operações.

O executivo defendeu ainda que a região Norte deixe de ser vista como periférica na agenda logística nacional e passe a ser tratada como estratégica para o desenvolvimento do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT – ALTA DO PETRÓLEO REDIRECIONA NAVIOS DE DIESEL E PRESSIONA ABASTECIMENTO

Com preços internacionais acima do mercado interno, importações perdem viabilidade e expõem fragilidade logística

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



Especialistas repercutiram a situação das seis embarcações durante o painel “Os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte e o futuro da Margem Equatorial” 500 mil estão nas empresas associadas

A Petrobras identificou que seis navios carregados de diesel destinados ao Brasil mudaram de rota e foram para outros mercados. O alerta foi dado pelo diretor de

Desenvolvimento de Negócios do Grupo Dislub Equador, Leonardo Cerquinho, durante o painel “Os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte e o futuro da Margem Equatorial”, exposto durante o Fórum Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM).

O motivo é econômico: o preço do petróleo Brent mais que dobrou após o conflito envolvendo o Irã. “O petróleo atingiu níveis históricos nos últimos dias, e esse choque geopolítico reforça uma urgência estratégica para garantir que o Brasil tenha autossuficiência energética”, afirmou a diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export e moderadora do painel, Núria Bianco.

Com isso, importar diesel ficou até 50 centavos por litro mais caro do que o preço praticado no Brasil. “Quando você se coloca na situação de importador, você vai trazer um navio que vai estar custando 50, 40 centavos por litro de diesel mais caro do que é consumido no Brasil, e você tem uma extrema dificuldade de repassar aquilo”, explicou Cerquinho.

O problema é grave porque, nas palavras do executivo, “30% do diesel do Brasil depende da importação. Se essa importação não existe, 30% dos consumidores vão ficar sem diesel.” A isenção do PIS/Cofins anunciada pelo governo ajuda, mas Cerquinho avalia que “o descolamento ainda está muito grande.” As saídas são difíceis: a Petrobras teria que subir seus preços ao nível internacional, ou assumir ela mesma as importações com algum tipo de subsídio.

A região Norte já enfrentou crises parecidas. Há 13 anos, o Grupo Dislub Equador criou um terminal em Itacoatiara para receber navios de grande porte e distribuir combustível por balsas.

“Manaus já teve problema, chegava a faltar combustível não só em Manaus como em várias regiões do Norte, e nós já conseguimos resolver isso há 13 anos, pelo menos localmente”, lembrou Cerquinho.

Amazonas

O secretário de Energia do Amazonas, Ronney Peixoto, defendeu que a dependência do combustível importado é sintoma de um problema maior: a falta de diversificação econômica do estado.

“O PIB da mineração no Pará é de 60 bilhões de reais. O PIB da mineração no Amazonas é de cerca de 1 bilhão. Por que no Pará pode e por que no Amazonas a gente não pode?”, questionou.

O governo estadual tem projetos que somam mais de 20 bilhões em investimentos, com projeção de 30 bilhões de impacto no PIB e 30 mil empregos até 2030. Para Peixoto, esse novo ciclo econômico não substitui a Zona Franca de Manaus: “A gente não pode abrir mão da Zona Franca de Manaus, do polo industrial, porque é o alicerce da nossa economia. Precisamos desenvolver novas matrizes”, explicou.

Porém, o impacto já é sentido nos municípios menores. Em Silves, onde opera um empreendimento de gás, o secretário observou uma mudança nas expectativas das famílias:

“O sonho da mãe e do pai era quando a criança crescesse, viesse estudar em Manaus. E agora ele sabe que o filho pode estudar lá, crescer e arrumar emprego na região”, afirmou.

Margem Equatorial

Em outubro do ano passado, o campo de Foz do Amazonas recebeu o primeiro licenciamento ambiental para exploração na Margem Equatorial. Para o diretor da Hidroclean, Thiago Lemgruber, a aprovação foi resultado de rigor técnico: “Esse licenciamento só foi concedido graças à segurança de todas as condicionantes ambientais que estavam sendo atendidas”, ressaltou.

O desafio agora é operacional. “A margem equatorial ofereceu um desafio sem igual, muito diferente do que foi na Bacia de Campos. São mais de 500 quilômetros da margem, na Foz do Amazonas, e uma navegação de cerca de 60 horas a partir do porto de Belém para chegar até o campo de exploração”, detalhou Lemgruber. Qualquer emergência leva, no mínimo, dois dias e meio para ser atendida.

Para lidar com isso, foi criada uma rede de resposta que vai além das empresas especializadas. “A sociedade participa de todo esse processo através de exercícios simulados onde são utilizados recursos locais em conjunto com recursos da empresa e de empresas parceiras”, explicou o executivo.

Na visão de Lemgruber, segurança operacional e desenvolvimento econômico “precisam ser construídos juntos, com transparência e com a participação de quem vive na região”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - HIDROVIAS SÃO AS ESTRADAS DO NORTE”, DIZ DEPUTADO

Debate aponta necessidade de ampliar investimentos, reduzir burocracia e avançar em um marco legal para destravar o potencial hidroviário

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O painel “Hidrovias: A Nova Fronteira Logística” promovido pela Frenlogi e pelo IBL reuniu representantes do governo federal, do Congresso e de órgãos de infraestrutura

A resiliência climática e a perenidade das hidrovias pautaram o último painel do Fórum Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM), iniciativa do Grupo Brasil Export. Com o tema “InfraESG: Resiliência climática e perenidade das vias navegáveis”, o encontro reuniu especialistas e representantes do setor para discutir como a infraestrutura da região Norte começa a lidar com eventos climáticos extremos e a necessidade de adaptação das operações.

Moderado por Leopol do Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News, o debate contou com a participação de Adalberto Tokarski, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Dodó Carvalho, vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani); Fabiano Lorenzi, CEO da Norcoast; João Gilberto Pires Coelho, representante da Praticagem do Amazonas; e Samara da Silva Gualberto, advogada e integrante da

Sociedade Amigos da Marinha do Pará (Soamar-PA). Os perfis distintos dos debatedores reuniram visões regulatórias, operacionais e institucionais sobre o tema.

Ao longo da discussão, foi destacado que o setor de infraestrutura da região Norte começa a identificar com maior clareza suas fragilidades climáticas, especialmente diante de episódios recentes de seca e instabilidade no regime dos rios. Esse reconhecimento, segundo os participantes, tem impulsionado a adoção de práticas voltadas à resiliência, com foco em planejamento, monitoramento e maior previsibilidade das condições de navegabilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - HIDROVIAS ENFRENTAM NOVO CENÁRIO CLIMÁTICO E EXIGEM PLANEJAMENTO

Especialistas apontam durante painel do fórum Norte Export a necessidade de adaptação e maior previsibilidade operacional

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Ao longo da discussão no painel, os especialistas destacaram que o setor de infraestrutura da região Norte começa a identificar com maior clareza suas fragilidades climáticas

A resiliência climática e a perenidade das hidrovias pautaram o último painel do Fórum Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM), iniciativa do Grupo Brasil Export. Com o tema “InfraESG: Resiliência climática e perenidade das vias navegáveis”, o encontro reuniu especialistas e representantes do

setor para discutir como a infraestrutura da região Norte começa a lidar com eventos climáticos extremos e a necessidade de adaptação das operações.

Moderado por Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News, o debate contou com a participação de Adalberto Tokarski, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Dodó Carvalho, vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani); Fabiano Lorenzi, CEO da Norcoast; João Gilberto Pires Coelho, representante da Praticagem do Amazonas; e Samara da Silva Gualberto, advogada e integrante da Sociedade Amigos da Marinha do Pará (Soamar-PA). Os perfis distintos dos debatedores reuniram visões regulatórias, operacionais e institucionais sobre o tema.

Ao longo da discussão, foi destacado que o setor de infraestrutura da região Norte começa a identificar com maior clareza suas fragilidades climáticas, especialmente diante de episódios recentes de seca e instabilidade no regime dos rios. Esse reconhecimento, segundo os participantes, tem impulsionado a adoção de práticas voltadas à resiliência, com foco em planejamento, monitoramento e maior previsibilidade das condições de navegabilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - LIDERANÇAS DEFENDEM HIDROVIAS, INTEGRAÇÃO DE MODAIS E ESTABILIDADE JURÍDICA

Painel reuniu governo e setor privado em Manaus e apontou falhas de comunicação, entraves regulatórios e falta de integração como principais desafios

Por ALINE SILVA redacao.jornal@redebenews.com.br

A ampliação do uso das hidrovias, a integração entre modais e a segurança jurídica dominaram o debate sobre infraestrutura de transportes no Norte Export, na quinta-feira (19), em Manaus (AM).

Especialistas apontaram gargalos estruturais, falhas de comunicação e entraves regulatórios como desafios ao avanço da logística na região.



Hidrovias e integração modal dominaram a discussão sobre logística na região Norte. Segurança jurídica e investimentos foram apontados por especialistas como pontos críticos

O secretário nacional de Hidrovias Otto Burlier, afirmou que o Brasil ainda utiliza pouco seu potencial hidroviário e destacou a necessidade de melhorar a comunicação sobre os projetos. Segundo ele, apesar da revogação do decreto 12.600/2025, os estudos para concessões nos rios Madeira, Tapajós e

Tocantins seguem em andamento.

O diretor de Planejamento da Infra S.A., Cristiano Della Giustina, avaliou que o principal gargalo atual está no acesso aos terminais. Ele defendeu o avanço da multimodalidade e alertou que, sem novos investimentos, o Arco Norte pode perder participação no escoamento de cargas.

A diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil, Mariana Pescatori, afirmou que o avanço das concessões exige maior diálogo com comunidades e mais segurança jurídica. Ela destacou entraves no licenciamento ambiental e na execução de dragagens, considerados pontos críticos para garantir previsibilidade ao setor.

Já o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e do Conselho do Norte Export, Sergio Aquino, afirmou que o principal problema hoje está no acesso da carga e na insegurança jurídica, agravada por decisões judiciais. Para ele, o setor precisa de políticas públicas mais estáveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - SEGURANÇA JURÍDICA NO CENTRO DO DEBATE SOBRE HIDROVIAS NO NORTE EXPORT

Especialistas apontam entraves regulatórios e defendem concessões como caminho para destravar logística na região

Por JÚNIOR BATISTA redacao.jornal@redebeneews.com.br



Especialistas discutem entraves regulatórios e segurança jurídica nas hidrovias do Norte. Painel do InfraJur reuniu setor jurídico e operadores durante o Norte Export, em Manaus

A segurança jurídica e os desafios regulatórios nas hidrovias da região Norte estiveram no centro dos debates do Fórum Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus. O tema foi abordado em painel do InfraJur, que reuniu especialistas para discutir entraves e caminhos para ampliar investimentos e a eficiência logística na região.

Mediado por Celso Peel, coordenador científico do Conselho Jurídico do Grupo Brasil Export, o debate destacou que o desenvolvimento do Arco Norte depende da integração entre diferentes modais de transporte e de um ambiente regulatório mais estável.

A diretora jurídica da Cargill, Sandra Silva, afirmou que a combinação entre transporte terrestre e hidroviário exige regras claras para garantir segurança aos investimentos. Segundo ela, a principal fonte de incerteza hoje está relacionada ao licenciamento ambiental.

O advogado Thiago Miller, sócio da RMM Advocacia, defendeu que a concessão das hidrovias é essencial para estruturar o setor, especialmente no Norte, onde o transporte depende majoritariamente desse modal. Ele ressaltou, no entanto, a necessidade de equilibrar tarifas e remuneração dos concessionários.

Já o advogado Benjamin Gallotti destacou que, além da regulação, é fundamental assegurar políticas públicas consistentes e de longo prazo. Para os especialistas, o avanço das hidrovias na região depende não só de investimentos, mas também de maior previsibilidade regulatória e segurança para operadores e investidores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

BRASIL EXPORT - INVESTIMENTOS LOGÍSTICOS NA REGIÃO NORTE DOBRARAM EM QUATRO ANOS

Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Operadores Logísticos, Ricardo Buteri, apresentou os dados

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o representante da Abol Ricardo Buteri, o setor responde por cerca de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no país, dos quais 500 mil estão nas empresas associadas

Os investimentos de operadores logísticos na região Norte passaram de 25% para 51% do total nacional entre 2020 e 2024. Os números constam da pesquisa Perfil de Operadores Logísticos, coordenada pela Associação

Brasileira de Operadores Logísticos (Abol), e foram apresentados pelo presidente do Conselho Deliberativo da entidade, Ricardo Buteri, durante o Fórum Norte Export, realizado na quinta-feira (19), em Manaus (AM), pelo Grupo Brasil Export.

“Dois anos dobraram a quantidade de investimentos”, disse Buteri ao detalhar a evolução dos aportes no período mais recente da série. Segundo ele, o crescimento abrange operações de logística de abastecimento, atacado, varejo, e-commerce e transporte, refletindo a ampliação da demanda por serviços integrados na região. O dirigente destacou ainda que se trata do maior avanço já registrado para o Norte entre a primeira e a última edição da pesquisa, cuja próxima rodada já está contratada para 2026.

O levantamento, de periodicidade bienal e conduzido pela consultoria Ilus com participação de entidades do setor, apontou receita operacional bruta de R\$ 192 bilhões no segmento em âmbito nacional, sendo R\$ 36 bilhões concentrados nas empresas associadas à Abol. Os dados consideram operações em diferentes cadeias produtivas e abrangem tanto atividades de armazenagem quanto transporte e distribuição.

Segundo Buteri, o setor responde por cerca de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no país, dos quais 500 mil estão nas empresas associadas. A arrecadação de tributos chegou a R\$ 43 bilhões, enquanto os investimentos declarados pelas associadas somaram R\$ 20 bilhões, direcionados principalmente à aquisição de equipamentos, incorporação de tecnologia e desenvolvimento de soluções baseadas em inteligência artificial.

Entre os segmentos atendidos pelos operadores logísticos, bebidas lideraram com 72% de participação, alta de 14% em relação à pesquisa anterior. Na sequência aparecem automotivo e peças, cosméticos, alimentos processados, eletrodomésticos e farmacêuticos. Durante a

apresentação, Buteri relacionou esses setores ao fluxo de mercadorias que entram e saem da região Norte, destacando o papel da logística no abastecimento e na distribuição para outros mercados.

De acordo com o executivo, a ampliação dos investimentos no Norte também reflete a reconfiguração das rotas de escoamento da produção nacional, com maior utilização dos portos da região no chamado Arco Norte. Esse movimento tem exigido adaptação das operações logísticas, com maior presença de operadores em áreas antes menos atendidas e expansão de estruturas de apoio ao transporte.

Além dos indicadores de crescimento, o presidente chamou atenção para a pressão de custos enfrentada pelo setor. A Abol publicou nota de repúdio ao aumento do preço do diesel, com altas de 25% no Rio de Janeiro e em São Paulo e de 50% em Brasília, além de relatos de desabastecimento em Santa Catarina. Segundo ele, o encarecimento do combustível tem impacto direto nas operações.

Buteri afirmou que a elevação dos custos, somada à cobrança de taxas emergenciais, acaba sendo repassada ao consumidor final, mesmo em um cenário de desonerações. “Não dá mais para suportar, como pessoa física, tudo e qualquer custo”, disse.

Multimodalidade

A pressão de custos, segundo Buteri, está ligada também à baixa integração entre os modais de transporte no país. O executivo apontou a multimodalidade como eixo central de sua gestão à frente da entidade e defendeu a construção de soluções articuladas entre operadores, embarcadores e poder público.

Como exemplo, citou que um dos associados, a Santos Brasil, no Porto de Santos, utiliza a ferrovia em menos de 10% das suas operações, mesmo com incentivos tarifários disponíveis. O dado, segundo ele, evidencia entraves operacionais e de coordenação que limitam o uso combinado dos modais.

No campo institucional, Buteri mencionou o Projeto de Lei 3.751/2020, em tramitação há seis anos, que busca regulamentar a atividade de operador logístico no Brasil. O texto estabelece critérios mínimos para enquadramento no setor, como faturamento, estrutura própria e nível de serviço, e tem aprovação projetada pela entidade para 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - MP DO GOVERNO AMPLIA PROTEÇÃO A CAMINHONEIROS

Medida Provisória prevê multas de até R\$ 10 milhões por operação para contratantes que descumprirem o piso do frete

Do Estadão Conteúdo



Empresas transportadoras que não respeitarem as regras podem ter a autorização para atuar no setor cancelada por até dois anos

O governo federal publicou nesta quinta-feira, 19, uma Medida Provisória (MP) que endurece as regras para o cumprimento do piso mínimo do frete no transporte rodoviário de cargas.

Estão previstas multas mais elevadas para contratantes que descumprirem o piso do frete, que podem variar de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões por operação. A publicação foi realizada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).



Além disso, há possibilidade de proibição de contratar novos fretes. Ou seja, no limite, a empresa que está atuando na irregularidade poderá ser afetada com o cancelamento temporário do seu registro de licença para atuar nesse mercado. Isso não será imediatista e ocorrerá no caso de reincidência.

Ou seja, quando houver a ocorrência de nova infração no prazo de doze meses, contado da decisão administrativa definitiva condenatória anterior.

As empresas transportadoras poderão sofrer a suspensão cautelar do registro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) ou, no cenário mais grave, o cancelamento da autorização para atuar no setor por até dois anos. Os transportadores autônomos não serão alvo dessas suspensões.

As medidas foram anunciadas na quarta-feira, 18, pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Ele falou “senso de urgência”. Além do endurecimento das regras para o cumprimento do piso do frete, houve ainda a divulgação do nome de empresas que não seguem a legislação. Isso tudo ocorreu no contexto em que parte dos representantes dos caminhoneiros ameaçou a ocorrência de greve em função da elevação nos preços dos combustíveis.

Registro

Segundo o governo, com a MP, haverá “ampliação da proteção aos caminhoneiros”. Haverá a obrigatoriedade do registro de todas as operações por meio do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT). Esse sistema poderá reunir informações detalhadas sobre o frete, como valores pagos e o piso mínimo aplicável.

Essa será a base para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) possa identificar e, em última análise, bloquear operações realizadas abaixo do valor legal. Outra previsão é que a responsabilização poderá alcançar os sócios e integrantes de grupos econômicos, por meio da desconsideração da personalidade jurídica.

Haverá ainda a integração de dados entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Receita Federal e fiscos estaduais e municipais.

“Com as novas regras, o governo busca assegurar condições mais justas para os caminhoneiros, combater práticas abusivas no setor e dar maior efetividade à política de preços mínimos do frete rodoviário”, declarou o Ministério dos Transportes, em nota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - PONTE ENTRE ALAGOAS E SERGIPE AVANÇA COM ESTRUTURA JÁ MONTADA

Obra sobre o Rio São Francisco chega a fase com pilares e pré-lajes concluídos e investimento de R\$ 205 milhões

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realizou visita técnica às obras da Ponte sobre o Rio São Francisco, que liga Penedo (AL) a Neópolis (SE), na BR-349/AL/ SE.

A agenda, realizada entre os dias 11 e 13 de março contou com a participação da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, representada pelo diretor Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, além do coordenador-Geral de Desenvolvimento e Projetos, Rodrigo Portal.

A inspeção ocorreu em um momento de avanço acelerado, com pilares e pré-lajes já concluídos. A travessia terá 1,18 quilômetro de extensão e 18 metros de largura. No vão navegável, com 150 metros de extensão, a ponte terá 30 metros de altura, sendo aproximadamente 18 metros em relação ao nível da água.

A estrutura também contará com ciclovia de 2,30 metros de largura, dois acostamentos de 2,50 metros cada, duas faixas de rolamento de 3,60 metros cada e passeio para pedestres com 2,30 metros de largura e sistema de iluminação ao longo de toda a ponte, reforçando a segurança para motoristas, ciclistas e pedestres. O investimento total na obra é de aproximadamente R\$ 205 milhões, com recursos do Novo PAC.

Para o diretor Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, a obra representa um avanço para a infraestrutura nacional. “Estamos acompanhando de perto a execução para garantir que os serviços avancem com qualidade e dentro do cronograma. Essa ponte é fundamental para ampliar a integração da região, fortalecer a logística e também impulsionar o desenvolvimento econômico do Baixo São Francisco”, destacou.

O coordenador Rodrigo Portal também ressaltou a relevância do empreendimento. “A nova ligação entre Alagoas e Sergipe trará ganhos diretos para a população, com mais segurança, mobilidade e oportunidades de crescimento para a região”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS – PEDRA FUNDAMENTAL MARCA INÍCIO DA NOVA SEDE DA PF NO PORTO DE SANTOS

Obra de R\$ 58 milhões será erguida na entrada do canal e reunirá estruturas operacionais e administrativas da corporação

Por JÚNIOR BATISTA Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A cerimônia de lançamento da pedra fundamental contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e do presidente da APS, Anderson Pomini

O lançamento da pedra fundamental da nova sede da Polícia Federal (PF) no Porto de Santos marcou, na quinta-feira (19), o início formal das obras do empreendimento, que será construído na entrada do canal de navegação, na região da Ponta da Praia. A

cerimônia contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

Durante o evento, foi realizado um ato simbólico de implantação do canteiro de obras, com a marcação dos primeiros elementos da construção. As autoridades também visitaram a área onde será erguido o edifício, na Praça Almirante Gago Coutinho, ao lado do Centro de Convenções e do Terminal Pesqueiro Público.

O projeto prevê a construção de um prédio de dez andares, em um terreno de aproximadamente 5,8 mil metros quadrados, com investimento estimado em R\$ 58 milhões e entrega prevista para 2029. A estrutura reunirá, em um único complexo, as unidades operacionais e administrativas da Polícia Federal em Santos, incluindo o Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom).

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, a localização da nova sede, com acesso direto ao canal do estuário, deve permitir resposta mais rápida a incidentes e operações em alto-mar, além de ampliar a capacidade de combate a crimes transnacionais, como tráfico de drogas e contrabando.

O ministro Silvio Costa Filho afirmou que a iniciativa está inserida em uma estratégia de fortalecimento da atuação estatal em áreas portuárias. “Como a maior instalação portuária da América Latina, o Porto



de Santos lida com desafios complexos, como o tráfico internacional de drogas e outras formas de crime organizado”, disse.

O superintendente regional da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo Luiz Sanfurgo de Carvalho, afirmou que a nova unidade representa um avanço na estrutura operacional da corporação no porto. Segundo ele, a presença mais próxima do canal de navegação amplia a capacidade de resposta e de atuação integrada com outros órgãos.

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos, os recursos para a construção incluem repasses da Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-Fips), previstos como contrapartida contratual para investimentos em infraestrutura portuária. A APS informou que optou por direcionar valores de outorga para o projeto, por considerá-lo relevante para o funcionamento do complexo.

O presidente da APS também citou a participação de entidades e empresas da comunidade portuária no projeto, como a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), a Associação Comercial de Santos, o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo Santos), sindicatos e operadores portuários, além de empresas privadas.

Ainda durante o evento, foi assinada a formalização de investimentos em dois berços de atracação voltados a graneis líquidos, em parceria com as empresas Ultracargo, Granel Química, Stolthaven e Vopak. O investimento previsto é de cerca de R\$ 400 milhões, com execução estimada em até três anos, incluindo etapas de licenciamento ambiental.

Participaram da cerimônia o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa, o deputado estadual Paulo Corrêa Jr., o prefeito de Guarujá, Farid Madi, o capitão dos Portos de São Paulo, Leandro Gomes Mendes, o comandante do 8º Distrito Naval, vice-almirante Marco Antonio Linhares Soares, além de diretores e conselheiros da APS, representantes da Marinha e integrantes da comunidade portuária.

Berços líquidos

Segundo a APS, os novos berços serão instalados na região da Alemoa e devem ampliar a capacidade de movimentação de graneis líquidos do porto. A estimativa é de acréscimo de até 5 milhões de toneladas por ano, elevando de nove para 11 o número de berços públicos especializados nesse tipo de carga.

Além dessas estruturas, a autoridade portuária informou que há previsão de construção de dois novos berços adicionais pela Petrobras em terminal localizado na mesma região.

De acordo com Pomini, a ampliação atende ao aumento da demanda por movimentação de combustíveis e produtos químicos e faz parte da estratégia de expansão operacional do porto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - APS APONTA EXIGÊNCIAS DO TCU E CONFIRMA RECURSOS PARA TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Liberação de R\$ 2,6 bilhões depende de definição de mecanismos de governança para repasse ao governo estadual

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que dispõe de R\$ 2,6 bilhões em caixa para financiar sua participação na construção do túnel Santos-Guarujá. O valor corresponde à parcela da estatal no projeto, que deverá contar com aporte equivalente do Governo do Estado de São Paulo.

Segundo a APS, a disponibilidade dos recursos foi formalizada durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da futura sede da Polícia Federal no Porto de Santos, realizada na quinta-feira

(19). O presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, apresentou um comprovante de saldo no Banco do Brasil ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.



O presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, apresentou um comprovante de saldo no Banco do Brasil ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho

De acordo com Pomini, a liberação dos valores está condicionada à definição de mecanismos de governança e controle, após consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo ele, o órgão de controle orientou que o repasse só poderá ser realizado mediante a formalização de instrumentos que garantam a fiscalização dos recursos públicos federais envolvidos na obra.

Pomini afirmou que, sem essas garantias, a APS não pode efetuar a transferência ao governo estadual. Ele acrescentou que as tratativas para adequação do modelo estão em andamento.

O projeto do túnel prevê a ligação entre Santos e Guarujá por meio de uma travessia submersa, como alternativa ao atual sistema de balsas.

Tecon 10

Durante o evento, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Autoridade Portuária de Santos informaram que aguardam a manifestação de órgãos de controle para dar sequência ao projeto do Tecon Santos 10.

Segundo as autoridades, a área do futuro megaterminal de contêineres no Porto de Santos está em fase preparatória para leilão, dependendo da conclusão de análises técnicas e institucionais.

O projeto é discutido há cerca de 13 anos e, de acordo com o ministério, integra os planos de ampliação da capacidade operacional do Porto de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - SEGUNDA FASE DA AVENIDA PERIMETRAL DE GUARUJÁ PREVÊ VIADUTOS E NOVOS ACESSOS

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Outro anúncio feito durante a cerimônia foi a conclusão do projeto básico da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, em Guarujá. A obra prevê a implantação de sete quilômetros de vias e dois quilômetros de viadutos, com investimento estimado em cerca de R\$ 1 bilhão e prazo de execução de aproximadamente três anos, segundo a APS.

O projeto inclui a segregação do tráfego de caminhões em relação ao trânsito urbano, com o objetivo de reduzir impactos no sistema viário local. Estão previstas intervenções como a adequação do traçado das avenidas Santos Dumont e Perimetral, além da construção de novas calçadas, ciclovias e dispositivos de conexão viária.

Também fazem parte do projeto obras de infraestrutura como ajustes nos sistemas hidráulico e elétrico, além de nova sinalização rodoviária.

Entre as estruturas previstas está um viaduto de transposição da Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-55), que permitirá a ligação direta entre os terminais portuários e a rodovia no sentido São Paulo, retirando o tráfego pesado das vias urbanas do distrito de Vicente de Carvalho.



O projeto contempla ainda a construção de um viaduto na Avenida Santos Dumont, sobrepondo-se à Avenida Perimetral, e outro acesso elevado ao bairro Conceiçãozinha.

Segundo a Autoridade Portuária, a obra integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve contar com participação de terminais privados, como TGG e Termag. A formalização dessa parceria está em tramitação na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

ENERGIA - LEILÃO DE CAPACIDADE PROJETA R\$ 64 BI EM INVESTIMENTOS NO SETOR ELÉTRICO

Contratação de 18,9 mil MW/ano deve movimentar R\$ 515,7 bilhões ao longo dos contratos e ampliar a segurança do sistema diante do aumento da demanda

Do Estadão Conteúdo Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A contratação de potência no leilão de reserva de capacidade realizado na quarta-feira (18) promete destravar R\$ 64 bilhões em investimentos no setor elétrico e movimentar cerca de R\$ 515,7 bilhões ao longo dos contratos, segundo estimativas divulgadas pelo Ministério de Minas e Energia, em um movimento voltado a ampliar a oferta de energia e reforçar a segurança do sistema nos próximos anos.

Promovido pelo Ministério de Minas e Energia, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o certame resultou na contratação de 18,9 mil megawatts por ano (MW. ano) de potência, com participação de 100 empreendimentos. A potência instalada total soma 29,7 mil megawatts.

O preço médio foi de R\$ 2,334 milhões por MW.ano, com deságio médio de 5,52% em relação aos preços-teto estabelecidos. O fornecimento contratado prevê prazos distintos conforme a fonte: dez anos para usinas termelétricas e 15 anos para hidrelétricas.

Ao todo, foram contratados 18.977,158 MW.ano em disponibilidade de potência provenientes de usinas termelétricas existentes e novas, além de hidrelétricas.

O leilão ocorre após sucessivos adiamentos e judicializações que impediram sua realização em 2024 e levaram ao cancelamento de uma tentativa prevista para 2025. O certame era aguardado pelo setor diante da necessidade crescente de contratação de potência para garantir o atendimento à carga e a segurança do sistema elétrico.

Estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontam aumento da demanda por potência nos próximos anos, com risco de insuficiência em momentos de pico de consumo.

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou o modelo do leilão e identificou “fragilidades metodológicas” na definição dos preços-teto, mas optou por não adotar medidas que pudessem adiar o certame. Segundo o ministro-relator Jorge de Oliveira, “embora existam fragilidades e potenciais ineficiências na modelagem da competição”, o risco de desabastecimento de potência tornam desaconselhável a adoção de quaisquer medidas.

A Abrace Energia, que representa grandes consumidores, defendeu a realização do leilão para reforçar a segurança do sistema, mas alertou para os impactos tarifários. Segundo a entidade, a contratação de 10 gigawatts poderia gerar impacto de cerca de R\$ 45/ MWh, enquanto volumes de 15 gigawatts elevariam esse efeito para aproximadamente R\$ 67/MWh.

Durante o certame, foram negociados seis produtos de termelétricas e dois de hidrelétricas, organizados por ano de início de fornecimento. As rodadas começaram às 10h e se estenderam até o período da tarde.

O próximo leilão de reserva de capacidade, previsto para sexta-feira (20), será voltado à contratação de usinas termelétricas movidas a óleo diesel, óleo combustível e biodiesel.

CONFIRA CADA RODADA:

CONFIRA CADA RODADA:

Primeira rodada: ■ Produto Potência Termelétrica 2026: contratação de termelétrica existente a gás natural conectado ao Sistema de Transporte de Gás Natural (STGN) e termelétrica existente a carvão mineral. Início de suprimento: 1º de agosto de 2026. Período de suprimento: 10 anos. Preço corrente: R\$ 2.205.220,10 por megawatt/ano, deságio de 1,99% em relação ao preço-teto Segunda rodada: ■ Produto Potência Termelétrica 2027: contratação de termelétrica existente a gás natural conectado ao STGN e termelétrica existente a carvão mineral. Início de suprimento: 1º de agosto de 2027. Período de suprimento: 10 anos. Preço corrente: R\$ 2.249.995,00 por megawatt/ano, com deságio de R\$ 5,00/MW frente ao preço-teto estabelecido Terceira rodada ■ Produto Potência Termelétrica 2028: contratação de termelétrica – nova ou existente – a gás natural, conectado ou não ao STGN, e termelétrica existente a carvão mineral. Início de suprimento: 1º de outubro de 2028. Período de suprimento: 10 anos para empreendimento existente e 15 anos para empreendimento novo. Preço corrente: R\$ 2.718.999,37 por megawatt/ano, deságio de 6,24% em relação ao preço-teto Quarta rodada: ■ Produto Potência Termelétrica 2029: contratação de termelétrica – nova ou existente – a gás natural, conectado ou não ao STGN, e termelétrica existente a carvão mineral. Início de suprimento: 1º de agosto de 2029	Período de suprimento: 10 anos para empreendimento existente e 15 anos para empreendimento novo. Preço corrente: R\$ 2.890.000,00 por megawatt/ano, deságio de R\$ 10,00/MW em relação ao preço-teto Quinta rodada: ■ Produto Potência Termelétrica 2030: contratação de termelétrica existente ou novo a gás natural, conectado ou não ao STGN, e termelétrica existente a carvão mineral. Início de suprimento: 1º de agosto de 2030. Período de suprimento: 10 anos para empreendimento existente e 15 anos para empreendimento novo. Preço corrente: R\$ 1.395.000,00 por megawatt/ano, deságio de 0,36% sobre o preço-teto Sexta rodada: Não houve rodada para ampliação de termelétricas com entrega em 2030. Sétima rodada (com dois produtos): ■ Produto Potência Termelétrica 2031: contratação de termelétrica – nova ou existente – a gás natural, conectado ou não ao STGN, e termelétrica existente a carvão mineral. Início de suprimento: 1º de agosto de 2031. Período de suprimento: 10 anos para empreendimento existente e 15 anos para empreendimento novo. Preço corrente: R\$ 2.428.308,31 por megawatt/ano, deságio de 16,27% ■ Produto Potência Hidrelétrica 2031: contratação para instalação de novas unidades geradoras adicionais, de usinas hidrelétricas existentes. Início de suprimento: 1º de agosto 2031. Período de suprimento: 15 anos. Preço corrente: R\$ 1.400.000,00 por megawatt/ano e sem deságio
---	--

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 20/03/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS TERÁ QUE INFORMAR IMPORTAÇÕES PREVISTAS

ANP quer acompanhar movimentações e estoques para evitar problemas de abastecimento de diesel e gasolina

Do Estadão Conteúdo



A Petrobras terá que ofertar, imediatamente, os volumes de combustíveis referentes aos leilões de diesel e gasolina de março de 2026

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou nesta quinta-feira, 19, um sobreaviso no abastecimento nacional de combustíveis, com objetivo de acompanhar mais de perto o setor e evitar qualquer movimento de retenção que dificulte o fluxo do abastecimento de

diesel e gasolina no País.

A agência determinou que os grandes produtores e distribuidores de derivados de petróleo informem os estoques e movimentações para a gasolina A, diesel S10 e diesel S500, de acordo com as diretrizes da Superintendência de Distribuição e Logística (SDL) da ANP, que poderá atualizar os dados ao longo do monitoramento.



De acordo com a decisão da agência, relatada pelo diretor Fernando Moura, a Petrobras terá que ofertar, imediatamente, os volumes de combustíveis referentes aos leilões de diesel e gasolina de março de 2026, que foram cancelados pela empresa.

A estatal terá que informar também as importações previstas, produtos a serem ofertados, preços de compra e venda, locais de internalização, datas de chegadas de navio, nome dos navios e demais informações pertinentes de forma a aumentar a previsibilidade do setor.

Preço do diesel

O governo editou nesta quinta-feira o Decreto 12.883, que especifica as regras sobre o preço de comercialização e define diretrizes sobre parâmetros de mercado a serem aplicados na metodologia do preço de referência do óleo diesel de uso rodoviário.

A norma publicada nesta quinta altera o Decreto 12.878, de 13 de março de 2026, que regulamentou a Medida Provisória que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização do óleo diesel de uso rodoviário por produtores e importadores de óleo diesel.

O texto alterado diz que o preço de comercialização, válido até 31 de dezembro deste ano, será fixado por ato do Ministério de Minas e Energia e poderá ser estabelecido um preço de referência único para cada região, a ser atualizado para os períodos subsequentes, conforme metodologia a ser definida pela ANP.

Além disso, o texto estabelece as diretrizes que a metodologia de definição do preço de referência deverá considerar: “Para os importadores de óleo diesel e para os produtores de óleo diesel que refinem petróleo importado e petróleo nacional adquirido de terceiros, o preço de referência deverá considerar o preço de paridade de importação; e para os produtores de óleo diesel que refinem petróleo nacional próprio, o preço de referência deverá considerar o preço de realização do produtor no momento de edição deste Decreto, acrescido de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de real) por litro.”

Desvio

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustível (Abicom) afirmou em nota que “desvio de diesel” por importadores privados não pode ser tratado como irregularidade ou prática ilícita. A declaração é uma resposta a informações de que navios de diesel estariam sendo desviados em função de melhores oportunidades de venda da carga.

Na quarta-feira, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard disse que não é possível afirmar que os seis navios que a inteligência competitiva da estatal monitorou tenham sido desviados em função de melhores oportunidades de venda ou para o mercado spot em algum lugar do mundo.

Segundo a Abicom, o mercado nacional é livre, com atuação independente de Petrobras, importadores e distribuidores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

PETRÓLEO E GÁS - UE VAI REAVALIAR ABASTECIMENTO SE INTERRUPÇÃO EM ORMUZ PERSISTIR

O monitoramento dá atenção especial aos derivados, como querosene de aviação e diesel

Do Estadão Conteúdo

A União Europeia (UE) alertou nesta quinta-feira, 19, que a segurança energética do bloco poderá ser colocada à prova se o conflito no Oriente Médio se prolongar ou se intensificar, especialmente em um cenário de interrupção duradoura dos fluxos pelo Estreito de Ormuz.

Segundo autoridades do bloco, o monitoramento atual dá atenção especial aos derivados de petróleo como querosene de aviação e diesel, produtos considerados mais sensíveis por sua relevância para o

transporte, a logística e a atividade industrial, além de estarem mais expostos a gargalos de refino e variações de oferta no mercado internacional.

Em comunicado, os países relataram que, apesar das oscilações do preço global do petróleo, “a oferta permanece sob controle”.

Os governos também informaram que os estoques de petróleo seguem em nível elevado. Em caso de uma interrupção prolongada no Estreito de Ormuz, a Comissão Europeia afirmou que a segurança de abastecimento será reavaliada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – LULA APRESENTA SUBSTITUTO DE HADDAD NA FAZENDA

O escolhido é Dario Durigan, secretário executivo da Pasta. Haddad vai concorrer ao cargo de governador de SP

Da Agência Brasil



Durigan integrou a equipe de Haddad na Prefeitura de São Paulo como assessor especial, entre 2015 e 2016

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou nesta quinta-feira (19) que Dario Durigan será o novo ministro da Fazenda, substituindo Fernando Haddad, que deixará o cargo para disputar as próximas eleições.

O anúncio foi feito durante a abertura da 17ª Caravana Federativa, em São Paulo, de forma informal, enquanto Lula cumprimentava autoridades presentes.

“Quero cumprimentar o companheiro Dario Durigan. Ele será o substituto do Haddad no Ministério da Fazenda. Pode olhar para a cara dele, que é dele que vocês vão cobrar muitas coisas”, declarou o presidente.

A confirmação ocorreu quando Lula lia a lista de participantes do evento. Ao citar Durigan, pediu que ele se levantasse e o apresentou como futuro titular da equipe econômica.

Durante o discurso, o presidente também fez um balanço do governo e destacou a atuação dos ministros ao longo do mandato. “Haddad passará para a história como o ministro da Fazenda mais exitoso da história deste país por ter aprovado uma reforma tributária que estava parada há 40 anos”, afirmou Lula.

Saída confirmada

Mais cedo, Haddad confirmou que deixará o comando da pasta após mais de três anos no cargo. Oficialmente, Haddad não anunciou a que cargo concorrerá. Apenas disse que disputará as próximas eleições.

Nas últimas horas no cargo, Haddad classificou o momento de simbólico. “Hoje é um dia especial, um dia que eu estou deixando o Ministério da Fazenda”, disse.

A saída ocorre em meio à expectativa de que o ex-ministro anuncie sua pré-candidatura ao governo paulista na noite desta quinta-feira (19), em evento ao lado de Lula em São Bernardo do Campo.

Em seu discurso, Haddad destacou medidas adotadas durante sua gestão, com ênfase na articulação com o Congresso e na cooperação entre União, estados e municípios. Segundo ele, o chamado pacto federativo foi essencial para os resultados econômicos recentes.



“O apoio do Congresso e a reconstrução do pacto federativo foram fundamentais para corrigir distorções tributárias e permitir crescimento com inclusão.”

O ex-ministro também citou ações como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, a tributação de rendas mais altas e o aumento de investimentos públicos como fatores que contribuíram para a melhora de indicadores econômicos.

Durigan

Atual secretário executivo da Fazenda, Durigan já atuava como principal articulador político da equipe econômica e deve dar continuidade à agenda fiscal do governo.

Antes de assumir o posto de número dois do Ministério da Fazenda, em 2023, Durigan atuava no setor privado como responsável por políticas públicas do WhatsApp no Brasil, função exercida dentro da Meta Platforms desde 2020, grupo que também controla Facebook e Instagram.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REVIRAVOLTA EM PE

O cenário eleitoral em Pernambuco sofreu uma reviravolta decisiva nesta semana. O prefeito do Recife, João Campos (PSB), consolidou sua chapa majoritária para a disputa ao Governo do Estado, optando por uma composição mais à esquerda que deixou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, fora da disputa direta pelo Senado. Com o novo arranjo, o ministro anunciou oficialmente que buscará a reeleição para deputado federal. Mas manteve seu grupo político no centro das decisões ao emplacar o irmão, o advogado e economista Carlos Costa (Republicanos), na chapa governista como vice de João Campos.

BASE UNIFICADA

A composição fechada por Campos após reuniões com as cúpulas nacionais do PT e PDT foca na unificação da base de apoio do presidente Lula no estado. As duas vagas para o Senado serão disputadas por Humberto Costa (PT), que busca a reeleição, e por Marília Arraes (PDT), prima de Campos e que retorna ao grupo após liderar pesquisas de intenção de voto.

OS MOTIVOS

Embora fosse o nome favorito do Palácio do Planalto e tivesse o estímulo direto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Silvio Costa Filho desistiu de seus planos para o Senado por dois fatores determinantes. O primeiro é seu desempenho nas pesquisas. O levantamento Datafolha de fevereiro mostrou Silvio com 13% das intenções de voto, enquanto Marília Arraes (36%) e Humberto Costa (24%) lideravam isolados. A manutenção de sua candidatura poderia fragmentar os votos da esquerda e abrir espaço para a oposição.

A CHEGADA DE MARÍLIA ARRAES

A unidade do campo político foi outro fator importante. Para garantir o apoio do PDT e neutralizar dissidências no PT, João Campos precisou acomodar Marília Arraes, cuja candidatura ao Senado era considerada “insustentável” de ficar fora da chapa principal devido ao seu alto recall eleitoral.

VITÓRIA POLITICA

A indicação de Carlos Costa para a vice-governadoria é vista como uma vitória política para Silvio Costa Filho. O movimento garante que o Republicanos permaneça na estrutura de poder do estado e mantém a influência do ministro no governo de João Campos, caso eleito. Carlos é descrito como um perfil técnico e de confiança, servindo de ponte entre o setor produtivo e o governo estadual.



CRONOGRAMA MANTIDO

Apesar de não concorrer ao Senado, Silvio Costa Filho manterá seu cronograma de saída do Ministério de Portos e Aeroportos em abril, respeitando o prazo de desincompatibilização para quem disputa cargos eletivos (mesmo para deputado). O nome mais cotado para assumir a pasta é o do atual secretário-executivo, Tomé Franca.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA - “DERROTA ELEITORAL É POSSÍVEL. POLÍTICA, NÃO”, DIZ HADDAD

Pré-candidato ao governo paulista prevê disputa dura contra Tarcísio de Freitas, mas valoriza missão de fazer o estado “despertar”

Do Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, iniciou o discurso no anúncio da pré-candidatura dele ao governo de São Paulo fazendo uma reflexão sobre as derrotas eleitorais. Segundo Haddad, que foi convencido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a enfrentar o atual go vernador, Tarcísio de Freitas (Republicanos) em outubro, o importante é não haver um revés político.

“Você pode ter uma derrota eleitoral em qualquer eleição, todos nós aqui já passamos por eleições e já ganhamos e perdemos, mas uma derrota política você nunca precisa ter. A maneira correta de fazer uma eleição é ir para o embate para ganhar a eleição, mas lembrando que, mais importante que qualquer coisa, é saber do lado de quem você vai estar, com quem você vai lutar, com quem você vai brigar e qual o plano que você vai apresentar”, disse Haddad.

O ministro previu ainda que a disputa pelo governo de São Paulo será árdua, mas avaliou que não será um “sacrifício” disputar o Palácio dos Bandeirantes: “Vamos ter um debate duro pela frente, mas que pode resultar neste despertar tão importante para o povo paulista”.

Haddad ainda destacou o trabalho dele e de outros ministros para o que chamou de “reconstrução do País”. Segundo ele, os auxiliares de Lula foram submetidos a trabalhar em tempo recorde para recompor órgãos públicos deixados pela gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“O Brasil precisa do presidente Lula. Os trabalhadores, mulheres e a juventude precisam do presidente Lula. Nós estamos vendo o que está acontecendo em todo canto onde a extrema-direita governa, é um descalabro o que acontece. Nós estamos há três anos tentando reconstruir o País e ainda temos tarefas pela frente”, declarou.

Haddad disse ainda é que preciso trabalhar muito para impedir que as “coisas planejadas” pela oposição aconteçam. No primeiro discurso como candidato, Haddad disse que São Paulo precisa “despertar” e a “inércia” do Estado prejudica estruturas importantes do poder público.

“O Estado precisa efetivamente despertar, a inércia está contaminando as estruturas aqui da região, não só do Estado mas também na capital”, declarou. Segundo Haddad, a situação de São Paulo não está pior por conta de Lula que “nunca deixou de apoiar governos de oposição”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – TSE REJEITA PEDIDO DO PL PARA INVESTIGAR LULA POR DESFILE

Partido queria apuração sobre eventuais violações de regras do presidente no Carnaval

Do Estadão Conteúdo

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Antonio Carlos Pereira, ex- tinguiu nesta quinta-feira, 19, ação apresentada pelo Partido Liberal (PL) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PL

queria que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) investigasse se o desfile da Escola de Samba Acadêmico de Niterói em homenagem ao presidente cometeu abusos e violou regras.

O PL apresentou um pedido de “produção antecipada de prova” por meio do qual buscava identificar se o desfile “teria sido estruturado com financiamento público e com utilização da máquina administrativa convertendo-se em ato político eleitoral”.

Para o ministro, a maior parte das provas que o PL desejava obter corresponde a dados públicos, cuja preservação é obrigatória, “não tendo sido demonstradas nos autos evidências concretas de risco de desaparecimento, modificação ou impossibilidade futura de produção da prova”. Ele afirmou ainda que o PL não apresentou prova concreta de que os órgãos responsáveis por essas informações se recusaram de fornecê-las ou omitiram dados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – LEI QUE REDUZ TRIBUTOS PARA INDÚSTRIA QUÍMICA É SANCIONADA

Novas alíquotas valem até dezembro. Governo vai elevar orçamento destinado ao Reiq

Da Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta quinta-feira (19), a lei que reduz as alíquotas tributárias para indústrias químicas e petroquímicas participantes de regime fiscal especial até a migração para um novo regime com vigência em 2027.

Com a medida, o governo federal deve elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano.

Segundo o texto, as alíquotas referentes ao pagamento menor de tributos federais (PIS e Cofins) valerão de março a dezembro deste ano e substituem ou tras vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por falta de previsão de impacto orçamentário.

O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) foi sancionado no fim do ano passado, com vetos, e visa diminuir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas.

Houve acordo para o novo projeto, e a lei, agora sancionada por Lula, limita a renúncia fiscal em 2026 a R\$ 2 bilhões. Porém, isenta a proposta de critérios para tramitação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – SENADOR TERÁ DE EXPLICAR REPASSE DE EMENDAS À FUNDAÇÃO

Entidade é ligada à Igreja Batista da Lagoinha, que tinha como pastor o cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master

Da Agência Brasil



Carlos Viana teria beneficiado a Igreja da Lagoinha, envolvida nas discussões de possíveis fraudes em empréstimos consignados do Banco Master

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de cinco dias para que o Senado e o senador Carlos Viana (Podemos-MG) respondam à acusação de irregularidades no repasse de R\$ 3,6 milhões em emendas a uma fundação ligada à Igreja Batista da Lagoinha, sediada em Belo Horizonte.



A decisão foi motivada por uma representação dos deputados Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) e Rogério Correia (PT-MG), que acusaram Viana de barrar a investigação da Lagoinha na condição de presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as fraudes em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com as informações apresentadas a Dino, Viana teria destinado três repasses à Fundação Oasis, braço social da Igreja Batista da Lagoinha, liderada pelo pastor André Valadão:

- R\$ 1,5 milhão (2019): emenda Pix à Prefeitura de Belo Horizonte com destino carimbado à Fundação Oasis;
- R\$ 1,47 milhão (2023): repasse à Fundação Oasis de Capim Branco (região metropolitana de BH);
- R\$ 650,9 mil (2025): novo repasse à filial de Capim Branco.

“A destinação de R\$ 3,6 milhões à Fundação Oasis ao longo de três exercícios, por parlamentar que mantém relação de financiamento habitual com a entidade beneficiária e que, na posição de presidente de comissão investigativa, atua para protegê-la de investigações,” escreveram os senadores que acionaram Dino.

A Igreja da Lagoinha está envolvida nas discussões da CPMI do INSS no contexto de possíveis fraudes em empréstimos consignados do Banco Master, de Daniel Vorcaro, sobre benefícios do INSS. O ex-pastor da Lagoinha Fabiano Zattel é cunhado de Vorcaro e apontado como operador financeiro de esquemas fraudulentos.

Relator no Supremo de uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) sobre a transparência e a rastreabilidade de emendas parlamentares, Dino afirmou que o caso merece ser esclarecido.

“À vista da necessidade de assegurar o cumprimento do Acórdão deste STF, de dezembro de 2022, que fixou balizas quanto à transparência e à rastreabilidade de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares”, justificou o ministro.

Em outra frente parlamentar, a CPI do Crime Organizado aprovou na quarta-feira (18), requerimentos que buscam aprofundar as investigações sobre o esquema de fraudes do Banco Master, incluindo pedido de informações sobre os beneficiários finais dos fundos vinculados ao Master e à Reag Investimentos.

Por outro lado, a maioria da Comissão rejeitou o pedido de quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro da Fazenda Paulo Guedes que vem sendo apontado por parlamentares governistas como possível facilitador da fraude do Master por meio de políticas e resoluções normativas de desregulação do mercado financeiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – “DOEI E VOU CONTINUAR DOANDO”, AVISA CARLOS VIANA

Do Estadão Conteúdo

O senador Carlos Viana defendeu nesta quinta-feira o repasse R\$ 3,6 milhões em emendas Pix para a Fundação Oasis, braço da Igreja Batista da Lagoinha, e afirmou que continuará doando para a instituição. A igreja tem o pastor Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Em nota, o senador negou irregularidades em suas ações e sugeriu que a decisão tem relação com seu trabalho na CPMI do INSS. “Sigo cumprindo o meu dever: conduzir uma investigação que começa a incomodar quem nunca quis ver a verdade aparecer. Responderei nos autos, dentro do prazo estabelecido”, escreveu.

Em entrevista no Congresso, o senador afirmou que “o dinheiro foi enviado para as prefeituras”. “A igreja não recebeu um tostão. Foi para as prefeituras. As prefeituras aprovaram o plano de trabalho e repassaram o recurso”, disse.

Segundo Viana, as emendas de assistência social não são depositadas diretamente no caixa dos beneficiários, e todo o dinheiro doado para a igreja da qual ele é integrante foi repassado pelas prefeituras.

“Doei das minhas emendas para uma fundação que, todos os anos, gasta R\$ 10 milhões em recuperar pessoas moradoras de rua e dependentes químicos. Vou continuar doando. Existe um Ministério Público neste País que nos investiga. Tudo o que eu faço é em cima do telhado”, disse.

As emendas Pix são transferências especiais de recursos federais indicadas por parlamentares diretamente a Estados e municípios, sem necessidade de convênio prévio ou apresentação de projeto detalhado. Esse tipo de repasse caracterizado pela alta celeridade e pela falta de transparência foi revelado pelo Estadão em 2021.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – DEPUTADOS PEDEM A CASSAÇÃO DE FABIANA ‘BOLSONARO’

A deputada estadual do PL é acusada de transfobia e racismo após se pintar para ilustrar uma pessoa negra (blackface)

Do Agência Brasil



Fabiana Bolsonaro se pintou de negra para criticar a deputada federal trans Erika Hilton, escolhida para presidir a Comissão da Mulher

Um grupo de deputados estaduais entrou com um processo no Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) pedindo a cassação da deputada Fabiana de Lima Barroso, a ‘Fabiana Bolsonaro’ (PL), acusada da prática racista de blackface e discurso transfóbico no fim da tarde de quarta-feira (18).

Em discurso no plenário, Fabiana criticou a eleição da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que é uma mulher trans, para presidir a Comissão da Mulher da Câmara dos Deputados.

Além de recorrer ao Conselho de Ética, a deputada estadual Mônica Seixas e a vereadora de São Paulo Luana Alves, ambas do PSOL, registraram um boletim de ocorrência contra Fabiana na Delegacia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

“Racismo e transfobia são crimes! Já acionamos o Conselho de Ética e estamos na delegacia exigindo responsabilização imediata”, escreveu Mônica nas redes sociais.

Fabiana Bolsonaro também foi denunciada ao Ministério Público de São Paulo por racismo, por iniciativa da deputada estadual Ediane Maria (PSOL).

Nas redes sociais, Fabiana disse que a atitude no plenário da Assembleia foi uma analogia.

“A analogia foi clara, só não entendeu quem não quis! Assim como eu não me torno negra só porque pinte a pele, ninguém que não nasceu mulher pode representar com legitimidade as dores biológicas, psicológicas e históricas que só as mulheres biológicas conhecem”, disse.

A deputada do PL também divulgou uma nota pública negando ter praticado blackface durante sua fala. “Como deputada, afirmo com total clareza e responsabilidade jurídica: durante minha presença no



Plenário da Assembleia Paulista não fez blackface. É uma mentira deliberada para tentar calar um debate legítimo”.

Blackface

Durante um discurso, nesta quarta-feira, na tribuna da Alesp, enquanto se manifestava contra Erika, Fabiana pintou de marrom seu rosto e braços.

“Estou pintada de negra por fora. Eu me reconheço como negra. Por que então eu não posso presidir a Comissão sobre racismo, antirracista? Por que não posso cuidar dessa pauta? Porque eu não sou negra?”, disse.

A prática de blackface consiste em pessoas brancas (ou não negras) escurecerem a pele com tinta e usarem acessórios estereotipados para representar ou caricaturar pessoas negras.

É considerada como um ato racista. No contexto histórico, surgiu nos Estados Unidos no século XIX, em teatros de menestréis, onde atores brancos se pintavam para ridicularizar negros em espetáculos que serviam para entretenimento de plateias brancas e manutenção da segregação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – DEPUTADA DISSE SER BRANCA, MAS SE DECLAROU PARDA À JUSTIÇA ELEITORAL

Do Agência Brasil

Enquanto pintava o rosto e braços de preto para criticar a deputada federal Erika Hilton (PSOL), na quarta-feira (18), na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), a deputada estadual Fabiana Bolsonaro (PL) disse ser “branca”, mas quando se candidatou ao cargo atual, em 2022, declarou-se parda à Justiça Eleitoral.

A informação está no DivulgaCand, site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa questão foi tema de postagem da deputada estadual Monica Seixas (PSOL) em suas redes sociais.

“Blackface e fraudadora de cotas! Fabiana Bolsonaro, que disse ontem no plenário: ‘Sou branca. Se eu me travestir de preto sou preta?’, se declarou parda nas Eleições de 2022. Fui fuçar o repasse do PL do fundo especial racial e bingo. Achei ela na lista dos que receberam dinheiro do fundo.”

Candidatos pardos e negros podem, por lei, receber verbas do Fundo Eleitoral. Segundo o TSE, Fabiana recebeu um total de R\$ 1.593,33 deste tipo de repasse.

Sem parentesco

A deputada do PL usa o sobrenome do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas não tem qualquer grau de parentesco com ele.

Seu nome é Fabiana de Lima Barroso e adotou o “Bolsonaro” por considerar ter uma grande afinidade de ideias com o político que hoje está preso em Brasília.

Nas eleições de 2022, ela registrou-se oficialmente com o nome político Fabiana Bolsonaro para facilitar a identificação com o movimento bolsonarista.

Filha de um pastor evangélico, Fabiana foi eleita deputada estadual com 65.497 votos com o mesmo discurso adotado pela família Bolsonaro, “em defesa da família”.

Ela é natural de Barrinha, cidade na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, onde atuou como vice-prefeita - na época foi apresentada como a mais jovem do Brasil a ocupar este cargo. Tinha 27 anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

FINANÇAS – LULA QUESTIONA BC SOBRE CORTE DOS JUROS

Após o Banco Central reduzir a taxa Selic de 15% para 14,75%, presidente reclama e diz que esperava pelo menos 0,5% de corte

Do Agência Brasil



Lula disse que o governo está fazendo sacrifícios para a economia crescer, mas os juros altos trabalham contra

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contestou, nesta quinta-feira (19), o corte de 0,25 ponto percentual na Taxa Selic, juros básicos da economia. Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) cortou os juros pela primeira vez em quase dois anos na reunião desta quarta-feira (18).

“Estou triste, porque eu esperava que o nosso Banco Central baixasse o juro pelo menos em 0,5%. E baixou só em 0,25, dizendo que é por causa da guerra. Essa guerra até no nosso Banco

Central? Não é possível”, disse o presidente Lula em evento do governo federal em São Paulo.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic de 15% ao ano para 14,75%. A decisão era esperada pelo mercado financeiro, de acordo com dados do boletim Focus, ainda que parte dos analistas apostasse em uma redução maior. Antes da escalada do conflito no Oriente Médio, a expectativa predominante era de um corte de 0,5 ponto.

“Nós estamos fazendo um sacrifício que vocês não têm noção. O sacrifício que nós estamos fazendo para fazer a economia crescer, para fazer a geração de emprego, para aumentar o salário das pessoas, vocês não têm noção”, acrescentou Lula, em referência aos impactos que a Selic em alta causa na economia, como a desaceleração da atividade econômica.

Em 15% ao ano, a Selic estava no maior nível desde julho de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é que a Selic encerre 2026 em 12,25% ao ano.

Inflação

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acelerou para 0,7% em fevereiro, pressionada por gastos com educação. No entanto, o acumulado em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Segundo o último boletim Focus, a estimativa de inflação para 2026 subiu de 3,8% para 4,1%, por causa do conflito no Oriente Médio.

Isso representa inflação pouco abaixo do teto da meta contínua estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, podendo chegar a 4,5%, com o intervalo de tolerância de 1,5 ponto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

POLÍTICA – IBOVESPA REAGE COM VIRADA DO PETRÓLEO E RETOMA OS 180 MIL PONTOS

A alta foi discreta, de 0,35%. Já o dólar fechou em queda de 0,59%, cotado a R\$ 5,21

Do Estadão Conteúdo

Declarações do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de que Israel está ajudando os Estados Unidos a reabrir o Estreito de Ormuz para a passagem segura de embarcações trouxe uma reviravolta aos mercados globais do meio para o fim da tarde desta quinta-feira, 19, com o Ibovespa rapidamente saindo dos 179 mil para os 181 mil pontos no melhor momento da sessão, trocando perdas por ganho de 0,90% na máxima desta quinta-feira, aos 181.250,84.

O Ibovespa, que às 16h marcava 179.552,05 pontos, foi a 179.959,44 no minuto seguinte e a 180.535,08 às 16h02, em variação de mil pontos no curto intervalo. Minutos depois, às 16h07, tocou máxima do dia aos 181.250,84 pontos.

No fechamento, passada a euforia, o índice da B3 mostrava alta discreta, de 0,35%, aos 180.270,62 pontos, com giro a R\$ 38,3 bilhões. Na semana, sobe 1,47%, com perda no mês ainda a 4,51%. No ano, avança 11,88%.

A euforia vista em um curto intervalo da tarde, de certa forma, foi também mitigada por declarações de finirem prazo específico para terminar a guerra no Irã. Ainda temos metas a cumprir”, acrescentou.

Assim, o petróleo seguiu em baixa, mas um pouco contida em relação ao que se chegou a ver nas primeiras declarações do líder israelense no período da tarde.

Dólar

O dólar à vista mergulhou na última hora de negócios no mercado local, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, e encerrou a sessão desta quinta-feira, 19, em queda de 0,59%, a R\$ 5,2156, após mínima de R\$ 5,2030.

O gatilho para a derrocada do dólar também foi o alívio nos preços do petróleo. Pela manhã, a divisa apresentou alta firme e superou o nível de R\$ 5,30, com máxima de R\$ 5,3147, em meio à escalada dos preços do petróleo. Porém, recuou depois junto com a commodity.

Fonte: BÉ NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

JUSTIÇA - VORCARO É TRANSFERIDO DE OLHO EM DELAÇÃO PREMIADA

Dono do Banco Master deixou penitenciária e foi para a Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Tratativas estão em fase inicial

Do Estadão Conteúdo



Vorcaro começou a conversar nesta semana com os órgãos de investigação e com o STF sobre a possibilidade de uma delação premiada

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça autorizou a transferência do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para a carceragem da Superintendência da Polícia Federal em Brasília para dar início ao seu processo de delação premiada. A transferência foi realizada na noite desta quinta-feira, 19.

A defesa havia solicitado a saída dele da penitenciária federal, onde



estava custodiado, sob o argumento de que o funcionamento do estabelecimento dificultava as conversas com o cliente e as eventuais negociações do acordo de delação premiada com os investigadores da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal.

Na última sexta-feira, 13, depois que a Segunda Turma do STF formou maioria para manter a prisão preventiva dele, Vercaro decidiu partir para negociar uma delação premiada. O advogado José Luís de Oliveira Lima assumiu a defesa para ficar à frente do processo, enquanto os outros advogados deixaram o caso.

Ele foi preso no último dia 4 de março, por ordem de André Mendonça, depois que a Polícia Federal entregou provas ao STF de que Vercaro mantinha um braço armado, usado para ameaçar adversários e também para invadir sistemas de informática dos órgãos de investigação.

Com a mudança na defesa, a nova equipe de Vercaro começou a conversa nesta semana com os órgãos de investigação e com o STF sobre a possibilidade de uma delação premiada dele.

As tratativas ainda estão em fase inicial. De acordo com pessoas que acompanham o processo, ainda não foi montada a lista dos assuntos que o empresário vai abordar nem das pessoas que vai delatar.

A transferência de presídio foi justamente para facilitar a formatação do acordo. A expectativa das pessoas envolvidas é que Vercaro também negocie benefícios para seus familiares que entraram na mira das investigações, como seu pai, Henrique, e sua irmã Natália.

Nos bastidores, os investigadores avaliam que o empresário deve entregar novos caminhos de prova e fornecer informações ainda não descobertas na investigação. Isso porque o próprio celular do banqueiro, apreendido em novembro do ano passado, já forneceu uma grande quantidade de provas contra ele e seus aliados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

JUSTIÇA - GILMAR ANULA QUEBRA DE SIGILO QUE LIGA FUNDO A EMPRESA DE TOFFOLI

Para o ministro, a medida exige análise de cada caso e não pode ocorrer em “bloco”

Da Agência Brasil

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou nesta quinta-feira (19) a quebra de sigilo aprovada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado para investigar o fundo de investimentos Arleen, que fez negócios com uma empresa do ministro Dias Toffoli, também do Supremo.

Em fevereiro, Mendes já havia barrado a quebra de sigilo da empresa Maridit Participações, da qual Toffoli revelou ser sócio. Tal decisão deve agora se estender ao pedido feito pelo Arleen, pelos mesmos motivos expostos anteriormente, disse o decano do Supremo.

“Não se pode perder de perspectiva que a quebra de sigilo não constitui ato ordinário de investigação, mas medida de caráter excepcional”, escreveu Mendes. É necessária “análise fundamentada de cada caso, com debate e deliberação motivada, de modo que a aprovação de atos de tal natureza não pode ocorrer em bloco nem de forma simbólica”, acrescentou.

A quebra de sigilo do Arleen foi aprovada pela CPI do Crime devido ao seu vínculo com a Reag Investimentos, instituição que foi liquidada pelo Banco Central e está envolvida nas fraudes financeiras investigadas no caso do Banco Master, de Daniel Vercaro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

JUSTIÇA - MORAES ENVIA CASO DAS JOIAS DE VOLTA À PG

Ministro pediu análise de material extraído de aparelhos celulares do advogado Frederick Wassef
Do Estadão Conteúdo



A PGR ainda não se pronunciou sobre o material relativo a Wassef (foto). Então, Moraes pediu um posicionamento

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quarta-feira, 18, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre material extraído de aparelhos celulares do advogado Frederick Wassef, apreendidos no âmbito da investigação sobre o desvio de joias e presentes oficiais recebidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em viagens internacionais.

A decisão foi tomada nos autos da Petição 11.645, após a Polícia Federal (PF) informar, em 4 de março, que identificou “eventos fortuitos” nos dados dos celulares de Wassef que devem ser apurados em procedimento separado.

No mesmo dia, a PGR pediu o arquivamento do caso, argumentando que não é possível punir criminalmente o recebimento de presentes por presidentes, pois não existe uma lei clara definindo se esses itens pertencem ao governante ou ao Estado.

A PGR, porém, não se pronunciou sobre o material relativo a Wassef encaminhado pela PF. Moraes, então, devolveu os autos ao Ministério Público para que se posicione sobre os dados apreendidos.

A investigação da PF concluiu pelo indiciamento de 12 pessoas, entre elas Bolsonaro, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, o pai de Cid, Mauro César Lourena Cid, o ex-assessor Marcelo Costa Câmara, o advogado Frederick Wassef, o ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes, o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, o ex-chefe de comunicação Fabio Wajngarten, Osmar Crivelatti, Marcelo da Silva Vieira, José Roberto Bueno Junior e Marcos André dos Santos Soeiro.

Peculato

Bolsonaro e Cid foram indiciados por crime contra a administração pública, o chamado peculato (artigo 312 do Código Penal), pela apropriação de esculturas douradas de um barco e de uma palmeira, presenteadas por autoridades dos Emirados Árabes Unidos e do Bahrein durante visita oficial em novembro de 2021. Informação dada após a apuração do jornal.

Ambos também foram indiciados por lavagem de capitais “com o objetivo de propiciar o enriquecimento ilícito do então presidente da República”, relacionada a esses bens, ao lado de Marcelo Câmara e Lourena Cid.

A PF aponta ainda o desvio de três conjuntos de joias. O chamado “kit ouro rose”, da marca Chopard, recebido na Arábia Saudita em outubro de 2021, pelo qual foram indiciados Bolsonaro, Cid, Marcelo da Silva Vieira, José Roberto Bueno Junior e Bento Albuquerque.

O “kit ouro branco”, composto por anel, abotoaduras, rosário islâmico e relógio Rolex, entregue a Bolsonaro em viagem oficial à Arábia Saudita em outubro de 2019. E um relógio Patek Philippe Calatrava, presente recebido no Bahrein em novembro de 2021.

Bolsonaro, Cid, Marcelo da Silva Vieira, Marcos André dos Santos Soeiro, Bento Albuquerque e Julio Cesar Vieira Gomes foram indiciados ainda por tentativa de peculato, pelo desvio frustrado de um conjunto de joias femininas de ouro branco (colar, brincos, anel e relógio Chopard) e uma escultura de cavalo dourado, presentes da Arábia Saudita entregues a Bento Albuquerque em outubro de 2021.

Vieira Gomes foi indiciado também por advocacia administrativa perante a Receita Federal (artigo 3º, III, da Lei 8.137/90), por ter atuado em favor de Bolsonaro para incorporar os bens desviados ao patrimônio pessoal do ex-presidente.

Todos os 12 investigados foram indiciados por associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), por terem atuado entre outubro de 2019 e dezembro de 2022 com o objetivo de desviar presentes oficiais e promover o enriquecimento ilícito do então presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

JUSTIÇA - BOLSONARO MANTÉM EVOLUÇÃO CLÍNICA, MAS AINDA SEM PREVISÃO DE ALTA

Ex-presidente permanece na UTI tratando uma broncopneumonia bacteriana

Do Estadão Conteúdo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) continua apresentando melhora em seu quadro clínico, mas ainda sem previsão de alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital DF Star.

De acordo com o boletim médico desta quinta-feira, o ex-presidente “manteve boa evolução clínica e laboratorial nas últimas 24 horas. Segue em tratamento com antibioticoterapia endovenosa, suporte clínico intensivo e fisioterapia respiratória e motora. Não há previsão de alta da UTI neste momento”, diz o documento.

Bolsonaro foi internado na manhã do último dia 13. Segundo os médicos, os exames confirmaram “broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa”, ou seja, uma infecção bacteriana nos dois pulmões, causada pela entrada de líquido do estômago ou da boca nas vias respiratórias.

Ele foi atendido na prisão pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) por volta das 8h. Na ocasião, o Samu informou que o ex- -presidente apresentava “caso clínico sugestivo de pneumonia queixando-se de falta de ar”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

INTERNACIONAL - EUROPA E JAPÃO VÃO TENTAR LIBERAR O ESTREITO DE ORMUZ

Quatro dias após descartarem qualquer ação no local, europeus e japoneses comunicam que vão contribuir com os EUA

Da Agência Brasil



O Irã controla quem passa pelo Estreito de Ormuz e países que apoiam os EUA estão com navios parados

Os governos da França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Países Baixos e do Japão publicaram nesta quinta-feira (19) uma declaração conjunta manifestando disposição para abrir o Estreito de Ormuz, fechado pelo Irã após o início da guerra.

“Manifestamos nossa disposição em contribuir com os esforços necessários para garantir a passagem segura pelo Estreito. Saudamos o compromisso das nações que estão se empenhando no planejamento preparatório”, diz o comunicado conjunto.

A declaração não detalha como seria essa abertura do Estreito e ocorre quatro dias após países da Europa, além do Japão, terem se negado a participar dos esforços dos Estados Unidos e de Israel



para abrir o Estreito. A negativa irritou o presidente Donald Trump, que passou a dizer que não precisaria de “ninguém” para liberar a área.

O fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã, por onde transitam cerca de 20% do petróleo mundial, tem abalado os mercados financeiros e levado a alta do barril no mercado global, com repercussões econômicas importantes em todo o mundo.

Na nota publicada nesta quinta, esses países europeus e o Japão condenam os recentes ataques do Irã contra embarcações no Golfo e os ataques contra infraestruturas civis, incluindo instalações de petróleo e gás.

“Expressamos nossa profunda preocupação com a escalada do conflito. Exigimos que o Irã cesse imediatamente suas ameaças, o lançamento de minas, os ataques com drones e mísseis e outras tentativas de bloquear o Estreito à navegação comercial”, diz o comunicado conjunto.

Os países ainda afirmam que a liberdade de navegação é um princípio do direito internacional. “Os efeitos das ações do Irã serão sentidos por pessoas em todas as partes do mundo, especialmente pelas mais vulneráveis”, completa a nota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

INTERNACIONAL - NETANYAHU DIZ QUE ISRAEL TAMBÉM VAI AJUDAR NESTA MISSÃO

Do Estadão Conteúdo

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou que está tentando ajudar os Estados Unidos a reabrir o Estreito de Ormuz, em coletiva de imprensa nesta quinta-feira, 19. “Se conseguirmos, os preços do petróleo devem cair. Se não conseguirmos, vamos ser chantageados de maneiras que não podemos imaginar”, disse.

Netanyahu também afirmou que os ataques contra o Irã vão continuar enquanto for necessário para atingir os objetivos israelenses e americanos, embora tenha dito na mesma coletiva que os iranianos tiveram forças militares destruídas e defesas aéreas inutilizadas.

O premiê comentou que o Irã não possui mais a capacidade de enriquecer o urânio ou de fazer mísseis balísticos. O premiê israelense disse ainda que evitará ataques contra a infraestrutura de energia do Irã, a pedido do presidente dos EUA Donald Trump.

Questionado se está satisfeito com a mudança de governo no Irã ou se acredita que haverá uma nova mudança, Netanyahu evitou responder diretamente. “Não tenho certeza de quem está governando o Irã agora, ainda não vimos o novo líder Mojtaba Khamenei”, disse.

“E não sabemos se podemos mudar o regime de governo do Irã. Estamos abrindo fraturas, enfraquecemos o governo, mas uma mudança dependerá se haverá um novo levante do povo iraniano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

INTERNACIONAL - EUA APROVAM VENDAS DE ARMAS PARA EAU, KUWAIT E JORDÂNIA

A estimativa é de que o valor arrecadado com arsenal chegue a US\$ 16 bilhões

Do Estadão Conteúdo

Os Estados Unidos anunciaram nesta quinta-feira, 19, a aprovação da venda de equipamentos militares aos Emirados Árabes, Kuwait e Jordânia com valores próximos de US\$ 16 bilhões, incluindo mísseis e sensores de defesa.

O Departamento de Estado americano aprovou a venda militar estrangeira ao governo dos Emirados Árabes de mísseis ar-ar de médio alcance avançados (AMRAAMs) e equipamentos relacionados, por um custo estimado de US\$1,22 bilhão.

Em comunicado, o organismo apontou que entregou nesta quinta a certificação necessária, notificando o Congresso sobre essa possível venda. Os Emirados Árabes solicitaram a compra de quatro centos AMRAAMs, aponta.

O secretário de Estado, Marco Rubio, determinou e forneceu justificativa detalhada de que existe uma emergência que exige a venda imediata aos Emirados Árabes dos artigos de defesa, estando assim nos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos, dispensando assim os requisitos de revisão do Congresso.

“A venda proposta aprimorará a capacidade dos Emirados Árabes de enfrentar ameaças atuais e futuras, garantindo que o país disponha de munições ar-ar modernas e eficazes”, afirmou o Departamento de Estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

INTERNACIONAL - ARGENTINA SE DISPÕE A REFORÇAR OS EUA NO IRÃ

Presidente Javier Milei diz estar disposto a enviar militares para guerra no Oriente Médio se Donald Trump pedir

Do Estadão Conteúdo



A disposição de Milei em atender um eventual pedido de Trump se tornou pública em meio às denúncias de corrupção que atingem o presidente argentino

Em mais uma demonstração de alinhamento automático com Washington e Tel Aviv, o governo da Argentina informou que enviaria militares para a guerra no Oriente Médio caso os Estados Unidos (EUA) solicitassem.

“Se os Estados Unidos solicitarem, sim. Qualquer assistência que eles considerem necessária será fornecida”, disse o porta-voz do governo argentino, Javier Lanari, em entrevista ao jornal espanhol El Mundo, na

quarta-feira (18). Lanari completou que não sabe se os EUA pediram ajuda.

Desde que assumiu a presidência argentina, Javier Milei tem adotado postura de apoio irrestrito à Israel e aos Estados Unidos (EUA), imitando políticas de Washington, como a saída da Organização Mundial da Saúde (OMS), e prometendo transferir a embaixada do país de Tel Aviv para Jerusalém, medida que simboliza apoio irrestrito à Israel, uma vez que o status da cidade é disputada com os palestinos, que defendem Jerusalém Oriental como sua futura capital.

Além de apoiar a agressão contra o Irã, Milei chegou a afirmar que o país seria um “inimigo” e voltou a acusar Teerã pelo atentado a bomba contra a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 1994. O Irã sempre negou participação no episódio.

As falas duras de Milei a favor da guerra contra o Irã fez o Tehran Times, importante jornal iraniano, publicar um editorial defendendo que o governo iraniano não pode permanecer indiferente às posições hostis do atual governo argentino.



“Parece que Milei, com essa postura e ao cruzar a linha vermelha da segurança nacional iraniana, busca sacrificar os interesses e a conveniência nacionais no altar dos EUA e do regime de apartheid israelense”, diz coluna do Terah Times assinada por Saleh Abidi Maleki.

A disposição da Argentina de enviar militares ao Oriente Médio foi tornada pública em meio às denúncias de corrupção que atingem o presidente argentino no caso da criptomoeda Libra, promovida nas redes sociais pelo Milei e que geraram perdas milionárias para investidores.

O jornal argentino El Destape revelou, no último sábado (14), que uma análise de peritos judiciais do celular do empresário Mauricio Novelli revelaria um suposto acordo de US\$5 milhões de dólares envolvendo o presidente argentino e sua irmã Karina dias antes de Milei publicar uma mensagem divulgando a Libra nas redes sociais, em fevereiro de 2025.

O presidente argentino ainda não comentou as novas denúncias. O ministro da Justiça, Juan Bautista Mahiques, disse que seria “imprudente” acusar Milei. Deputados da oposição usam a nova denúncia para tentar abrir uma investigação no Parlamento.

Guerras da Argentina

Essa não seria a primeira vez que a Argentina participaria dos esforços de guerra dos EUA no Oriente Médio. Em 1991, o presidente argentino Carlos Menem enviou navios de guerra para auxiliar no bloqueio naval durante a Guerra do Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait.

Quase dez anos antes, a Argentina se envolveu em outro conflito, a Guerra das Malvinas, em 1982, quando a ditadura militar do país vizinho tentou tomar o arquipélago controlado pelo Reino Unido no extremo sul da América do Sul, chamado pelos ingleses de ilhas Falklands.

Na época, os EUA apoiaram o Reino Unido contra a Argentina na guerra que custou a vida de 649 argentinos e 255 britânicos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026

INTERNACIONAL - FBI INVESTIGA DIRETOR ANTITERRORISMO QUE RENUNCIOU AO CARGO

Autoridades querem saber se Joe Kent compartilhou informações confidenciais

Do Estadão Conteúdo

O FBI está investigando se Joe Kent, que renunciou ao cargo de alto funcionário antiterrorismo esta semana em protesto contra a guerra com o Irã, compartilhou indevidamente informações confidenciais.

Uma fonte especializada falou sob condição de anonimato à Associated Press que a investigação precedeu a renúncia de Kent ao cargo de diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo do governo dos EUA, que ocorreu na terça-feira, 17.

Isso ocorre em um momento em que o Departamento de Justiça conduziu diversas investigações ao longo do último ano contra adversários políticos do presidente Donald Trump, incluindo o ex-diretor do FBI, James Comey, e a procuradora-geral de Nova York, Letitia James.

Os promotores têm enfrentado dificuldades para sustentar as acusações, diante das rejeições de juízes, ou mesmo para obter indiciamentos.

Não foram divulgados imediatamente detalhes adicionais sobre o que está sendo examinado na investigação.

Kent anunciou sua saída do governo em um comunicado divulgado no X, no qual citou suas preocupações sobre a justificativa para os ataques militares no Irã e afirmou que “não pode, em sua consciência”, apoiar essa guerra.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 20/03/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO JÁ ESTUDA MEDIDAS PARA CASO O CENÁRIO DE GUERRA SE PROLONGUE NO ORIENTE MÉDIO

Há dúvidas sobre a capacidade de Trump recuar rápido e Palácio do Planalto vê chances crescentes de guerra no Irã se estender e demandar medidas adicionais

Por Fabio Graner e Sérgio Roxo — Brasília



O presidente Lula no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O governo está em processo de constante elaboração e revisão de cenários sobre a evolução da guerra no Irã e seus impactos econômicos, sobretudo no preço do petróleo e na situação de abastecimento. A incerteza sobre a duração do conflito é a principal dificuldade, porque depende não só de entender qual o objetivo de Donald Trump com os ataques, mas também da postura do país do Oriente Médio.

Nesse sentido, já houve dentro do governo também uma mudança nas expectativas. Integrantes da equipe econômica que antes projetavam a possibilidade de um conflito curto, já que Trump poderia sofrer nos Estados Unidos o ônus político de uma guerra longa, avaliam agora que o americano não tem uma justificativa para interromper os ataques e que, por isso, a situação pode se alongar.

Assim, a possibilidade de a guerra se arrastar por meses é vista hoje como uma realidade. Isso teria um impacto pesado no preço do petróleo e poderia levar à desmobilização das estruturas de transporte do mineral. Caso aconteça a desmobilização do transporte, a retomada seria mais demorada quando o conflito terminasse.

Na construção desses cenários estão sendo feitos também exercícios sobre o tipo de ação deverão ser tomadas no curto, médio e longo prazos. É um mapa do caminho, mas com muitas dúvidas.

Algumas medidas já foram acionadas, como a desoneração de PIS/Cofins, combinada com uma subvenção de R\$ 10 bilhões para o diesel, além de um aperto na fiscalização da distribuição de combustíveis e do pagamento do preço mínimo do frete aos caminhoneiros.

O governo negocia uma redução do ICMS na importação do diesel, com a União bancando 50% do benefício, a um custo de R\$ 6 bilhões em dois meses, segundo o ministério da Fazenda. Mas interlocutores apontam que, em um cenário de extensão do conflito, essa discussão pode evoluir para uma redução do ICMS também sobre o produto nacional, que também dependeria de uma compensação da União, só que bem mais vultosa – a receita de ICMS do diesel é da ordem de R\$ 80 bilhões ao ano.

O aumento da subvenção ao diesel é outra possibilidade que entra no cardápio, que também dependeria de espaço fiscal. O aporte de recursos da União para segurar os preços é um caminho que afeta menos a Petrobras, embora, como fica claro no tom dos discursos de Lula e de vários ministros lamentando as privatizações de refinarias e da BR Distribuidora (que teriam tirado espaço de ação do estado), o governo espera que a estatal também dê sua cota de contribuição. Não à toa, o decreto sobre a subvenção ao diesel facilita à estatal operar com preço mais baixo ao dar tratamento diferenciado entre nacional e importado.

Às vésperas da edição da medida provisória que reduziu impostos sobre diesel, o governo chegou a discutir outras medidas, como a elevação das misturas de etanol na gasolina e biodiesel no diesel, mas fatores técnicos, como possíveis impactos negativos nos motores, deixou o tema sobrestado, ainda que sua retomada não possa ser totalmente descartado.

Os cenários mais drásticos, como o petróleo chegando a US\$ 150, não estão postos e teriam custos mais elevados. Por isso, um caminho natural seria decretar calamidade pública, o que poderia tirar algumas amarras de atuação, tanto do ponto de vista fiscal como de alguma outra natureza. Porém, essa possibilidade é vista como remota neste momento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/03/2026

GOVERNO CRIA FORÇA-TAREFA PARA COMBATER PREÇOS ABUSIVOS DE COMBUSTÍVEIS

Portaria será publicada no Diário Oficial da União

Por Eliane Oliveira — Brasília



Indícios de aumentos abusivos nos preços dos combustíveis são investigados por governo — Foto: Gabriel de Paiva

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, anunciou nesta sexta-feira a criação de uma força-tarefa de monitoramento e fiscalização do mercado de combustíveis. O objetivo é coibir práticas abusivas de preços em meio à instabilidade provocada pela guerra no Oriente Médio.

— É fundamental termos mão firme para fiscalizar com rigor e aplicar sanções, coibindo práticas abusivas que não são apenas um problema do governo, mas de toda a sociedade — afirmou.

Silva explicou que a portaria tem como objetivo dar base institucional à atuação conjunta dos órgãos envolvidos, definindo atribuições e garantindo a participação coordenada de estados e municípios. Segundo ele, a medida cria um referencial normativo para organizar aspectos operacionais e assegurar a adesão de diferentes entes à iniciativa.

— A portaria dá o lastro institucional para que a operação ocorra de forma regular e com definição clara das competências de cada órgão — afirmou.

A medida será formalizada por meio de portaria, que será publicada no Diário Oficial, e reúne a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Polícia Federal, além de permitir a adesão de órgãos estaduais e municipais.

Segundo o ministro, o cenário de “guerra e excepcionalidade” não justifica aumentos injustificados.

— Esse ambiente não autoriza práticas abusivas que estão sendo constatadas — afirmou.



Silva também informou que o Ministério da Justiça deverá editar novos atos normativos para estabelecer parâmetros técnicos de identificação de preços abusivos. Ele destacou que a Constituição proíbe não apenas o abuso de poder econômico, mas também o aumento arbitrário de lucros sem justa causa.

— Distribuidoras e revendedoras que praticarem preços injustificados, superiores ao referencial competitivo, estarão sujeitas a sanções severas — disse.

De acordo com o ministro, a Senacon já notificou empresas que respondem por cerca de 70% do mercado de distribuição de combustíveis. As ações são realizadas de forma integrada, com compartilhamento de dados entre União, estados e municípios, além de articulação com os Procons.

O ministro da Justiça afirmou que o governo ainda apura, caso a caso, onde ocorrem eventuais abusos na cadeia de combustíveis, analisando desde estoques até valores de compra e repasse. Segundo ele, a investigação envolve postos e distribuidoras, com variações conforme a localidade, o que impede, neste momento, uma conclusão sobre onde há maior concentração de irregularidades.

— Cada situação vai revelar, com base na análise dos dados, quem foi o responsável pelo eventual abuso — disse.

Já o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou que a corporação instaurou inquérito para apurar possíveis irregularidades no mercado de combustíveis, com foco em crimes como manipulação artificial de preços, formação de cartel e infrações contra a ordem econômica e a economia popular. Segundo ele, a investigação já reúne informações repassadas por diferentes órgãos e integra um esforço conjunto coordenado pelo Ministério da Justiça.

— A Polícia Federal já instaurou inquérito com hipóteses de manipulação de preços, cartel e crimes contra a ordem econômica e a economia popular — disse.

Rodrigues destacou que a PF também tem atuado diretamente nas ações de fiscalização, em parceria com a Senacon, a ANP e o Cade, com operações já realizadas em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Espírito Santo.

Desde o início da semana, a força-tarefa realizou 1.880 fiscalizações em postos de combustíveis em 179 municípios de 25 estados. No período, foram feitas 115 notificações a distribuidoras e mais de 900 a postos, além da aplicação de 36 sanções, entre multas e interdições.

Apenas nos últimos dias, as ações alcançaram 1.052 postos em 35 municípios de 19 estados, com 64 notificações. Uma operação também estava em andamento no Rio de Janeiro no momento da coletiva.

O ministro afirmou que o governo atuará com rigor no combate a práticas abusivas no mercado de combustíveis e destacou o impacto amplo desses preços sobre a economia. Segundo ele, as multas por irregularidades podem variar de R\$ 50 mil a R\$ 500 milhões, a depender da gravidade da infração e do porte econômico do infrator.

— Quem está do lado do combate ao abuso está preservando interesses fundamentais da cidadania —disse.

Silva ressaltou que o ministério já iniciou a articulação com os estados para ampliar a fiscalização. Segundo ele, dados das primeiras ações foram enviados aos 27 delegados-gerais e aos 27 procuradores-gerais de Justiça, ressaltando o papel do Ministério Público na atuação, inclusive na esfera criminal, e a integração com órgãos como os Procons.

O secretário nacional do Consumidor, Ricardo Morishita, afirmou que a operação de fiscalização dos combustíveis já mobiliza todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e alcança praticamente o país inteiro. Segundo ele, 25 estados já encaminharam dados — com participação dos 27 entes

federativos — e cerca de 2 mil postos foram fiscalizados, resultando em 115 notificações a distribuidoras, mais de 900 notificações a postos e 36 sanções, entre multas e interdições.

Ele disse que o balanço mais recente mostra a intensificação das ações: em 35 municípios de 19 estados, foram vistoriados 1.052 postos, com atuação ampliada de Procons estaduais e municipais, inclusive em cidades do interior.

— Temos o princípio da liberdade de preços, mas ele não permite abuso. Exercê-lo não é ter liberdade para lesar o consumidor — disse.

Morishita destacou que a mobilização ocorre em um momento sensível e ressaltou o caráter nacional da operação, com participação de todas as regiões. Segundo ele, o objetivo é ampliar a capilaridade da fiscalização e garantir resposta coordenada diante de práticas que, segundo afirmou, “machucam os consumidores”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/03/2026

PENTÁGONO ENVIA MAIS TRÊS NAVIOS E MILHARES DE MARINES ADICIONAIS ENQUANTO TRUMP NEGA QUE USARÁ TROPAS TERRESTRES NO IRÃ

Cerca de 2.200 a 2.500 fuzileiros navais estão a caminho do Comando Central dos EUA, responsável por todas as forças americanas no Oriente Médio

Por O Globo e agências internacionais — Washington



Dois navios de guerra dos EUA navegaram pelo Estreito de Taiwan, o primeiro trânsito desse tipo desde que a China realizou exercícios militares ao redor da ilha — Foto: Justin Stack / Marinha dos EUA / AFP

O Pentágono está enviando três navios de guerra e milhares de fuzileiros navais adicionais ao Oriente Médio, enquanto o presidente americano, Donald Trump, mantém o discurso de que não pretende colocar tropas dos Estados Unidos em solo iraniano. Entre 2,2 mil e 2,5 mil militares do grupo anfíbio de prontidão USS Boxer, baseado na Califórnia, e da 11ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais seguem para o Comando Central dos EUA, responsável pelas forças americanas na região, com partida registrada por uma webcam na manhã de quarta-feira.

"O Grupo Anfíbio de Prontidão Boxer e a 11ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais estão conduzindo operações de rotina no Indo-Pacífico, incluindo treinamentos que garantem a prontidão contínua para combate das forças da Marinha e dos fuzileiros navais que atuam na região", disse em nota um porta-voz da Marinha americana à NBC7.

O USS Boxer realizou uma cerimônia de troca de comando em 13 de março, menos de uma semana antes do envio, com o capitão Eli Owre assumindo o comando no lugar do capitão Jason Tumlinson. Embora a operação tenha sido descrita como "de rotina", uma fonte americana disse ao Jerusalem Post nesta sexta que os militares estão acelerando o envio de pessoal e equipamentos ao Oriente Médio, incluindo o deslocamento do USS Boxer, do USS Portland e do USS Comstock.

O USS Boxer funciona como um porta-aviões de pequeno porte, enquanto o USS Portland e o USS Comstock são navios de desembarque anfíbio. Juntas, as três embarcações transportam, além dos cerca de 2,5 mil fuzileiros navais, aproximadamente 4 mil militares no total.

Com a movimentação mais recente, este passa a ser o segundo grande envio de fuzileiros navais em poucos dias. Na semana anterior, o Pentágono já havia deslocado o USS Tripoli, baseado no Japão, junto à 31ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais (MEU), uma força de cerca de 2,2 mil



militares preparada para resposta rápida. Na ocasião, não foram divulgados detalhes sobre o destino exato nem sobre a missão.

Uma MEU é composta por quatro pilares (comando, combate terrestre, combate aéreo e logística) e costuma ser empregada em operações como evacuações, incursões anfíbias e ações de resposta imediata. Essas unidades contam com elementos treinados para missões especiais.

Com cerca de 260 metros de comprimento e deslocamento de aproximadamente 45 mil toneladas, o USS Tripoli opera como um porta-aviões de pequeno porte. A embarcação é equipada com caças furtivos F-35, aeronaves MV-22 Osprey e meios de desembarque capazes de levar tropas diretamente à costa. O navio lidera um grupo anfíbio que costuma incluir os navios de transporte USS New Orleans e USS San Diego.

Ataques continuam

Enquanto isso, bombeiros combatiam nesta sexta-feira um incêndio em uma refinaria no Kuwait após ataques do Irã. O bombardeio atingiu o complexo de Mina al-Ahmadi, que já havia sido alvo de outra ofensiva, forçando o fechamento de várias unidades, embora não tenha deixado vítimas, segundo a agência oficial do país.

A escalada também atingiu outros países do Golfo: Emirados Árabes Unidos relataram ataques com mísseis e drones, o Bahrein controlou um incêndio causado por destroços de projétil, e a Arábia Saudita afirmou ter interceptado vários drones.

No Irã, a Guarda Revolucionária anunciou a morte de seu porta-voz, Ali Mohammad Naini, em um ataque atribuído a forças israelenses e americanas, o mais recente de uma série de eliminações de altos funcionários. O anúncio foi feito minutos após a divulgação de um comunicado assinado por ele, no qual afirmava que a produção de mísseis seguia sem prejuízos.

— Trump não disse que a marinha do Irã foi destruída? Se disse, que envie seus navios para o Golfo Pérsico, se tiver coragem — afirmou Naini, buscando afastar dúvidas sobre a capacidade militar do país ao afirmar, em entrevista à agência Fars, que o Irã segue produzindo armamentos mesmo sob pressão militar externa. — Nossa indústria de mísseis merece nota máxima, e não há motivo para preocupação a esse respeito, pois mesmo em condições de guerra continuamos a produção de mísseis.

As declarações foram vistas também como uma resposta ao primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que havia afirmado que a República Islâmica “não tem capacidade de enriquecer urânio nem de produzir mísseis balísticos”. Em entrevista coletiva na quinta-feira, Netanyahu disse que as forças de Israel estão “esmagando essas capacidades” e que iriam “reduzi-las a pó, a cinzas”.

Na mesma ocasião, Netanyahu declarou que seu país agiu sozinho ao atacar maior o campo de gás natural do mundo, compartilhado por Irã e Catar, aliado próximo de Washington. A declaração foi feita após o líder americano, Donald Trump, buscar se distanciar do ocorrido, afirmando na noite anterior que o Estado judeu “reagiu violentamente” contra a República Islâmica.

— Israel agiu sozinho contra o complexo de gás de Asaluyeh. O presidente Trump nos pediu para suspender futuros ataques, e estamos suspendendo — disse o premier durante entrevista coletiva na noite de quinta-feira, buscando enviar a mensagem de que os dois países estão estreitamente coordenados: — Não acho que dois líderes tenham sido tão coordenados quanto Trump e eu. Alguém realmente acha que alguém pode dizer ao presidente Trump o que fazer?

A fala buscou rebater as alegações de que os EUA foram arrastados para o conflito por influência de Israel. A campanha de Netanyahu para convencer Trump a atacar o Irã, somada à declaração espontânea do secretário de Estado americano, Marco Rubio, de que a determinação de Israel em atacar levou autoridades americanas a agir, fez com que apoiadores do movimento “América em Primeiro Lugar”, diretriz política de Trump, passassem a questionar o papel de uma potência estrangeira na decisão de Washington de entrar em guerra.



Desde então, o governo tentou reposicionar a narrativa, afirmando que o conflito foi uma decisão “exclusivamente” de Trump. No entanto, essa versão foi enfraquecida depois da renúncia, nesta semana, do principal oficial antiterrorismo no país, Joe Kent, que escreveu em sua carta que os EUA foram arrastados para mais uma guerra no Oriente Médio “devido à pressão de Israel e de seu poderoso lobby americano”. Em entrevista ao jornalista conservador Tucker Carlson na quarta-feira, ele ainda deu margem a teorias conspiratórias envolvendo Israel e o assassinato do ativista conservador Charlie Kirk.

A fala de Trump sobre a ofensiva contra o complexo de gás, nesse contexto, foi lida como incomum. Nas suas redes sociais, o republicano afirmou que Washington “não sabia de nada sobre esse ataque específico”, embora a alegação tenha sido amplamente contestada. À rede americana CNN, uma fonte disse que os EUA estavam “cientes” da ofensiva, enquanto uma fonte israelense afirmou que os dois países coordenaram a ação. Outros especialistas, incluindo o ex-embaixador americano Dan Shapiro, destacaram que seria surpreendente que Israel não informasse a Casa Branca sobre uma operação desse porte.

O ataque foi significativo porque o Irã respondeu atingindo a principal instalação de gás do Catar e a capital da Arábia Saudita, elevando as tensões entre países vizinhos na região. Trump ameaçou “explodir massivamente” a parte iraniana do campo caso Teerã continue atacando o Catar, mas analistas avaliam que a destruição da construção provavelmente causaria um impacto desproporcional em mercados e no abastecimento global de energia, já pressionados.

Metas ambiciosas

Autoridades americanas dizem que Trump se impressiona com a destruição causada pela campanha militar contra o regime iraniano, ao mesmo tempo em que recua diante dos impactos econômicos catastróficos que se espalham pelo mundo. Netanyahu, por sua vez, está aproveitando a oportunidade para enfraquecer um rival histórico sob um presidente americano que lhe concedeu maior liberdade de ação militar do que qualquer outro líder dos Estados Unidos, disseram autoridades sob anonimato ao Washington Post.

O objetivo de mudança de regime se reflete nas táticas militares de Israel. Cerca de 40% dos aproximadamente 8 mil ataques realizados tiveram como alvo forças de segurança iranianas e instalações que poderiam ser usadas para reprimir uma nova revolta popular, segundo uma autoridade de segurança do Oriente Médio. Além do assassinato do líder supremo do Irã, Ali Khamenei, no início da guerra, Israel matou dezenas de líderes políticos e militares iranianos, incluindo Ali Larijani, secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional, e Gholamreza Soleimani, comandante das forças paramilitares Basij.

Planejadores israelenses afirmam que ver o governo iraniano cair e ser substituído por algo melhor seria um efeito bem-vindo dos ataques, mas não o objetivo principal. A experiência, dizem, mostra que mudanças de regime raramente vêm apenas do ar — normalmente exigem tropas, golpes internos, levantes populares ou outras dinâmicas no terreno, opção que foi levantada por Netanyahu na quinta-feira:

— Costuma-se dizer que não é possível vencer, que não se pode fazer revoluções a partir do ar. Isso é verdade. Não se pode fazer isso apenas pelo ar. É possível fazer muitas coisas pelo ar, e estamos fazendo, mas também precisa haver um componente terrestre — disse, indicando que Israel trabalha para criar condições que permitam à população iraniana se levantar contra o governo: — Ainda é cedo para dizer se o povo iraniano aproveitará as oportunidades que estamos criando.

Versões distintas

Em vez disso, os Estados Unidos concentram grande parte de seu esforço militar em degradar a capacidade de mísseis e drones do Irã, afundar sua Marinha e, nos últimos dias, atacar alvos ao longo da extensa costa iraniana no Golfo. Na quinta-feira, ao ser questionada sobre se os objetivos de Israel estavam alinhados aos dos EUA, a diretora de Inteligência Nacional americana, Tulsi Gabbard, hesitou



antes de reconhecer que o Estado judeu está mais focado em eliminar a liderança iraniana, enquanto os EUA priorizam desarmar o Irã.

Ao mesmo tempo, a Casa Branca negou que Trump tenha permitido que o escopo da guerra se tornasse indefinido, com um funcionário afirmando que, “ao contrário dos longos envolvimento militares do passado, que careciam de objetivos claros”, o republicano estabeleceu “quatro metas distintas” para a operação. Segundo ele, as metas são destruir os mísseis balísticos do Irã, afundar sua Marinha, neutralizar seus aliados regionais e garantir que o país não consiga obter uma arma nuclear.

Autoridades israelenses negaram qualquer desalinhamento nesse processo, afirmando que Trump e Netanyahu conversam quase diariamente e seguem uma estratégia de “dividir para conquistar”, baseada em suas forças complementares. Outras fontes, por sua vez, afirmam que fissuras significativas começaram a surgir na segunda semana de guerra, quando os ataques israelenses a instalações de petróleo iranianas provocaram nuvens de fumaça tóxica e chuva ácida, enquanto os efeitos econômicos do fechamento do Estreito de Ormuz, rota estratégica por onde passa 20% do petróleo global, começaram a se intensificar.

Trump tem declarado repetidamente que a Operação Fúria Épica é um sucesso, mas tem apresentado prazos variáveis sobre quando e como pretende encerrá-la. Por ora, o regime iraniano segue no poder e, segundo avaliações de inteligência dos EUA, está mais linha-dura do que antes. O preço do petróleo ultrapassou US\$ 110 por barril na quinta-feira, e o Estreito de Ormuz permanece em grande parte fechado ao tráfego marítimo. Embora Trump agora avalie a possibilidade de escalar o conflito, o presidente pareceu recuar da possibilidade de enviar tropas terrestres, medida vista como politicamente arriscada:

— Não, não vou enviar tropas a lugar nenhum — disse.

Tropas terrestres

Apesar do discurso público, Trump avalia internamente a possibilidade de envio de tropas terrestres ao Irã, segundo fontes com conhecimento das discussões. A ideia seria ampliar a ofensiva com dois objetivos principais: reabrir o Estreito de Ormuz e confiscar ou destruir estoques de urânio enriquecido. De acordo com a agência Reuters, as opções em análise envolvem algumas das operações militares mais complexas e arriscadas das últimas décadas. Em paralelo, o Pentágono prepara um pedido de orçamento suplementar de US\$ 200 bilhões ao Congresso, ligado à guerra.

Fontes do governo afirmam que uma unidade de fuzileiros navais já foi mobilizada e pode ser empregada na tomada de ilhas estratégicas na costa iraniana, como Ilha de Kharg, responsável por cerca de 90% das exportações de petróleo do país. A estratégia ampliaria o escopo da ofensiva para além dos bombardeios.

As movimentações ocorrem enquanto o conflito entra na terceira semana com intensificação dos ataques contra alvos iranianos, incluindo a Marinha, estoques de mísseis e sistemas de defesa. Desde fevereiro, milhares de bombardeios atingiram embarcações, depósitos e instalações estratégicas, mas autoridades reconhecem que o Irã mantém capacidade de reação, elevando os riscos de uma eventual incursão terrestre.

(Com AFP)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/03/2026

DISPARADA DO PETRÓLEO VAI REFORÇAR ARRECADAÇÃO DE ESTADOS E DA UNIÃO EM 2026

Só com royalties e participações especiais, incremento deve ser de R\$ 60 bilhões. No Rio, serão mais R\$ 13 bilhões

Por Vinicius Neder e João Sorima Neto — Rio de Janeiro

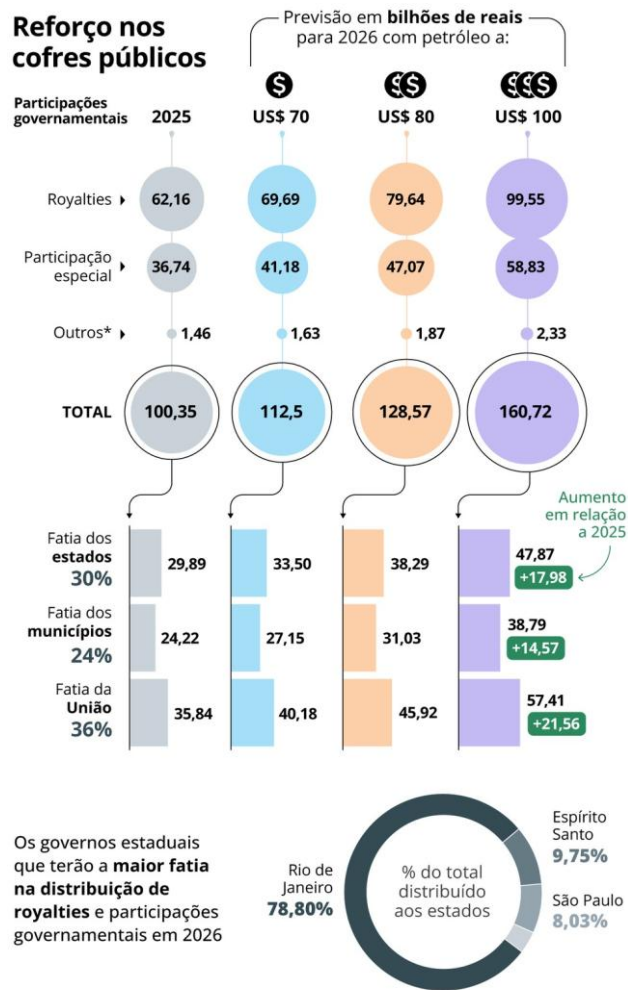


Plataforma de petróleo ancorada em Niterói: arrecadação dos governos vai disparar com alta do petróleo — Foto: Antonio Scorza/Agência O Globo

A disparada do petróleo no mercado internacional, por causa da Guerra no Irã, vai engordar os cofres públicos este ano. A cotação do barril do tipo Brent saiu de um patamar abaixo de US\$ 70 antes dos ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã e, nas últimas semanas, foi negociado acima de US\$ 100, chegando a encostar em US\$ 120 na quinta-feira.

Se os preços se estabilizarem neste patamar e, na média anual, a cotação do Brent ficar em US\$ 100, a arrecadação de União, estados e municípios com as receitas de petróleo — royalties da exploração petrolífera e participações especiais, que são cobradas sobre campos de grande produção — vai disparar 60% este ano, segundo estimativas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE, consultoria com estudos no setor de energia).

No ano passado, a arrecadação total de União, estados e municípios foi de US\$ 100,35 bilhões. A consultoria traçou três cenários. Com o petróleo a US\$ 70 — patamar de antes da guerra — o total arrecadado este ano subiria para US\$ 112,5 bilhões. Com a cotação a US\$ 80, a soma fica em US\$ 128,57 bilhões. Com o barril do tipo Brent a US\$ 100, salta para R\$ 160,72 bilhões.



Adriano Pires, diretor do CBIE, a maior incerteza sobre as projeções está no nível em que as cotações do petróleo vão se estabilizar daqui para a frente. Em parte, isso depende da duração da guerra no Oriente Médio, mas o especialista acha difícil as cotações médias deste ano ficarem abaixo de US\$ 70 por barril, porque o conflito armado atingiu em cheio importantes países produtores, com ataques a estruturas de produção.

— Em guerras desse nível, as cotações sobem como um foguete e, depois, caem como uma pluma — disse o diretor do CBIE, que vê os problemas de agora como maiores até mesmo do que as crises do petróleo da década de 1970. — Essa é a maior disrupção da produção de petróleo que o mundo já viu.

INFO VALE ESSE - Previsão royalties do petróleo - reforço nos cofres públicos — Foto: Arte O GLOBO

Chama a atenção o incremento na arrecadação prevista para estados que são grandes produtores de petróleo, como Rio, Espírito Santo e São Paulo. Em ano de eleições estaduais, estes governos terão um reforço de caixa significativo. No caso do Rio, a projeção da Agência Nacional de Petróleo (ANP) é que, em 2026, o estado receba o equivalente a 24% do total pago para União e entes federativos em royalties e participações especiais de petróleo.

Isso significa que, com o petróleo a US\$ 100, o Estado do Rio receberia nada menos do que R\$

*Estados, municípios e União não somam 100% por causa dos "outros" (taxa de ocupação e bônus de assinatura) e de depósitos judiciais e aportes no Fundo Especial do pré-sal.

39,31 bilhões em receitas, um incremento de R\$ 13,22 bilhões em relação aos R\$ 26,09 bilhões arrecadados em 2025. No Espírito Santo, a receita com petróleo passaria de R\$ 1,41 bilhão para R\$ 3,46 bilhões. E, em São Paulo, de R\$ 1,34 bilhão para R\$ 2,67 bilhões.

Na União, R\$ 45 bilhões considerando dividendos e impostos

As contas para 2026 do CBIE consideram a produção total de petróleo prevista para este ano pela EPE, estatal de planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME), e uma taxa de câmbio de R\$ 5,42 por dólar, conforme o Boletim Focus, pesquisa de projeções do Banco Central (BC) do início de março.

Marcos Mendes, economista e pesquisador associado do Insper, e especialista em finanças públicas, prevê que o governo federal terá um incremento de receita na casa de R\$ 45 bilhões se o petróleo se mantiver em US\$ 100. As contas de Mendes incluem os royalties e participações especiais e também os dividendos da Petrobras e a arrecadação com tributos federais, como CSLL e Imposto de Renda cobrado das empresas petrolíferas.

— Por outro lado, a queda mais lenta dos juros, em decorrência da guerra, vai custar ao Tesouro, por baixo, uns R\$ 30 bilhões (em pagamento de encargos da dívida pública). Além disso, o governo vai abrir mão de receitas com desonerações tributárias e outras despesas como subvenção e uma possível "bolsa caminhoneiro", que já começa a ser discutida. No fim das contas, o impacto para o governo federal vai ser neutro ou um pouco deficitário — calcula Mendes.

Para os estados e municípios o pesquisador ainda não fez o cálculo, mas avalia que vai entrar "muito dinheiro" de royalties e participação especial, além de ICMS.

— Não há qualquer restrição para eles (governadores) gastarem esse dinheiro. Além, é claro, das restrições contidas na legislação eleitoral, como por exemplo como não criar novos programas, não fazer contratações — diz.

Incerteza elevada

Adriano Pires, do CBIE, lembra que, na guerra iniciada em 2022, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, as cotações do petróleo caíram mais rapidamente, após o início do conflito, porque os problemas ficaram restritos a uma única produção importante, a russa. Agora, o conflito atinge países que respondem por 30% da produção global e 57% do total de reservas.

— Do ponto de vista da arrecadação, os governos estão numa boa. Royalties dependem do preço do barril, da produção e da taxa de câmbio. O preço explodiu, a produção brasileira é crescente, e o câmbio está estabilizado — resumiu Pires.

Para Pires, com o aumento da arrecadação via royalties e participações especiais, haveria espaço fiscal para desonerar os combustíveis num ambiente de mercado mais competitivo. Inclusive com reduções do ICMS, cobrado pelos estados.

A tributarista Virgínia Pillekamp, sócia do escritório BMA Advogados, lembrou, por sua vez, que há outros motivos para que os governadores resistam a reduzir o ICMS. Um deles é a Reforma Tributária. Pelas regras de transição, os níveis de arrecadação tributária de 2026 serão usados como base na divisão entre os estados das receitas com o futuro IVA.

— Qualquer redução de ICMS hoje puxa para baixo a tributação futura do IBS — disse Virgínia.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 20/03/2026

NOVO MINISTRO, DURIGAN DIZ QUE FAZENDA TEM OUTRAS MEDIDAS PARA DIESEL SE NÃO HOVER ACORDO SOBRE ICMS

Segundo Durigan, somente o governador do Piauí deu retorno sobre a proposta até agora, concordando com a desoneração

Por Thaís Barcellos — Brasília



O ministro da Fazenda, Dario Durigan — Foto: Washington Costa/MF

O novo ministro da Fazenda, Dario Durigan, falou nesta sexta-feira pela primeira como chefe da pasta e disse que há outras medidas em estudo para lidar com a crise causada pela guerra no Oriente Médio caso os governadores não aceitem a proposta de desonerar o ICMS cobrado sobre a importação do diesel. Segundo o ministro, o governo não deixará de apresentar novas medidas "assim que necessário".

A Fazenda propôs esta semana aos estados a isenção do imposto até o fim de maio com compensação de 50% das perdas de receita pelo governo federal. A estimativa é que o custo seja de R\$ 3 bilhões por mês. Uma nova reunião deve acontecer na próxima sexta-feira para discutir o tema.

— Temos uma série de medidas que podem ser adotadas a depender de para onde for essa guerra e o preço dos combustíveis — disse. — Não avançando (com os governadores), iríamos para outras medidas para não deixarmos a população desguarnecida.

Durigan considerou a proposta bastante "generosa", uma vez que a União se comprometeu a pagar metade da conta. Ele lembrou ainda que há uma série de ações em curso pelo governo, como o aumento da fiscalização e o aumento da tabela do frete, além da desoneração do Pis/Cofins sobre o diesel e da subvenção à comercialização do combustível.

— Vimos um distensionamento, pelo menos em primeira aproximação, com os caminhoneiros — destacou, em referência aos rumores de nova paralisação da categoria.

Em sua primeira declaração como ministro, Durigan também destacou quais serão as prioridades e de sua gestão e fez questão de explicar que será uma continuidade do trabalho realizado por Fernando Haddad, que deixou a pasta para concorrer ao governo de São Paulo nas eleições deste ano. Antes de assumir o comando do ministério, Durigan foi secretário-executivo de Haddad.

— O trabalho que vai ser feito sob a minha condução é um trabalho de continuidade da gestão do ministro Fernando Haddad. O ministro Haddad, como o presidente Lula disse, foi o ministro da Fazenda mais exitoso, com dezenas de projetos aprovados, uma série de distorções corrigidas no nosso orçamento. Chegamos hoje com o orçamento mais estruturado, com mais clareza dos desafios que nós temos — disse.

Durigan reforçou que vai perseguir o lema de conjugar equilíbrio fiscal com justiça social. Segundo ele, até o momento, a gestão de Lula 3 na Fazenda fez um ajuste de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no orçamento.

— O orçamento que vai ser entregue este ano para 2027 vai ser um orçamento muito melhor do que recebemos em 2022. Esse trabalho não está pronto, acabado, cabe a mim que esse trabalho siga com muita intensidade.

O novo ministro também citou desafios para aumentar a produtividade do país, para aperfeiçoar a regulação de crédito e atrair investimentos. Também mencionou que seguirá como objetivo a discussão sobre a concorrência das plataformas digitais e os temas da transformação ecológica. Durigan ainda citou que a Fazenda deve expandir a experiência com a colocação de títulos sustentáveis soberanos no exterior para o mercado europeu.

– Fecho dizendo que também o nosso compromisso é de ter projetos de soberania para o país. – disse. – Este ano seguimos muito atentos por uma crise que não foi gerada pelo país, mas que o Brasil navega de maneira muito ativa, propondo soluções internacionais, mas, ao mesmo tempo, com mecanismos internos, para que o custo da guerra para os caminhoneiros e para as famílias seja o menor possível.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/03/2026

PAÍS CONTRATA MAIS 500 MW EM ENERGIA TÉRMICA EM LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE

Segunda fase do certame aconteceu nesta sexta. Desde 2021 país não tinha esse tipo de leilão que garante segurança do sistema elétrico

Por João Sorima Neto — São Paulo



Usinas termelétricas são consideradas pelo mercado garantia de fornecimento estável de energia elétrica — Foto: Pixabay

O Brasil negociou nesta sexta-feira 501,3 megawatts (MW) de potência em novos contratos de energia de usinas termelétricas a óleo diesel, óleo combustível e biodiesel. Foi a segunda etapa do Leilão de Reserva de Capacidade realizado esta semana pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A Petrobras, com os empreendimentos Canoas e Termo Ceará, ambas a óleo diesel, foi a maior vencedora com oferta de 332,5 MW.

O preço médio foi de R\$ 831.251,52 por MW/ano e o deságio foi de 50,14%, dez vezes maior do que na etapa da última quarta-feira. A receita fixa a ser recebida, por ano, pelos seis vencedores no leilão soma R\$ 229,9 milhões. Os recursos são custeados através de encargos na conta de luz. Nesse leilão, como a energia foi contratada de usinas já existentes, o investimento previsto é zero. Houve dois empreendimentos com biodiesel e um com óleo combustível, além dos dois a óleo diesel da Petrobras. No total, foram seis vencedores.

Para óleo combustível e óleo diesel, foram negociados contratos com período de suprimento de três anos, iniciando em 1º de agosto de 2026 e 1º de agosto de 2027. Para o biodiesel, os contratos iniciam em 1º de agosto de 2030, com período de suprimento de dez anos.

— A nova rodada do leilão, com foco nas térmicas existentes a base de óleo diesel, a despeito de todo movimento em sentido contrário e questionamentos, ocorreu com deságios relevantes em relação ao preço mínimo. Teremos considerável expansão do parque gerador e um reforço de segurança no funcionamento do setor elétrico com redução do risco de descontinuidade no curto, médio e longo prazo — disse Wagner Ferreira, sócio do CBS e advogado especialista no setor elétrico.

Leilão de capacidade não acontecia desde 2021

Esse tipo de certame, que não acontecia desde 2021, tem como objetivo reforçar a segurança do sistema elétrico nacional garantindo o atendimento em momentos de maior necessidade, explicam os especialistas. As usinas recebem uma remuneração fixa para estarem prontas a operar quando necessário. Na prática, esse tipo de leilão representa uma espécie de “seguro de capacidade”.

Com o crescimento das fontes de energia eólica e solar nos últimos anos, que são intermitentes (ou seja, dependem do clima), o país passou a precisar de usinas que possam entrar em operação imediatamente quando acontecer queda na geração solar e eólica ou em horários de pico, onde há



aumento de demanda. Em 2021, foram contratados 7,7 GW de potência com deságio de 15,34%. Um novo leilão desse tipo tinha sido marcado 2022, mas acabou sendo cancelado.

— O leilão de reserva de capacidade, diferente dos demais leilões de energia, tem o objetivo de contratar o fornecimento de energia para momentos de pico de consumo e/ou de queda de geração, para evitar apagões — explica Diogo Nebias, advogado especialista em contratos de infraestrutura e sócio do Panucci, Severo e Nebias Advogados.

Duas etapas

O leilão atual foi realizado em duas etapas. Na quarta-feira passada, já tinham sido negociados quase 19 gigawatts (GW) de potência em novos contratos para usinas termelétricas e hidrelétricas. Foi a maior contratação já realizada pelo setor elétrico do país. Ao todo, 100 empreendimentos, novos e existentes, foram contratados, totalizando R\$ 64,5 bilhões em investimentos, segundo informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Eneva, Petrobras e Âmbar Energia, do grupo J&F, foram os principais destaques desse leilão, já que juntas somaram cerca de 9 GW de potência contratada. Foram recontratadas diversas termelétricas já existentes, como Norte Fluminense e Santa Cruz, da Âmbar Energia (do grupo J&F), além de Nova Piratininga, Juiz de Fora, Seropédica, Termomacaé e Termobahia, da Petrobras.

O preço médio ficou em R\$ 2,3 milhões por MW ao ano, com desconto de 5,52% em relação ao teto estabelecido pelo governo. Esse deságio, segundo especialistas, sinalizou baixa concorrência. As térmicas a gás natural e a carvão representaram a maior parte da potência contratada, em torno de 16,5 GW. Já as hidrelétricas somaram 2,5 GW.

A receita fixa recebida, por ano, pelos vencedores será de R\$ 38,9 bilhões. A Abrace Energia, associação que reúne grandes consumidores de energia, calculou que haverá impacto médio na tarifa de energia dos brasileiros de aproximadamente 10% e estimou que a contratação de capacidade foi excessiva.

De acordo com a consultoria Thymos, especializada em energia, o resultado do leilão representou um avanço importante na recomposição da potência firme, especialmente diante do crescimento da demanda e de maior participação de fontes renováveis. No leilão de quarta, chamou atenção a presença relevante de hidrelétricas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, incluindo projetos com prazos superiores a 20 anos.

— O movimento reforça o reconhecimento do valor desses ativos como fontes de capacidade firme e confiável, fundamentais para a segurança operativa em um cenário de maior penetração de fontes renováveis intermitentes — analisa Fillipe Soares, diretor da Thymos Energia.

Para o especialista, a revisão dos preços-teto feita pelo Ministério de Minas e Energia (MME) foi fundamental para equilibrar o certame, diante de um cenário de aumento de custos de capital, equipamentos e financiamento.

— O leilão foi um passo estratégico para a segurança sistêmica, com aquisição significativa de potência. No entanto, a confiabilidade energética do país não depende somente do volume contratado, mas também da entrega efetiva dos projetos, da flexibilidade associada aos contratos e da evolução da demanda nos próximos anos — avalia Soares.

A Aneel rejeitou um pedido de contestação contra o edital do leilão feito pelo Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel). O Inel solicitou cálculos e justificativas para a revisão dos preços do certame, e contestou a falta de priorização de fontes mais sustentáveis, além da transparência na divulgação da demanda a ser contratada. Mas a Aneel rejeitou o pedido, e manteve as regras do leilão, sem alterações.

ANTT VOLTA A REAJUSTAR TABELA DO FRETE POR CONTA DO PREÇO DO DIESEL

Órgão vai editar duas resoluções para regulamentar a medida provisória que aumenta os poderes da agência para suspender o registro de frete de quem descumprir a tabela

Por Ivan Martínez-Vargas — Brasília



Caminhão é abastecido com diesel em posto na Rodovia Dutra — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vai atualizar nesta sexta-feira a tabela do frete mínimo para caminhões e vai passar a alterá-la de maneira mais dinâmica, sempre que houver variação de 5%, para mais ou para menos, no preço médio do diesel aferido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A última atualização havia sido feita na semana passada.

Além disso, a ANTT vai editar na próxima semana duas resoluções para regulamentar a medida provisória que aumenta os poderes da agência para suspender o registro de frete de quem descumprir a tabela. A norma foi editada pelo governo nesta quinta-feira e atende a uma demanda dos caminhoneiros em meio a ameaças de paralisação.

— Antes, a gente disparava o gatilho com base em múltiplos dados e demorava mais para atualizar. Agora, como o preço está muito mais volátil, vamos atualizar de maneira mais dinâmica — diz o ministro dos Transportes, Renan Filho.

A ANTT disponibiliza em seu site uma calculadora do preço do frete.

O lei já trazia o gatilho de 5% do preço do diesel para disparar o reajuste da tabela, mas o secretário executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, disse que o processo será mais dinâmico porque a ANP passará a ter acesso aos dados de notas fiscais a partir de um acordo com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Com os dados dos fiscos estaduais em tempo real, o acompanhamento do preço nas bombas não precisará mais necessariamente de pesquisas de campo.

Quanto às resoluções da ANTT que regulamentam a medida provisória, serão editadas na semana que vem. A primeira disciplinará os processos de suspensão cautelar do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), com prazos que vão variar de 5 a 30 dias a depender da gravidade.

— Em paralelo, haverá na resolução a (figura da) suspensão definitiva, para quem é reincidente, de pode variar de 15 a 45 dias para o transportador e de 10 a 40 dias para o embarcador — diz Guilherme Sampaio, diretor-geral da ANTT.

Como O GLOBO noticiou, a regulamentação deverá estipular como prática reincidente o descumprimento do preço da tabela em mais de três viagens.

A segunda resolução da ANTT vai garantir que o Código Identificador da Operação de Transporte (Ciot), documento exigido para o transporte de cargas, não seja emitido quando o valor do frete for menor do que a tabela. Hoje, o sistema permite que as empresas emitam o Ciot com valores inferiores aos da tabela.

— O Ciot está sendo adequado para que a operação (de transporte) esteja condizente com o valor da tabela. Quem transportar sem o documento e abaixo do frete mínimo estará duplamente irregular — afirma Sampaio.

A mudança do sistema do Ciot será implementada em até 60 dias, de acordo com o Ministério dos Transportes. A implementação não é imediata, segundo o ministro Renan Filho, porque exige uma mudança de sistema.

Questionado sobre o risco de escassez de diesel no Brasil, o ministro dos Transportes ressaltou que o Brasil está mais preparado do que outros países do mundo para enfrentar os choques globais de oferta de petróleo ocasionados pela guerra no Oriente Médio.

De fato, a produção nacional de petróleo e a diversificação da matriz energética brasileira aumentam a resiliência do país a oscilações do preço do barril de petróleo. Apesar disso, o Brasil ainda depende de importações de diesel para suprir a demanda doméstica do combustível.

— A Petrobras está aumentando a produção de óleo diesel. Obviamente, esse conflito internacional ele descontinua cadeias produtivas, e cria alguma crise, mas o Brasil tem mais condições de enfrentar, e está enfrentando. A ANP determinou à própria Petrobras o destino de sua produção de óleo diesel a todas as regiões do país. Feliz do Brasil que tem uma companhia como a Petrobras, capaz de gerar resultados anuais bilionários e com uma grande capacidade produtiva — afirmou o ministro.

Peso no bolso: Diesel já sobe nas bombas e terá impacto na inflação de março, dizem especialistas
Renan Filho destacou que o custo de extração (no jargão de mercado, o lifting cost) da Petrobras é muito inferior, por exemplo, ao da Venezuela e que, em momentos de barril do petróleo elevado, a companhia aumenta seus lucros.

— Por isso que a Petrobras tem muita condição de enfrentar essa crise, diferentemente daquele país que compra 100% do seu óleo diesel de fora porque não produz o petróleo — disse o ministro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/03/2026

NA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DA RAÍZEN, BANCOS PRESSIONAM COSAN

Empresa, que já foi a principal produtora de biocombustíveis do Brasil, tem dívidas de R\$ 65 bilhões e entrou com pedido de recuperação extrajudicial. Instituições financeiras estariam buscando melhores condições para acordo, diz agência

Por Bloomberg



Centro de distribuição da Raízen em São Paulo — Foto: Victor Moriyama/Bloomberg

Alguns bancos brasileiros com exposição à Raízen estão pressionados a controladora Cosan e seu assessor BTG Pactual, buscando melhores termos na reestruturação da dívida da empresa de açúcar e etanol, segundo fontes familiarizadas com o assunto.

O Bradesco intensificou a pressão, exigindo compromissos mais claros em relação à Raízen, de acordo com as fontes, que pediram para manter o anonimato. Essa postura pode atrapalhar os planos da Cosan de realizar uma oferta pública inicial (IPO) de sua unidade de gás Compass, da qual o Bradesco é acionista. O Brazil Journal já havia noticiado o possível adiamento do IPO, que poderia ser o primeiro no Brasil em quase cinco anos.

O Itaú também sinalizou que pode adotar uma postura mais dura nas negociações, alertando que pode restringir o acesso a crédito para empresas dentro do ecossistema da Cosan caso todos os envolvidos não compartilhem o ônus da reestruturação financeira da Raízen, disseram algumas das fontes.

Os bancos estão buscando um valor maior por parte da Shell, acrescentaram. A gigante do petróleo, que é co-proprietária da Raízen junto com a Cosan, já concordou em contribuir com R\$ 3,5 bilhões (US\$ 664 milhões).

A Cosan não está mais em negociações para aportar recursos, mas seu fundador, Rubens Ometto, concordou em investir R\$ 500 milhões por meio de sua holding. O BTG, que ganhou relevância significativa nas discussões após investir R\$ 4,5 bilhões na Cosan, já havia dito que não teria um papel ativo na reestruturação financeira da Raízen, mesmo antes de surgirem desentendimentos com a Shell.

Bradesco, Itaú, BTG, Cosan e Raízen não fizeram comentários até a publicação da reportagem.

Credores estão frustrados com a decisão da Cosan de não injetar capital novo na Raízen, apesar das crescentes preocupações com a situação financeira da empresa. A decisão acabou forçando a Raízen — que já foi a principal produtora de biocombustíveis do Brasil — a fechar um acordo para reestruturar cerca de R\$ 65 bilhões.

O acordo de recuperação extrajudicial foi firmado na semana passada com credores que detêm pouco menos da metade da dívida da empresa — ele dá fôlego à Raízen, suspendendo obrigações de dívida e concedendo 90 dias para obter adesão de outros credores a um plano mais abrangente.

O acordo encerrou alguns meses turbulentos para a Raízen, que viu seus títulos caírem para níveis de alto risco enquanto as negociações por um resgate de seus principais acionistas se arrastavam, consumindo caixa. Quando contratou consultores para otimizar sua estrutura de capital, as agências de rating rebaixaram a empresa do grau de investimento para níveis profundos de alto risco.

A Raízen afirmou que os rebaixamentos representavam uma “ameaça grave, imediata e palpável”, à medida que credores pressionavam por vencimento antecipado de algumas dívidas, o que poderia desencadear um default cruzado e acelerar mais de R\$ 60 bilhões em obrigações.

Divulgações da Raízen na semana passada mostraram que o Bradesco tem cerca de R\$ 2 bilhões ajustados pelo câmbio a receber, enquanto o Itaú possui exposição superior a R\$ 1 bilhão à empresa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 20/03/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

IMPEACHMENT IMEDIATO DE TOFFOLI É DEFENDIDO POR 49,3%; OUTROS 33,7% APOIAM MEDIDA APÓS INVESTIGAÇÕES

São apenas 12,8% os brasileiros contrários ao impedimento do ministro do STF, segundo pesquisa AtlasIntel/Estadão

Por Hugo Henud

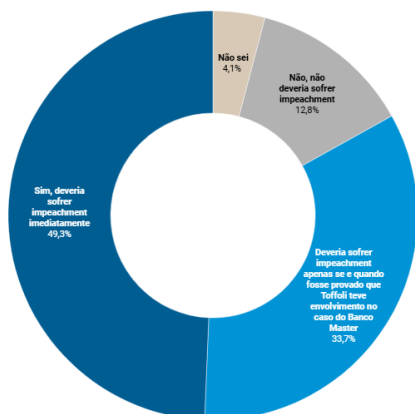


Gráfico: Editora de Infografia Multimídia - Fonte: AtlasIntel

Pesquisa AtlasIntel/Estadão mostra que 49,3% dos brasileiros acreditam que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli deveria sofrer imediatamente o impeachment por suspeitas de ligação com o caso do Banco Master. Outros 33,7% avaliam que a medida só deveria ocorrer e e quando houver comprovação de envolvimento, enquanto 12,8% são contrários ao afastamento e 4,1% dizem não saber.

Os dados indicam que a maior parte da população defende algum tipo de responsabilização do ministro, seja de forma imediata ou condicionada ao avanço das investigações. Somadas, as duas posições representam mais de 80% dos entrevistados.

Para o jurista e ex-desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Walter Maierovitch, o resultado reflete o impacto das revelações recentes envolvendo o caso do Banco Master, que colocou Dias Toffoli no centro de questionamentos após decisões tomadas no âmbito do inquérito e a divulgação de possíveis conexões com investigados. “É um resultado esperado depois de todas essas revelações. Se ele cometeu ilícitos e se existem indicativos, tem que ser apurado”, diz.

As críticas à sua atuação se intensificaram desde que Toffoli assumiu a relatoria do inquérito envolvendo Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, que teve a liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central diante de suspeitas de fraudes financeiras.

Desde então, o ministro adotou uma série de medidas que foram alvo de questionamentos por investigadores e por integrantes do meio jurídico, como a determinação de que materiais apreendidos na Operação Compliance Zero permanecessem sob custódia do STF, além da realização de acareações em fase inicial do inquérito, da definição direta de peritos e da fixação de prazos considerados exíguos para análise de provas. “Isso tudo gera esse descrédito”, completa Maierovitch.



Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal, tem a pior avaliação entre todos os ministros da Corte Foto: Wilton Júnior/Estadão

Na sequência, o Estadão revelou que irmãos do ministro haviam cedido participação no resort Tayayá, em Ribeirão Claro (PR), ao fundo Arleen, ligado à Reag Investimentos, investigada por abrigar estruturas associadas ao Banco Master. O negócio ocorreu por meio da empresa Maridt, da qual Toffoli depois admitiu ser sócio, enquanto seus irmãos, José Carlos Dias Toffoli Cônego e José Eugênio Dias

Toffoli, aparecem como administradores.

O jornal também mostrou que o pastor e empresário Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro, é o responsável pelos fundos que adquiriram parte dessas cotas, avaliadas, à época, em R\$ 6,6 milhões.

Além das revelações, um relatório produzido pela Polícia Federal, com base em dados extraídos do celular de Vorcaro, apontou possíveis conexões entre o empresário e o ministro e contribuiu para que Toffoli deixasse a relatoria do caso.

No Congresso, a repercussão do episódio levou senadores a apresentar, em fevereiro, pedidos de impeachment contra o ministro. Ao todo, já são dez solicitações protocoladas no Senado.

Em outra frente, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado aprovou a quebra de sigilos relacionados ao caso. As medidas, no entanto, foram posteriormente anuladas por decisão do ministro Gilmar Mendes, o que gerou críticas entre parlamentares.

Nesta semana, o decano do Supremo voltou a suspender deliberações da comissão que previam novas quebras de sigilo no âmbito da investigação, relacionadas ao fundo Arleen.

O levantamento AtlasIntel/Estadão mostra que Toffoli e Gilmar são justamente os dois ministros com a pior avaliação na Corte. O primeiro tem atuação considerada positiva por apenas 9% dos brasileiros, enquanto 81% a avaliam como negativa. No caso de Gilmar os índices são de 20% e 67% respectivamente.

A pesquisa AtlasIntel/Estadão ouviu 2.090 brasileiros adultos entre os dias 16 e 19 de março de 2026, por meio de questionários aplicados pela internet. O levantamento tem margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/03/2026

INDÚSTRIA DO PETRÓLEO AMEAÇA IR À JUSTIÇA CONTRA O GOVERNO LULA POR IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DE 12%

Empresas reclamam de falta de diálogo do governo antes de estabelecer tributação; Fazenda fala que imposto é regulatório para estimular venda ao mercado doméstico

Por Danielle Brant e Alvaro Gribel

BRASÍLIA - Empresas da indústria do petróleo avaliam entrar na Justiça contra a medida provisória (MP) do governo Lula que zerou a alíquota de PIS e Cofins do diesel para tentar conter a alta nos preços com a guerra no Irã, mas estabeleceu um imposto de exportação de 12% sobre o petróleo bruto.

Ao anunciar o imposto, o então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que zerar as alíquotas sobre o diesel e as subvenções ao combustível custariam R\$ 30 bilhões aos cofres públicos - valor que seria compensado pelo imposto de 12%.

Empresas do setor ouvidas pelo Estadão contestam o cálculo e veem um viés arrecadatário do governo, ao transferir para o setor privado parte do custo da medida.

Procurada, a Fazenda informou que o imposto não tem finalidade arrecadatária, mas regulatória, “buscando equilibrar a capacidade de oferta doméstica em face da restrição de oferta externa imposta pelo imprevisto conflito no Oriente Médio” (leia mais abaixo).



Instalação de armazenamento de petróleo pega fogo em Teerã após bombardeios de EUA e Israel Foto: Alireza Sotakbar/AP

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) criticou, em nota divulgada na quarta-feira, 18, a falta de prazo de vigência definido do imposto. Na avaliação da entidade, esse fator e o caráter imprevisto da taxa “trazem risco regulatório e prejudicam a competitividade do petróleo brasileiro”.

No anúncio da medida, Haddad afirmou que, “diante da irracionalidade” do momento, não era possível prever até quando o imposto seria aplicado. “Por isso que cenários vão sendo desenhados de acordo com os acontecimentos. Mas a MP estabelece o dia 31 de dezembro de 2026 como data-limite”, disse.

Para um executivo da indústria que preferiu falar sob condição de anonimato, o imposto é uma forma de o governo gerar caixa em ano eleitoral, e não de regular para estimular a venda para o mercado doméstico, como argumenta a Fazenda.

Representantes de empresas do setor alertam também para o risco de redução de investimentos, pela falta de previsibilidade do segmento.

Eles lembram que, em fevereiro de 2023, o governo Lula editou uma outra MP que retomou a cobrança de tributos federais sobre gasolina e etanol e que também taxou em 9,2% as exportações de petróleo por quatro meses. Na ocasião, a decisão foi judicializada - o que deve se repetir agora, segundo executivos da indústria.

Royalties de petróleo

Outro argumento usado pelo setor é de que não haveria necessidade de instituir um imposto para compensar a subvenção ao diesel já que haverá um aumento de arrecadação natural do governo com royalties e participação especial pela disparada do preço do barril de petróleo, uma vez que o Executivo é acionista controlador da Petrobras.



Cálculos da indústria a que o Estadão teve acesso estimam que essa receita extra alcance R\$ 17 bilhões em quatro meses - enquanto o imposto geraria uma arrecadação de R\$ 15 bilhões no período.

Segundo a Fazenda, as medidas vão custar R\$ 30 bilhões aos cofres públicos, sendo R\$ 20 bilhões da zeragem das alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel e R\$ 10 bilhões do subsídio ao combustível - que será custeado via crédito extraordinário, ou seja, fora do teto do arcabouço fiscal.

Na nota, o IBP afirma que a legislação atual já possui mecanismos de captura de ganhos extraordinários, como a participação especial, o aumento na arrecadação de royalties e a elevação da parcela de óleo-lucro da partilha de produção (o óleo que sobra, nas concessões, após a empresa que explora os campos retirar seus custos de produção) em função da alta dos preços do barril de petróleo. Por isso, complementa, o imposto de exportação seria uma bitributação, “inclusive prejudicial à atração de investimentos de longo prazo”.

“Mudanças casuísticas criando novos impostos afetam a previsibilidade necessária para indústrias intensivas em capital, impactando diretamente a produção futura, a geração de empregos e a arrecadação da União”, indica a nota.

O IBP defende ainda que a desoneração também seja acompanhada pelos Estados, sob argumento de que as alíquotas de ICMS correspondem, em média, a três vezes os impostos federais. O governo Lula propôs aos governadores zerar o ICMS sobre a importação do diesel, com metade da renúncia sendo bancada pela União. Porém, como mostrou o Estadão, governadores ainda aguardam o detalhamento da medida e demonstram cautela em aderir.

“O Instituto ressalta a importância de que políticas públicas para mitigar choques geopolíticos globais preservem a segurança jurídica e a estabilidade regulatória, fundamentais para que o Brasil mantenha sua posição estratégica como exportador e garanta a necessária reposição de suas reservas”, diz o IBP.

Procurada, a Fazenda informou que o imposto não tem finalidade arrecadatória, mas regulatória. “A regulação do Imposto de Exportação faz parte da estratégia que combina instrumentos de proteção ao mercado interno, desoneração tributária emergencial e mecanismos regulatórios voltados a mitigar distorções geradas pela forte elevação dos preços internacionais do petróleo”, disse, em nota.

“O conjunto de medidas busca proteger consumidores e setores produtivos dos efeitos mais imediatos do choque externo, preservando a previsibilidade econômica e a estabilidade do abastecimento”, afirma o texto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 20/03/2026

TRUMP DIZ QUE NÃO QUER CESSAR-FOGO NO IRÃ E AFIRMA QUE ESTREITO DE ORMUZ 'SE ABRIRÁ SOZINHO'

Segundo o presidente dos Estados Unidos, ‘você não faz um cessar-fogo quando está literalmente aniquilando o adversário’

Por Redação

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, descartou nesta sexta-feira, 20, um acordo de cessar-fogo com o Irã, por considerar que Washington tem vantagem na guerra, que já dura três semanas.

“Não quero um cessar-fogo. Você não faz um cessar-fogo quando está literalmente aniquilando o adversário”, disse Trump a jornalistas na Casa Branca. O mandatário afirmou que o objetivo dos Estados Unidos, assim como o de Israel, era a “vitória” e acrescentou, referindo-se ao Irã: “Estamos atingido eles com uma força terrível. Não acho que seja possível receber golpes mais fortes”.



O presidente Donald Trump discursa durante uma reunião com a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, no Salão Oval da Casa Branca. Foto: Alex Brandon/AP

Trump criticou anteriormente, por meio de sua plataforma Truth Social, seus aliados “covardes” da Otan por sua relutância em participar do esforço para liberar a passagem marítima pelo Estreito de Ormuz.

“Sem os Estados Unidos, A OTAN É UM TIGRE DE PAPEL. Não quiseram se somar à batalha para deter um Irã dotado de arma nuclear. Agora que a batalha militar está GANHA, com pouquíssimo risco para eles, reclamam dos altos preços do petróleo que têm que pagar, mas não querem ajudar a abrir o Estreito de Ormuz”, escreveu. “COVARDES, VAMOS LEMBRAR DISSO!”, acrescentou.

O presidente americano tem multiplicado declarações contraditórias sobre a duração potencial do conflito, às vezes prometendo uma saída muito próxima e, em outras ocasiões, estimando que o Exército dos Estados Unidos não tinha pressa em encerrá-lo.

Essas informações surgem enquanto, segundo o Axios, o presidente Trump e sua administração consideram tomar o controle da ilha de Kharg, de onde sai cerca de 90% das exportações de petróleo bruto do Irã, com o objetivo de obrigar Teerã a reabrir o Estreito de Ormuz, missão que poderia ser confiada aos fuzileiros navais.

O Exército dos Estados Unidos pode “neutralizar” a ilha de Kharg, um ponto petrolífero estratégico, “a qualquer momento se o presidente Trump der a ordem”, assegurou a porta-voz da Casa Branca, Anna Kelly, em declaração transmitida à AFP.

Estreito de Ormuz

Nesta sexta-feira, 20, Trump afirmou que o Irã, “do ponto de vista militar, está acabado”, mas que está “bloqueando” o Estreito de Ormuz. O presidente afirmou ainda que seria uma “simples manobra militar” manter a importante rota marítima aberta, mas que isso requer ajuda, que ele descreveu como “navios” e “volume”.

Ele acrescentou que “seria bom” se os países que dependem do estreito se envolvessem para ajudar a mantê-lo aberto.

Cerca de 2.500 fuzileiros navais adicionais a bordo de três navios de guerra estão a caminho do Oriente Médio, informaram autoridades militares americanas nesta sexta-feira, 20. O jornal The Washington Post informou ainda na quarta-feira que o Pentágono deseja solicitar, por meio da Casa Branca, mais de 200 bilhões de dólares ao Congresso para financiar a guerra no Irã./Com informações da AP e AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 20/03/2026

Valores previstos na tabela do piso mínimo do frete terão ajustes com maior frequência, conforme oscilações nos preços do diesel, para espelhar os custos do combustível

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



— Foto: Lula Marques/Agência Brasil

O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Sampaio, anunciaram nesta sexta-feira (20), que a agência reguladora passará a atualizar os valores previstos na tabela do piso mínimo do frete com maior frequência, conforme oscilações nos preços do diesel, para espelhar os custos do combustível. A portaria com as novas regras será publicada ainda hoje em edição extra do Diário Oficial da União.

A regra atual determina que a agência deve reajustar os valores sempre que houver variação no preço do diesel superior a 5%, para baixo ou para. Os reajustes seguirão sendo feitos com base em dados de levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O gatilho, por exemplo, já foi acionado por conta dos impactos dos conflitos no Oriente Médio no preço do diesel, o que levou a ANTT, em 13 de março, atualizar os coeficiente dos pisos mínimos de frete em decorrência da variação no preço do diesel S10.

Segundo o ministro, o gatilho continuará a ser o mesmo, mas haverá mudanças em como eles são disparados. Pela regra atual, segundo ele, o mecanismo é usado considerando múltiplos dados, em um modelo considerado mais complexo e que leva mais tempo para refletir o ambiente de oscilação de preços no mercado. Agora, a atualização deve acontecer de forma mais recorrente, com acompanhamento diário.

"A periodicidade será muito maior, com mesmos parâmetros. Agora que está mais volátil pode mudar quase que diariamente", disse em coletiva de imprensa sobre a Medida Provisória editada pelo governo federal para endurecer as regras para cumprimento da tabela do frete. "Vai fazer uma nova portaria todos os dias? Talvez não, mas o gatilho estará pronto para ser disparado", disse.

A previsão é que as resoluções que irão regulamentar as novas regras para cumprimento do piso mínimo de frete sejam publicadas na próxima semana. As normas devem tratar sobre a organização da fiscalização do cumprimento dos valores e registros nos sistemas sobre os dados da operação dos fretes.

As novas regras para cumprimento da tabela do frete estão previstas em Medida Provisória (MP) publicada na quinta-feira (19). O texto visa reforçar a fiscalização e aplicação de penalidades mais duras contra transportadores e contratantes que descumprirem os valores estabelecidos.

"Trabalhamos com celeridade nessa MP para atender demanda dos caminhoneiros, que solicitaram ao longo dos últimos meses fiscalização por parte da ANTT, um ambiente regulatório mais efetivo na direção de garantir o preço mínimo do frete", disse em coletiva de imprensa sobre a Medida Provisória editada pelo governo federal para endurecer as regras para cumprimento da tabela do frete.

A MP altera a lei de 2018, que estabeleceu o piso mínimo de fretes rodoviários. A tabela do frete foi uma das medidas adotadas durante a gestão do ex-presidente Michel Temer para colocar fim à paralisação da categoria na época, que durou cerca de dez dias.

O ministro afirmou que o governo irá cobrar o cumprimento da tabela do frete e comparou o piso mínimo do frete ao salário mínimo. "Não é razoável que uma companhia, que representa grande parte do frete de uma região, possa pagar abaixo da tabela a um caminhoneiro", disse.

As novas regras foram publicadas em meio às ameaças dos caminhoneiros de greve frente ao aumento no preço do diesel, pressionado pelos conflitos no Oriente Médio.

Sampaio, da ANTT, afirmou que as medidas que estão sendo estabelecidas pelo governo e pela agência reguladora estão em linha com pleitos apresentados pelas lideranças de caminhoneiros. "Tivemos retornos positivos das lideranças das categorias após a publicação da MP", afirmou.

Novas regras

Empresas transportadoras poderão sofrer desde a suspensão cautelar do registro nacional do transportador até o cancelamento da autorização para atuar no setor por até dois anos, em casos de reincidência. Já os transportadores autônomos (TAC) não serão alvo dessas suspensões.

Esse será o alvo da primeira das resoluções a serem publicadas na próxima semana. De acordo com o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), as normas vão detalhar as penalidades e as especificações para o cumprimento. Também tratará sobre como se dará o processo de ampla defesa das empresas.

A MP também prevê multas mais elevadas para contratantes que descumprirem o piso do frete, que podem variar de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões por operação, além da possibilidade de proibição de contratar novos fretes. A responsabilização poderá alcançar ainda sócios e integrantes de grupos econômicos, por meio da desconsideração da personalidade jurídica.

Renan Filho ressaltou o aumento das penalidades. Antes da MP, as regras previam penalidades de R\$ 10 mil. "Essa multa era pouco efetiva, pois não era significativa no todo do negócio. Agora passará de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões."

O texto também estabelece que a ANTT passará a monitorar todas as operações de frete rodoviário de forma eletrônica. Pela MP, toda operação de transporte deverá ser registrada com um Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), que inclui dados da operação, valores pagos, informações das cargas e piso mínimo aplicável.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/03/2026

LULA DIZ QUE 'PODE DEMORAR', MAS PETROBRAS VAI RECOMPRAR REFINARIA DE MATARIPE, NA BAHIA

Unidade foi a primeira construída no país, em 1950, antes da criação da Petrobras, e vendida para o fundo Mubadala, dona da Acelen, em dezembro de 2021

Por Fábio Couto, Ruan Amorim e Mariana Andrade, Valor — Rio e Brasília



Refinaria de Mataripe — Foto: Divulgação/MME

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a Petrobras vai recomprar a refinaria de Mataripe, na Bahia, vendida em gestões passadas. A antiga refinaria Landulpho Alves foi a primeira construída no país, em 1950, antes da criação da Petrobras, e vendida para o fundo Mubadala, dona da Acelen, em dezembro de 2021.

"Eles venderam a refinaria na Bahia. Nós vamos comprar de novo. Pode demorar um pouquinho, mas vamos recomprar", disse Lula, que participou de cerimônia sobre

retomada de investimentos na refinaria Gabriel Passos (Regap) em Betim (MG).

O negócio vinha sendo discutido entre a Petrobras e o Mubadala, mas as conversas foram suspensas devido a divergências sobre qual seria o preço justo de recompra.



Produção na África

O presidente ainda afirmou, sem dar mais detalhes, que a Petrobras voltará à África para explorar petróleo.

Refinaria Mataripe — Foto: Agência Petrobras Mais recente

Lula também citou que o governo está “tentando resolver” a exploração de petróleo na Margem Equatorial, área de alto potencial petrolífero localizada na Foz do Amazonas.

"Vamos saber se tem muito petróleo [na Margem Equatorial]. Porque tem na Guiana, tem no Suriname. Não é possível que Deus não tenha deixado um 'pouquinho' para nós", brincou o petista.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/03/2026

SUZANO ANUNCIA NOVO AUMENTO DE PREÇOS PARA A CELULOSE A PARTIR DE ABRIL

Preços para a China e demais países asiáticos terão um reajuste de US\$ 20 por tonelada, e para as Américas e na Europa, a correção será de US\$ 50

Por Helena Benfica, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Suzano

A Suzano, maior produtora mundial de celulose de fibra curta (eucalipto), anunciou nesta sexta-feira (20) um novo aumento para os preços da fibra nos principais mercados globais, segundo informações obtidas pelo Valor.

A partir de abril, os preços para a China e demais países asiáticos terão um reajuste de US\$ 20 por tonelada.

Já nas Américas e na Europa, a correção será de US\$ 50. Com isso, a cotação nos mercados europeus vai atingir US\$ 1.380 por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 20/03/2026

BRASKEM FALA EM 'COMPROMISSO COM FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA' APÓS MUDANÇA NO REIQ

Segundo Lei Complementar nº 228, publicada nesta sexta-feira (20), o benefício do Regime Especial da Indústria Química aumentou de 0,73% para 5,8%

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



Braskem — Foto: Edilson Dantas/O Globo

O benefício corresponde a créditos de PIS/Cofins, incidentes sobre as matérias primas das indústrias química e petroquímica, passíveis de compensação com tributos federais.

O benefício terá limite orçamentário de R\$ 2 bilhões para o setor e vigência de março até 31 de dezembro, sendo que, a partir de abril, estará sujeito a uma redução de 10% e um teto de R\$ 1,1 bilhão para o crédito vinculado a investimentos.

Fonte: Valor Econômico - SP

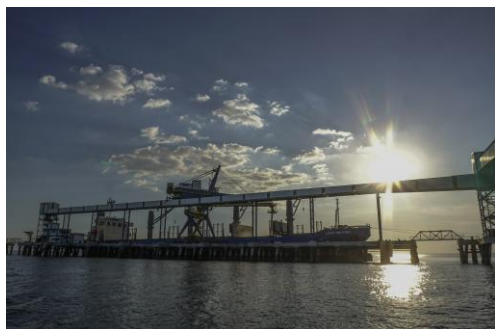
Data: 20/03/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MOVIMENTAÇÃO NOS TUPS CRESCE 14% E PASSA DOS 68,5 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO

Da Redação Portos e logística 20/03/2026 - 18:31



A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) informou nesta sexta-feira, com base em dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que os Terminais de Uso Privado (TUP) movimentaram 68,6 milhões de toneladas em janeiro de 2026, com crescimento de 14,1% em relação ao mesmo mês do ano passado. De acordo com a ATP, no mês os portos privados responderam por 66% de toda a carga movimentada em terminais portuários no Brasil, enquanto os portos organizados movimentaram 35,3 milhões de toneladas e cresceram 10,3%.

No total, o volume movimentado no país totalizou 103,9 milhões de toneladas, com alta de 12,8%.

De acordo com a entidade, o destaque na movimentação pelos TUPs em janeiro foi o segmento de granel líquido e gasoso, que teve de 30,6% de elevação e atingiu 25,9 milhões de toneladas. O resultado foi puxado principalmente pelas cargas de longo curso, que cresceram 60,7%, com o aumento das exportações.

Os três terminais que apresentaram maior movimentação foram o Terminal de Petróleo TPET/TOIL, no Porto do Açu, no estado do Rio de Janeiro, com 7,6 milhões de toneladas e crescimento de 159,8%, o Terminal Aquaviário de Angra dos Reis, da Transpetro, no mesmo estado, com movimentação de seis milhões de toneladas e aumento de 20,6%, e o Terminal Aquaviário de São Sebastião, em São Paulo, também da subsidiária da Petrobras, com mais de cinco milhões de toneladas e alta de 11%.

Também no segmento de granel sólido foi registrado crescimento, de 10%, com movimentação de 35,1 milhões de toneladas. O resultado, segundo a ATP, foi impulsionado pelas commodities agrícolas e minerais, com destaque para a soja, com elevação de 108,5%, o milho, com 48,5%, e a bauxita, com 9,1%. Nesse segmento, a navegação interior registrou incremento de 70,8%. A carga containerizada teve crescimento de 1,2%, com 4,7 milhões de toneladas movimentadas, enquanto a carga geral caiu 22,5%.

Dos 34 terminais com dados comparáveis entre janeiro de 2025 e 2026, apenas 13 apresentaram crescimento, enquanto 20 tiveram retração e um não registrou movimentação no período. Das unidades com volume superior a 39,5 mil toneladas em ambos os períodos, três TUP apresentaram alta acima de 200% na comparação anual.

O ranking é liderado pelo Terminal Vila do Conde, no Pará, com crescimento de 637,4% e movimentação de 724 mil toneladas. Em seguida, aparecem a Cargill Agrícola, em Miritituba, no mesmo estado, com alta de 448,7% e 242,1 mil toneladas movimentadas, e o Terminal de Grãos Ponta da Montanha, outro paraense, que avançou 254,3%, com 226,6 mil toneladas.

A ATP avalia que o forte crescimento dos TUPs em janeiro mostra que os terminais privados são essenciais para a eficiência da logística nacional e o desenvolvimento do setor portuário brasileiro. "Os empreendimentos privados fortalecem nossa capacidade de exportar diferentes tipos de cargas, contribuindo para a liderança do país no mercado global de commodities", afirmou o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 20/03/2026

NOVA ROTA DE SUAPE PARA ÁFRICA REGISTRA EXPORTAÇÃO RECORDE DE OVOS

Da Redação Portos e logística 20/03/2026 - 18:42



O Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE) iniciou uma nova rota de exportação com o embarque no terminal pernambucano de cinco milhões de ovos destinados à Serra Leoa e à Mauritânia, países do Noroeste da África. A exportação do produto supera R\$ 2 milhões e é a maior do produto registrada no estado. Os ovos, que serão transportados em contêineres, foram produzidos em três granjas no Agreste e na Zona da Mata de Pernambuco: São Luís, em São Bento do Una, OvoNovo, em Caruaru, e Ovos Enavis, em Orobó.

Segundo a autoridade portuária, a exportação do produto é resultado do programa 'Pacto pelo Agro', iniciativa conjunta da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e do Porto de Suape. Diógenes Braga, diretor da DEP Export Solutions, empresa que intermediou a exportação, disse que o embarque é resultado de trabalho de prospecção intenso e destinado a um mercado complexo e exigente. Ele ressaltou, no entanto, que a qualidade da produção pernambucana é uma vantagem competitiva, por atender a todos os padrões sanitários internacionais.

De acordo com a administração de Suape, o programa tem como foco destravar gargalos logísticos e impulsionar o escoamento da produção do agronegócio de Pernambuco e de outras regiões para novos mercados. O secretário estadual de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, Cícero Moraes, disse que a nova rota de exportação aberta pela avicultura pernambucana pelo Porto de Suape é um passo que o projeto está abrindo para os produtores do estado e da região.

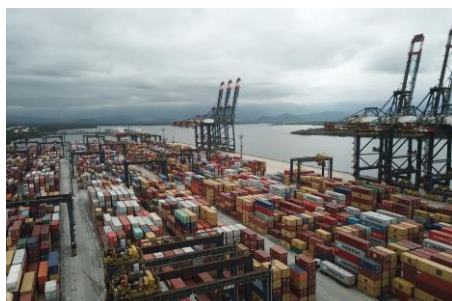
Moraes definiu a aproximação entre os produtores do agronegócio e o Complexo de Suape como necessária para estimular as exportações, criando rotas e abrindo novos mercados. "Vamos acelerar ainda mais esse passo, estimulando a agropecuária, os produtores de frutas e de diversas outras culturas que fazem a força da nossa agricultura", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/03/2026

PORTO DE SANTOS MOVIMENTOU 452 MIL TEU EM FEVEREIRO; ALTA DE 4%

Da Redação Portos e logística 20/03/2026 - 14:45



A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou, nesta sexta-feira (20), que registrou em fevereiro de 2026 a maior movimentação de contêineres para o mês, com 452 mil TEU e alta de 4% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, de acordo com a entidade, a marca de 919,2 mil TEU foi também a maior num primeiro bimestre, com aumento de 2,6% em relação aos dois primeiros meses de 2025.

Já na movimentação geral de cargas, a elevação em fevereiro, na comparação o segundo mês do ano anterior, foi de 0,4% e atingiu 13,17 milhões de toneladas. Segundo a APS, o volume não foi maior porque as operações foram prejudicadas pela chuva, que ficou acima da média histórica para o mês e afetou principalmente os grãos vegetais. Por isso, houve queda de 12,6% nos embarques de grãos e farelo de soja, compensada em parte pelo aumento de 46,8% nos de açúcar.

No geral, o total de cargas embarcadas no complexo caiu 1,7% em relação a fevereiro de 2025, ficando em 9,33 milhões de toneladas, enquanto os desembarques aumentaram de 5,9% e atingiram 3,84 milhões de toneladas. Mas, de acordo com a APS, o volume total movimentado nos dois

primeiros meses de 2026, de 25,9 milhões de toneladas, representou alta em relação às 24,8 milhões movimentadas no mesmo bimestre do ano passado.

Os embarques cresceram 4,5% em relação a janeiro e fevereiro de 2025, superando a marca 18 milhões de toneladas movimentadas. Os desembarques, com desempenho favorável de graneis líquidos, que cresceram 11,8% em relação ao primeiro bimestre de 2025, também foram os maiores para o período, com 3,2 milhões de toneladas, 5% a mais que no ano anterior. Nesse segmento, o adubo foi destaque, com crescimento de 4,8% e 1,46 milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/03/2026

ALEMOA TERÁ DOIS NOVOS BERÇOS PARA GRANÉIS LÍQUIDOS

Da Redação Portos e logística 20/03/2026 - 17:53



O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, e o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, anunciaram na última quinta-feira (19) a construção de dois novos berços de atracação no Porto de Santos, na região de Alemoa, aumentando de nove para 11 o total deles. A expectativa é que, com as duas novas unidades, a capacidade de movimentação de graneis líquidos será ampliada em até 5 milhões de toneladas. De acordo com a APS, os empreendimentos estão a cargo das empresas Ultracargo Logística, Vopak Brasil, Stolthaven

Santos e Granel Química.

Acesso Rodoviário

Em agenda no porto santista, Costa Filho anunciou, ao lado de Pomini, a conclusão do projeto básico da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, em Guarujá, que terá sete quilômetros de pista e dois quilômetros de novos viadutos e permitirá a separação do tráfego de veículos pesados que acessam o porto do trânsito urbano. Eles explicaram, será alterado o traçado das Avenidas Santos Dumont e Perimetral, construídas novas calçadas e ciclovias e instalados dispositivos de conexão viária e renovadas instalações hidráulicas e elétricas e a sinalização rodoviária.

No projeto, está prevista, entre outras obras, a construção de viaduto ligando os terminais portuários com a pista sentido São Paulo da Rodovia Cônego Domênico Ragoni, acabando a necessidade de caminhões e carretas circularem por vias urbanas de Vicente de Carvalho. Além disso, serão feitos viadutos na Avenida Santos Dumont, por cima da Avenida Perimetral, e para acesso ao Bairro Conceiçãozinha.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/03/2026

APS APRESENTA RECURSOS RESERVADOS PARA OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Da Redação Portos e logística 20/03/2026 - 19:01



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, apresentou na última quinta-feira (19) ao ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, documentos que comprovam que a entidade tem disponíveis os R\$ 2,6 bilhões necessários para o pagamento de sua cota-parte para financiamento da obra do túnel emerso que ligará as cidades de Santos e Guarujá. Pomini mostrou a Costa Filho que o montante está em contas da autoridade portuária no Banco do Brasil.

O repasse dos recursos pela APS é previsto nos termos da parceria para financiamento das obras firmada com o governo do estado de São Paulo, que deve aportar o mesmo valor para a realização do

projeto. Pomini ressaltou, no entanto, que a APS não pode liberar os valores referentes a sua parte enquanto não tiver acesso ao contrato assinado pelo estado com a empreiteira vencedora da licitação para a construção do túnel e enquanto não forem formalizadas medidas de governança que garantam a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos.

Ele explicou que segue orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão ao qual recorreu por não ter tido acesso oficial ao contrato assinado entre a empreiteira e o governo estadual relativo ao túnel Santos-Guarujá. “Como não tivemos acesso ao contrato, fomos ao TCU e recebemos a resposta de que o governo do estado e APS precisam formalizar medidas de governança”.

Pomini informou que essa condição é fundamental para a fiscalização do recurso público federal que será aplicado na obra e que, sem garantias, não pode liberar o dinheiro. Mas garantiu que as providências conjuntas serão tomadas e que esses ajustes não afetarão o cronograma das obras.

Agenda

Pomini e Costa Filho estiveram juntos em uma extensa agenda do ministro no Porto de Santos, que reuniu autoridades e representantes de empresas para a assinatura de contratos, anúncios de obras e detalhamento de investimentos no complexo portuário santista. O encontro ocorre há poucos dias de Costa Filho, que pretende se candidatar ao Senado por Pernambuco, deixar o comando do MPor para cumprir o prazo de desincompatibilização, conforme previsto na legislação eleitoral.

Pomini, que está à frente da APS desde abril de 2023, é um dos nomes ventilados para assumir a vaga de Costa Filho na chefia do ministério. Outro cotado, segundo fontes ouvidas pela Portos e Navios, é o atual secretário-executivo do MPor, Tomé Franca. Elas afirmam que, nos bastidores, Pomini é o nome favorito da chamada 'ala mais política' do governo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/03/2026

DEPUTADA ANA PAULA LIMA É DESIGNADA PARA RELATORIA DO PL DA RECICLAGEM

Por Danilo Oliveira Indústria naval 19/03/2026 - 23:39



Parlamentar, do PT de Santa Catarina, assume função na comissão da Câmara onde tramita o PL 1.584/2021, que tem objetivo de promover atividades de desmantelamento e reciclagem de embarcações e estruturas offshore de forma segura e ambientalmente correta

A deputada Ana Paula Lima (PT-SC) foi designada relatora do projeto de lei que trata da reciclagem de embarcações, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Ela sucede o deputado Claudio

Cajado (PP-BA), que apresentou parecer na comissão em novembro de 2025. Ele deixou de ser membro da comissão no último dia 31 de janeiro.

Passando na CCJC, o texto será encaminhado ao Senado e, se não houver nenhuma emenda, vai direto à sanção presidencial para promulgação da lei. Cajado votou pela aprovação do substitutivo aprovado na Comissão de Viação e Transportes (CVT), pelo entendimento de que é o que melhor atende à exigência de harmonização ao ordenamento jurídico vigente.

Antes da CCJC, o texto do PL recebeu parecer favorável nas comissões de Viação e Transportes (CVT), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). O PL tem objetivo de promover as atividades de desmantelamento e reciclagem de embarcações e estruturas offshore de forma segura e ambientalmente correta.

A proposta foi apresentada em abril de 2021, pelo então deputado Coronel Armando (PL-SC), que não conseguiu se reeleger. O projeto prevê, entre outros pontos, regras detalhadas voltadas aos estaleiros de reciclagem, armadores, Marinha e órgãos ambientais. As regras se aplicam a todas as embarcações em águas jurisdicionais brasileiras (AJB), incluindo plataformas flutuantes ou fixas de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/03/2026

LC QUE REDUZ INCENTIVOS NÃO TERÁ EFEITO SIGNIFICATIVO NO CUSTO DE EQUIPAMENTOS, AVALIA ABRATEC

Por Danilo Oliveira Portos e logística 19/03/2026 - 19:52



Associação estima elevação de 5% após lei complementar, sancionada em dezembro. Caio Morel destacou validade do Reporto até final de 2028 e investimentos feitos pelos terminais nos últimos três anos

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) avalia que o efeito da Lei complementar 224/2025 sobre o Reporto não deve ocasionar elevação significativa no custo dos equipamentos portuários. A LC, sancionada em dezembro do ano passado, reduz incentivos fiscais em diferentes setores da economia. A entidade estima haver uma elevação de 5% no custo dos equipamentos. A avaliação é que esse acréscimo ocorra já a partir da compra de equipamentos que ingressarem no país a partir da edição dessa legislação.

O Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária segue ativo e com validade garantida até 31 de dezembro de 2028. Para a Abratec, o Reporto é um programa de grande importância para a manutenção de investimentos em equipamentos portuários, pois equaliza aportes no Brasil com investimentos em outros mercados.

O presidente executivo da Abratec, Caio Morel, destacou que a última renovação desse regime tributário especial, em 2022, reverteu um bom fluxo de investimentos verificados nos últimos três anos, pois muitos operadores anteciparam compras com o intuito de garantir um preço competitivo para os equipamentos.

“Nenhum país desenvolvido aplica alíquotas de impostos de até 45% em equipamentos portuários, como é o caso do Brasil, e a suspensão destas alíquotas no regime do Reporto é essencial para a continuidade dos investimentos que o país tanto necessita”, afirmou Morel à Portos e Navios.

A Abratec verifica que os terminais de contêineres no Brasil têm investido continuamente em novos equipamentos de movimentação em atendimento à demanda crescente por serviços em nosso mercado. Entre os projetos de expansão em curso, a associação menciona terminais das empresas ICTSI (Rio Brasil Terminais/RJ); Portonave (SC); Tecon Santos (Santos Brasil/SP); BTP Santos (SP); MultiRio (RJ); Terminal de Vila Velha — TVV (Log-In/ES); Tecon Rio Grande (Wilson Sons/RS); Tecon Salvador (Wilson Sons/BA), APM Terminals Pecém (CE) e Tecon Vila do Conde (Santos Brasil/PA).

Todos os citados com aquisição de novos equipamentos, sendo uma parte já entregue e outra parte encomendas a receber. Os pacotes que estão sendo adquiridos incluem desde portêineres e RTGs, até terminal tractors e reach stackers. “Estamos atravessando um bom momento de crescimento de mercado, que tem levado os operadores investirem continuamente em novos equipamentos para aumentar a produtividade e a capacidade dinâmica”, disse Morel.

Ele acrescentou que estes novos equipamentos incorporam diversos itens de automação parcial, como operação remota de RTGs e portêineres e incorporação de inteligência artificial nos softwares operacionais. Na visão da Abratec, também se inicia a operação de terminal tractors elétricos, uma tendência que deve se consolidar nas próximas encomendas.

“A demanda deve permanecer crescente, inclusive com o início dos novos projetos como o Terminal de Contêineres da APM Terminals em Suape, o Tecon Santos 10 e o TUP [terminal de uso privado] Imetame”, projetou Morel.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/03/2026

ODEBRECHT ENTREGA À MARINHA CENTRO DE INSTRUÇÃO E SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO COMPLEXO EM ITAGUAÍ

Da Redação Indústria naval 19/03/2026 - 20:01



A Odebrecht Engenharia & Construção (OEC) entregou à Marinha do Brasil, na última quarta-feira (18), o prédio do Comando do Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átilla Monteiro Aché (Ciama) e o Sistema de Abastecimento de Óleo Combustível da Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM), no Complexo Naval de Itaguaí (RJ). As instalações fazem parte da infraestrutura de apoio à força de submarinos e ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub).

De acordo com a empresa, o novo prédio do comando do Ciama, que será usado para a formação e qualificação de militares da força de submarinos, oferece ambiente moderno e integrado, com área construída de 4.206 metros quadrados e estrutura para atender a até 70 oficiais e 184 praças, além de corpo discente até 230 pessoas. Ele conta com escritórios administrativos, salas de aula, vestiários, áreas de convivência, biblioteca, gráfica, oficina de refrigeração, carpintaria, centro de tecnologia da informação, laboratório de informática e laboratório de eletrônica.

Já o Sistema de Abastecimento de Óleo Combustível, segundo a Odebrecht, foi dimensionado para atender às embarcações do Comando da Força de Submarinos e outras que atracarem nos cais do Complexo Naval de Itaguaí. A estrutura conta com dois tanques de armazenamento com capacidade de 700 mil litros cada um.

Além deles, há um terceiro tanque, destinado ao destanqueio, com capacidade de 390 mil litros e com possibilidade de expansão. O sistema inclui ainda casa de bombas, redes de distribuição interligadas aos cais e separador de água e óleo.

A Marinha salientou que as entregas de infraestrutura representam mais uma etapa que consolida a continuidade do Prosub e o fortalecimento da capacidade operacional da força naval. Durante a cerimônia, o comandante da BSIM, capitão de mar e guerra Leandro Freitas Ribeiro, enfatizou a importância das novas infraestruturas. "Com a inauguração desse novo sistema, a BSIM amplia a sua 'carta de serviços', aumentando suas capacidades para prestar o melhor apoio possível ao maior ativo da defesa nacional: os submarinos da classe Riachuelo e o futuro submarino nuclear convencionalmente armado", afirmou o CMG Freitas.

O comandante do Ciama, CMG Marcio Claudio Bonfim Oliveira, destacou a relevância da nova estrutura para o aprimoramento das atividades de ensino e adestramento. "A construção deste prédio representa um avanço importante para o Ciama, especialmente para a Escola de Submarinos, proporcionando instalações modernas e adequadas para o treinamento e o desenvolvimento dos nossos submarinistas", declarou.

O diretor de contrato do Prosub-EBN da construtora Norberto Odebrecht, Felipe Piler, acrescentou que a entrega dessas instalações representa mais uma etapa concretizada desse programa, reafirmando um compromisso institucional da empresa construído ao longo de mais de 15 anos no Prosub. Ele disse ainda que uma nova fase será iniciada em breve por meio das obras do Complexo de Manutenção Especializada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/03/2026

FIRJAN CONDENA MP QUE ONERA EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO

Da Redação Offshore 19/03/2026 - 20:17



A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) divulgou, nesta quinta-feira (19), um comunicado em que condena a criação de imposto sobre as exportações de petróleo e derivados prevista na Medida Provisória 1.340/2026. De acordo com a entidade, a taxa afeta a economia, os entes federativos e o ambiente de negócios, repercutindo em toda a economia nacional.

Segundo o comunicado da Firjan, a MP introduz incerteza regulatória em um mercado intensivo em capital e com ciclos de investimento de longo prazo, e a falta de prazo definido para vigência do imposto amplia a imprevisibilidade para as empresas, tornando o país menos atrativo para novos investimentos, além de impactar projetos existentes. “É fundamental que qualquer ação para o enfrentamento das oscilações de preço do mercado seja estruturante e preserve a indústria nacional”, diz o documento.

No texto, a federação ressalta que, diante da instabilidade econômica atual provocada pelas guerras que envolvem regiões estratégicas para o mercado energético global, é fundamental a adoção de medidas emergenciais para mitigar os impactos locais da elevação dos preços internacionais do petróleo. Mas informa que, como representante das indústrias do Rio de Janeiro, maior estado produtor de petróleo e gás no Brasil, “se coloca contrária a mais um imposto que onera a iniciativa privada, afasta investimentos, reduz a competitividade da indústria nacional e afeta a sociedade como um todo em um momento de insegurança e incertezas para o Rio de Janeiro e o Brasil”.

No documento, a entidade lembra que o petróleo bruto é o principal item da pauta de exportação do país, contribuindo de forma significativa para o saldo positivo da balança comercial e que, em 2025, respondeu por 44,5 bilhões de dólares das exportações nacionais, com o equivalente a 1,88 milhão de barris por dia. “Desse total, 87% tiveram origem no Rio de Janeiro, parcela semelhante à proporção do estado na produção nacional”, explica o comunicado.

Além disso, a Federação avalia que a tributação é mais uma “que não considera a estrutura de custos e a rentabilidade dos projetos, afetando de forma desproporcional operações com margens mais estreitas, como campos maduros e projetos de menor escala, fundamentais para o norte fluminense”. E ressalta que “tais operações contribuem para a manutenção da produção, geração de empregos, dinamização da cadeia de fornecedores locais e arrecadação de royalties” e que, em campos com maior produção, “o imposto de exportação pode produzir efeitos federativos adversos, ao reduzir, e até mesmo anular, o volume de Participações Especiais arrecadado pelo próprio poder público”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 19/03/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 20/03/2026